

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

GABRIELA DE LIMA MANIQUE BARRETO

CORPOS PRESENTES, VOZES SILENCIADAS: MULHERES NEGRAS,
INTERSECCIONALIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM PONTA
GROSSA – PARANÁ (2010-2024)

PONTA GROSSA

2026

GABRIELA DE LIMA MANIQUE BARRETO

CORPOS PRESENTES, VOZES SILENCIADAS: MULHERES NEGRAS,
INTERSECCIONALIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM PONTA
GROSSA – PARANÁ (2010-2024)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas.

Orientador: Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Nisiane Madalozzo.

PONTA GROSSA

2026

B273 Barreto, Gabriela de Lima Manique

Corpos presentes, vozes silenciadas: mulheres negras, interseccionalidade e a produção do espaço urbano em Ponta Grossa – Paraná (2010-2024) / Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa, 2026.

170 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza.
Coorientadora: Profa. Dra. Nisiane Madalozzo Wambier.

1. Espaço urbano - Produção social. 2. Geografia urbana - Ponta Grossa (PR). 3. Mulheres negras - Participação política. 4. Política habitacional - Ponta Grossa (PR). I. Souza, Edson Belo Clemente de. II. Wambier, Nisiane Madalozzo. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. IV.T.

CDD: 307.76



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

GABRIELA DE LIMA MANIQUE BARRETO

CORPOS PRESENTES, VOZES SILENCIADAS: MULHERES NEGRAS, INTERSECCIONALIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM PONTA GROSSA – PARANÁ.

Ponta Grossa, 24 de fevereiro de 2026.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Edson Belo Clemente de Souza PPGEO/UEPG Presidente

Merylin Ricieli dos Santos PPGH/UEPG Membro Externo

Madianita Nunes da Silva PPU/UFPR / Observatório das Metrópoles Membro Externo



Documento assinado eletronicamente por **Edson Belo Clemente de Souza, Professor(a)**, em 25/02/2026, às 11:14, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nisiane Madalozzo Wambier, Professor(a)**, em 25/02/2026, às 11:49, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Madianita Nunes da Silva, Usuário Externo**, em 25/02/2026, às 18:02, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Merylin Ricieli Dos Santos, Usuário Externo**, em 25/02/2026, às 18:11, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2986008** e o código CRC **14ADDC4F**.

Dedico esta obra à força das minhas raízes: à bisa Nena, por sua doçura; à
vó Têre, por sua coragem; e à vó Norma, por todo amor.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres que confiaram suas histórias e experiências a esta pesquisa, permitindo que este trabalho se tornasse um instrumento de luta por uma cidade mais justa, inclusiva e igualitária;

Ao coletivo União de Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG) e aos demais movimentos sociais que não foram apenas sujeitos de pesquisa, mas colaboradores fundamentais na construção de reflexões críticas sobre a cidade, o espaço e o habitar;

Ao Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza, pela orientação atenta e por me mostrar uma nova forma de pensar, mantendo-se sempre aberto a uma troca genuína que enriqueceu imensamente este retorno à academia;

À Professora Nisiane Madalozzo, uma das maiores mestras e amigas que a graduação me deu. Por ter me enxergado, por continuar acreditando em mim e por me mostrar cotidianamente que existem caminhos para pessoas como eu dentro da profissão que sonhei;

Às professoras membros da banca avaliadora, Profa. Madianita Nunes da Silva e Profa. Dra. Merylin Ricieli dos Santos, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições valiosas para o aperfeiçoamento deste trabalho;

A todos os professores, colegas e alunos que estiveram ao meu redor nos últimos anos, cujas trocas e convivência foram importantes para que este trabalho se concretizasse;

Ao Grupo de Estudos Urbanos e Regionais (GEUR-UEPG), pelo espaço de debate e construção coletiva do conhecimento;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio fundamental ao desenvolvimento da pesquisa;

E, especialmente, às mulheres negras da minha família, que, em rede de apoio, sacrificaram bens e o próprio futuro para que eu pudesse criar o meu. Acima de tudo, à minha mãe, Mari Ângela de Lima Manique Barreto, com quem fui me encontrando ao longo das entrevistas com as colaboradoras desta pesquisa.

A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é
que sabemos o que encerra. E nós quando
estamos no fim da vida é que sabemos como a
nossa vida decorreu.
A minha, até aqui, tem sido preta.
Preta é a minha pele.
Preto é o lugar onde eu moro.

(Carolina Maria de Jesus, em Quarto de
despejo: diário de uma favelada).

RESUMO

BARRETO, G. de L. M. B. **Corpos presentes, vozes silenciadas:** mulheres negras, interseccionalidade e a produção do espaço urbano em Ponta Grossa – Paraná (2010-2024). Orientador: Edson Belo Clemente de Souza. Ponta Grossa, 2026. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

A presente pesquisa investiga a produção do espaço urbano e a participação política das mulheres negras, tomando como recorte analítico a atuação do coletivo União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG) durante a 7ª Conferência Municipal da Cidade, ocorrida em junho de 2024. O estudo sustenta a hipótese de que, embora a luta pelo habitar seja protagonizada por mulheres negras, essa força política insurgente encontra limites em dinâmicas institucionais moldadas pelo patriarcado e racismo. O objetivo principal consistiu em analisar as tensões entre as demandas comunitárias e a política institucionalizada, verificando se o espaço da Conferência acolheu as demandas ou reproduziu silenciamentos interseccionais. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem que integra análise documental, cartográfica e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados abrangeu desde a trajetória histórica da UMP-PG em contraste com o exame quantitativo e qualitativo da 7ª Conferência Municipal, revelando que os campos de disputa possuem marcadores de gênero, raça e classe que desafiam as abstrações técnicas do planejamento urbano. Conclui-se que a agência das mulheres do UMP-PG tensiona a produção do espaço urbano, sendo a perspectiva interseccional indispensável para a compreensão das lutas pelo direito à cidade e para a construção de políticas públicas habitacionais equânimes.

Palavras-Chave: Movimentos populares; União por Moradia Popular; Direito à cidade; Políticas públicas habitacionais.

ABSTRACT

BARRETO, G. de L. M. B. **Present bodies, silenced voices:** Black women and the limits of representation at the 7th City Conference of Ponta Grossa. Advisor: Edson Belo Clemente de Souza. Ponta Grossa, 2026. Dissertation (Master in Territorial Management) – Graduate Program in Geography, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

The present research investigates the production of urban space and the political participation of black women, taking as an analytical scope the actions of the collective *União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região* (UMP-PG) during the 7th Municipal City Conference, held in June 2024. The study supports the hypothesis that, although the struggle for habitat is led by black women, this insurgent political force encounters limits within institutional dynamics shaped by patriarchy and racism. The main objective was to analyze the tensions between community demands and institutionalized politics, verifying whether the Conference space welcomed the demands or reproduced intersectional silencing. Methodologically, an approach was adopted that integrates documentary and cartographic analysis and field research with semi-structured interviews. The data analysis covered the historical trajectory of UMP-PG in contrast with the quantitative and qualitative examination of the 7th Municipal Conference, revealing that the fields of dispute possess markers of gender, race and class that challenge the technical abstractions of urban planning. It is concluded that the agency of UMP-PG women places tension on the production of urban space, with an intersectional perspective being indispensable for understanding struggles for the right to the city and for the construction of equitable housing public policies.

Keywords: Popular movements; União por Moradia Popular; The Right to the City; Housing public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Localização geográfica do município de Ponta Grossa.....	18
Figura 2	– Favelas e Comunidades Urbanas de Ponta Grossa segundo os bairros, segregados pela porcentagem de indivíduos negros residentes.	19
Figura 3	– Distribuição espacial dos empreendimentos habitacionais realizados por companhias de habitação em Ponta Grossa.	53
Figura 4	– Domicílios particulares, por tipo de domicílio, segundo o sexo e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio.	55
Figura 5	– Cartograma da distribuição territorial da população negra do sexo feminino no município de Ponta Grossa.	57
Figura 6	– Cartograma da distribuição territorial da população negra do sexo masculino no município de Ponta Grossa.....	58
Figura 7	– Nível de instrução da população residente em Ponta Grossa, de 25 anos ou mais, segundo o sexo e a cor ou raça, em porcentagem. ...	71
Figura 8	– Pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo, segundo o sexo e a cor ou raça, em porcentagem.	72
Figura 9	– Remuneração média de trabalhadores por cor ou raça.	74
Figura 10	– Disparidade de Remuneração dos Trabalhadores pela Perspectiva Interseccional (Sexo e Raça/Cor) nos setores formal e informal.	75
Figura 11	– Localização de residência feminina – coletivo UMP-PG.	78
Figura 12	– Localização dos membros femininos da UMP-PG por loteamentos e faixas de renda.	80
Figura 13	– Localização dos membros masculinos da UMP-PG por loteamentos e faixas de renda.	81
Figura 14	– Proporção de mulheres negras por bairros e renda das mulheres da UMP-PG.....	84
Figura 15	– Proporção de homens negros por bairros e renda dos homens da UMP-PG.....	85
Figura 16	– Participantes por gênero e raça na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.....	100
Figura 17	– Renda dos participantes por gênero e raça na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.....	105

Figura 18	– Participação por gênero e raça e faixas de renda no eixo habitacional da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.	106
Figura 19	– Participação da UMP-PG na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.	108
Quadro 1	– Propostas do eixo habitacional da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.	102
Quadro 2	– Sistematização dos identificadores gerais das colaboradoras entrevistadas.	114
Quadro 3	– sistematização dos marcadores sociais interseccionais das colaboradoras entrevistadas.	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Ranking dos 20 municípios com melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus respectivos Índices de Gini.	51
Tabela 2	–	Produto Interno Bruto (PIB) Per capita dos Municípios do Paraná...	52
Tabela 3	–	Porcentagem de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (2017).....	59
Tabela 4	–	Indicadores do mercado de trabalho em Ponta Grossa.	73
Tabela 5	–	Levantamento de violência em Ponta Grossa (em números de denúncias).	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CEF	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CMHIS-PG	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE PONTA GROSSA
CMP	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES
COHAB-PG	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA
COHALAR	COOPERATIVA HABITACIONAL DOS ASSALARIADOS
COHAPAR	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ
COMPIR-PG	CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE PONTA GROSSA
CONCIDADES	CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES
CONCIDADES-PG	CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA
CONCIDADES-PR	CONSELHO DAS CIDADES DO PARANÁ
FAR	FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL
FCs	FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS
FDS	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FMHIS	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL
FNHIS	FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDHM	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
MCID	MINISTÉRIO DAS CIDADES
OGU	ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PEHIS-PR	PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO PARANÁ
PLHIS	PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
PMCMV	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

PMHIS	PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
PNDU	POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
RAIS	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS
SESP	SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA
UAMPG	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PONTA GROSSA
UMP-PG	UNIÃO POR MORADIA POPULAR DE PONTA GROSSA E REGIÃO
UNMP	UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – BASE TEÓRICO-CONCEITUAL	24
1.1 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO	26
1.2 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL	34
1.3 MULHERES, POLÍTICA E A DISPUTA NOS ESPAÇOS CONVIDADOS	40
CAPÍTULO 2 – TERRITÓRIO, GÊNERO E RAÇA: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL PELA ÓTICA INTERSECCIONAL EM PONTA GROSSA	48
2.1 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE PONTA GROSSA	49
2.2 ESPAÇOS INVENTADOS E CONVIDADOS: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS DE MORADIA.....	60
2.3 GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA AGENDA URBANA LOCAL	69
CAPÍTULO 3 – ENTRE O ESPAÇO CONVIDADO E AS VOZES SILENCIADAS: A PRÁTICA POLÍTICA INTERSECCIONAL NA DISPUTA POR HABITAÇÃO	88
3.1 O PERCURSO DAS CONFERÊNCIAS DA CIDADE EM PONTA GROSSA (2010-2016): CONTINUIDADES E LACUNAS	89
3.2 A 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE: ABERTURAS E FECHAMENTOS INSTITUCIONAIS.....	96
3.3 "SE EU FOSSE UM HOMEM SERIA MUITO MAIS FÁCIL, EU SÓ VIVERIA": O COTIDIANO E A LUTA DAS MULHERES DA UMP-PG.....	112
3.3.1 A violência de gênero e a moradia como refúgio.....	117
3.3.2 O cotidiano insurgente.....	120
3.3.3 Militância versus clientelismo.....	122
3.3.4 A tradução impossível.....	127

3.3.5 O corpo feminino negro na 7ª Conferência.....	130
3.4 DA INVISIBILIDADE À PAUTA POLÍTICA: LIMITES E POTENCIALIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS.....	146
APÊNDICE A – ACERVO DIGITAL: CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	157
APÊNDICE B – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ELEITOS COMO DELEGADOS NA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA.....	158
APÊNDICE C – COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA	160
APÊNDICE D – REPRESENTANTES ELEITOS COMO DELEGADOS NA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA	161
APÊNDICE E – LISTA DE PARTICIPANTES QUE REPRESENTARAM ENTIDADES NA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA.....	163
APÊNDICE F – REPRESENTANTES ELEITOS COMO DELEGADOS NA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA	165
APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	167

APRESENTAÇÃO

Este trabalho nasce não apenas como resultado de uma exigência acadêmica, mas como expressão de uma trajetória pessoal, profissional e política, vinculada às questões que aqui se discutem. Minha aproximação com o tema da produção socioespacial desigual e da luta pelo direito à moradia não se deu apenas nos livros, mas, sobretudo, pela observação do vivido e pela escuta atenta das vozes que, historicamente, têm sido silenciadas nas políticas públicas e na própria atuação profissional. Quem eu sou e o que eu faço se misturam em uma coisa só.

Esta pesquisa foi movida por inquietações profundas: compreender como as mulheres negras organizadas em movimentos sociais enfrentam e transformam as condições de vulnerabilidade socioespacial; revelar os mecanismos de desigualdade social que marcam a cidade de Ponta Grossa; ao mesmo tempo, reconhecer e valorizar as estratégias coletivas de resistência e de produção de novos modos de habitar. Essa consciência nasceu da observação da história das mulheres negras da minha família, que, em rede de apoio, sacrificaram bens e o próprio futuro para que, hoje, eu pudesse criar o meu. Especialmente de minha mãe, que abdicou do seu projeto de vida — uma casa própria obtida pelo programa COHAPAR — pela segurança e bem-estar dos seus filhos.

Também se formou em sala de aula, a partir da oportunidade alcançada graças a uma única bolsa de estudos integral ofertada pelo Programa Prouni, que me permitiu cursar Arquitetura e Urbanismo em uma universidade privada deste município. Ali, descobri, na dor e na alegria, o que é não ser uma entre os iguais. Tive a sorte de encontrar excelentes mestres, que se tornaram bons amigos e me mostraram que existia, no pensar a cidade, um caminho para pessoas como eu dentro da profissão que sonhei. A professora Nisiane Madalozzo é uma das maiores delas: viu, em uma menina tímida e assustada, um potencial que, até hoje, me é incompreensível.

Na prática profissional, ao longo desses oito anos de formação, atuei tanto na iniciativa privada quanto junto ao poder público, sempre buscando aplicar os princípios de justiça social que carrego comigo. Foram experiências transformadoras, nas quais pude perceber a fragilidade de certas idealizações que, embora valiosas na teoria, se mostraram insuficientes para romper a lógica da formação socioespacial desigual, sobretudo com a maturidade e o conhecimento que possuía à época.

Pude compreender a validade da visão de Ermínia Maricato quando afirma que coexistem, na lógica de reprodução urbana, um espaço formal — onde se concentram as intervenções, as normas e as infraestruturas — e um espaço informal, sistematicamente negado pelo planejamento, que prioriza os interesses do mercado imobiliário e fundiário. Percebi, ainda, o deslocamento das teorias urbanísticas e das políticas públicas, frequentemente desconectadas das condições reais de vida da maior parte da população, especialmente das classes populares e periféricas.

A ausência sistemática do Estado na provisão de moradia popular, a violência institucionalizada contra mulheres — inclusive na prática profissional de quem se propõe a fazer a diferença — e a falta de clareza sobre os caminhos que nos trouxeram até aqui me fizeram retornar à sala de aula e me aproximar do pensamento geográfico. Agradeço ao professor Edson Belo Clemente de Souza que, sempre aberto a uma troca genuína, me mostrou uma nova forma de pensar o espaço urbano.

Acompanhando a trajetória do coletivo União de Moradia Popular de Ponta Grossa (UMP-PG), do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR-PG) e de outros movimentos sociais populares, reconheci não apenas sujeitos de pesquisa, mas parceiras na construção de reflexões críticas sobre a cidade, o espaço e o habitar. Me encontrei também enquanto mulher negra de pele clara, apoiando pautas e construindo coletivamente onde eu posso somar, junto àquelas que me aceitam.

O caminho até aqui não foi isento de desafios. Conciliar os compromissos acadêmicos com as exigências éticas de uma pesquisa que se propõe crítica e comprometida com a transformação social exigiu constantes reflexões sobre o meu papel enquanto pesquisadora. Reafirmo, nesta apresentação, o compromisso com uma ciência que reconhece a importância das trajetórias pessoais, dos afetos e das alianças na produção de conhecimento.

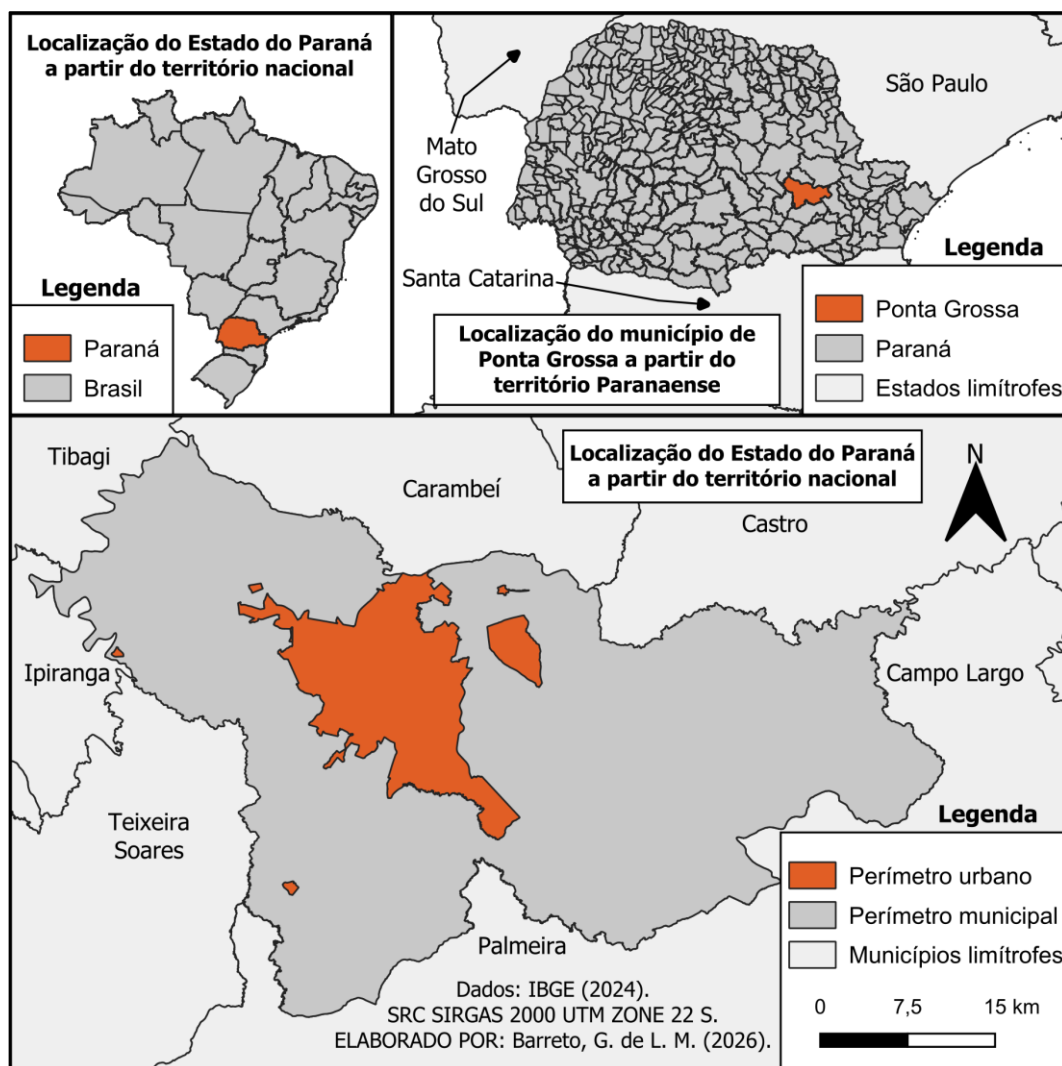
Agradeço a todas as mulheres que foram e serão citadas nesta pesquisa, e que confiaram suas histórias e experiências, permitindo que este trabalho se torne possível. Que as páginas que seguem sejam lidas como uma tentativa honesta de construir um saber que se coloca a serviço da luta por uma cidade mais justa, inclusiva e igualitária.

INTRODUÇÃO

Ter o direito ao habitar é fundamental para a manutenção da vida, e é no espaço urbano que os sujeitos sociais têm acesso ao conjunto de sistemas de objetos e de ações que visam suplementar a existência humana e dar suporte ao seu desenvolvimento individual e coletivamente. Todavia, a história de produção do espaço nas cidades brasileiras é marcada por políticas públicas e estratégias mercadológicas que somente perpetuam as desigualdades, condicionando a população pobre do país às habitações precárias e insalubres. A compreensão das especificidades da espacialização desigual baseada nos marcadores sociais da diferença é necessária enquanto ferramenta ativa para superação da desigualdade socioespacial no país, diante do fortalecimento do debate e superações promovidos historicamente pelos movimentos de luta pela moradia.

Ponta Grossa reproduz a dinâmica de produção socioespacial fragmentada e desigual que ocorre na maioria das cidades brasileiras (ONU-Habitat, 2020). O município do Estado do Paraná com população estimada de 358.371 habitantes (IBGE, 2024a) possui o relevo com alta declividade, formado por fundos de vale e uma rica rede hidrográfica que contrasta os interflúvios que são predominantemente urbanizados, permitindo identificar, em um mesmo recorte espacial, condicionantes naturais e antrópicas que, exploradas historicamente pela intensa especulação fundiária, resultaram na distribuição desigual das camadas sociais no espaço urbano (Madalozzo, 2022). A Figura 1 apresenta a localização geográfica do município de Ponta Grossa.

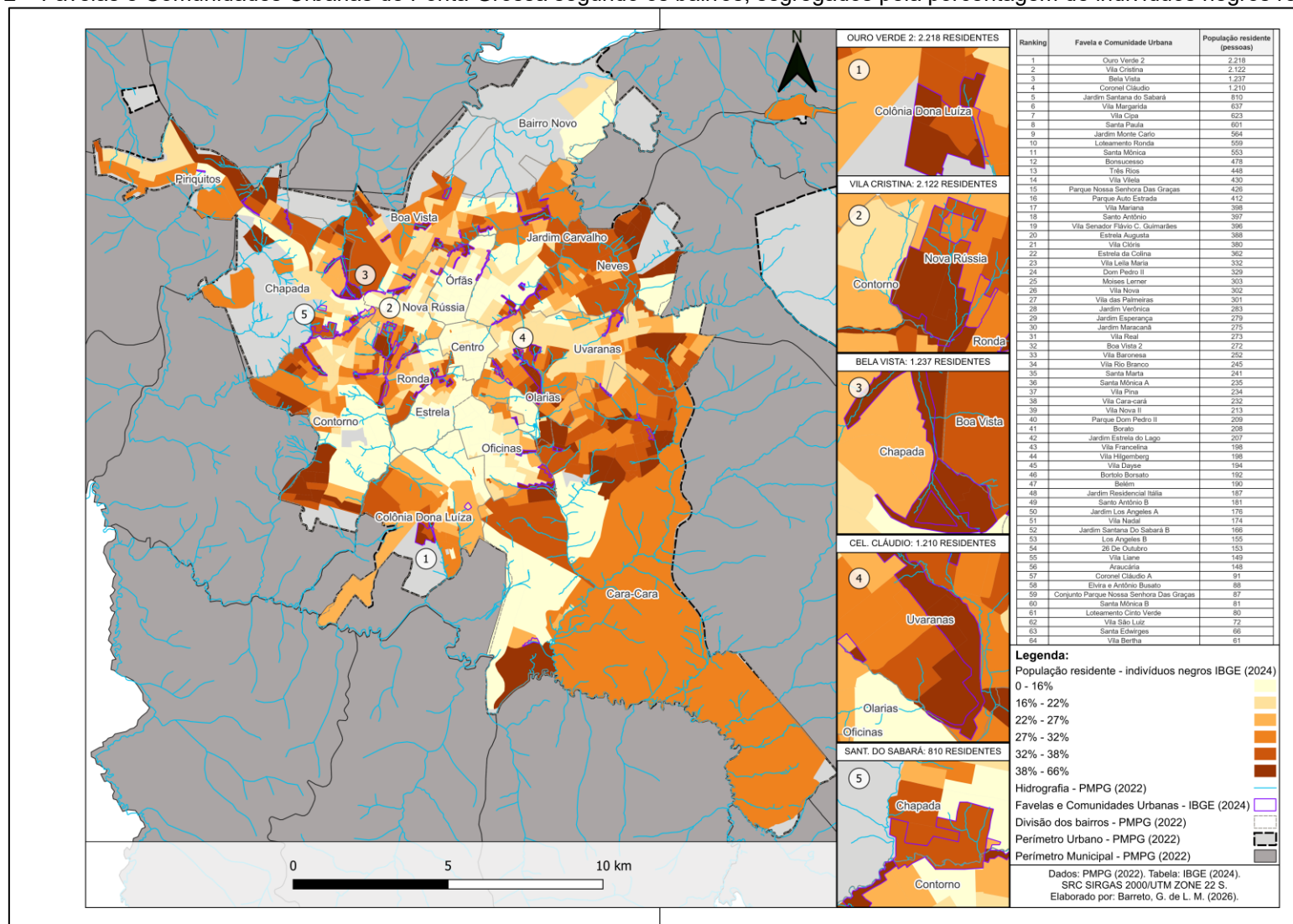
Figura 1 – Localização geográfica do município de Ponta Grossa.



Fonte: IBGE (2024)
Organização: A autora (2026).

Essas características, que balizaram o desenvolvimento da mancha urbana do município, também levaram ao surgimento de setores ambiental e socialmente frágeis, em que habitam comunidades historicamente negligenciadas pela política urbana local. Nessas áreas localizam-se grande parte das favelas da cidade, instaladas predominantemente “[...] sob redes de alta tensão elétrica, em encostas com declividade topográfica acentuada e, principalmente, às margens dos inúmeros cursos d’água que atravessam a área urbana”, como ressaltam Nascimento e Matias (2011, p. 93). Tal cenário foi perpetuado até os dias atuais, conforme se observa na recente publicação do Censo Demográfico (IBGE, 2024b) que tem foco específico nas distribuições das Favelas e Comunidades Urbanas brasileiras (ver Figura 2).

Figura 2 – Favelas e Comunidades Urbanas de Ponta Grossa segundo os bairros, segregados pela porcentagem de indivíduos negros residentes.



Fonte: (IBGE, 2024a),
Organização: A autora (2026).

O espaço urbano é um bem em escassez e em disputa, e o processo de produção e consumo desse espaço, que gera a desigualdade socioespacial, representa um dos aspectos cruciais no atual cenário de crise de acesso à terra urbanizada. Esse cenário impacta de maneira ampliada a vida das mulheres pobres e negras, que possuem baixa escolaridade, ficam reduzidas a postos de trabalho informais, frequentemente em jornadas duplas e com salários baixos. Ainda, lidam com a ameaça do desemprego e residem em áreas de favelas e comunidades urbanas¹, suscetíveis a diversas formas de violências.

A presente pesquisa surge, portanto, de indagações inerentes ao campo da política urbana contemporânea no Brasil, que deve ser orientada por uma participação plural e efetiva, centralizando as vozes de grupos sistematicamente invisibilizados e alijados do acesso a direitos fundamentais por sua raça, gênero e classe social. Parte-se dos seguintes questionamentos: Como o processo de desigualdade socioespacial existente em Ponta Grossa impacta o acesso à moradia por mulheres negras, e qual é o real impacto dessas mulheres nos campos de luta e na elaboração de políticas públicas habitacionais? Essas mulheres e suas demandas estão sendo ouvidas nesses campos de debate institucional e de mobilização social?

As Conferências Municipais das Cidades são espaços de diálogo participativo, onde essas tensões são evidenciadas e podem ser analisadas. Oriundas da Lei Federal nº 10.257/2001 — o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), cujo principal objetivo é a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal que versam sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e a função social da cidade, esses espaços de interlocução entre setores sociais e governamentais visam atingir a democratização da gestão das cidades, buscando “a formulação de propostas, avaliação da execução da política e eleição dos conselheiros” (Brasil, 2025a, p. 11). A discussão, que inicia na esfera municipal, pode chegar à Conferência Nacional da Cidade, pautando mudanças significativas na política urbana brasileira. No entanto, a

¹ Destaca-se que a mudança do termo aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas só foi promovida pelo IBGE no último Censo após reivindicações dos movimentos sociais, o que reflete uma disputa política e simbólica sobre o modo reconhecer os territórios populares. A nova terminologia busca superar o estigma da *anormalidade urbana* e afirmar as favelas como formas legítimas de produção do espaço e de pertencimento à cidade. Já a nomenclatura habitações irregulares permanece como categoria jurídico-administrativa, restrita às questões de legalidade fundiária e urbanística. Para maior aprofundamento, consultar Giannella *et. al.* (2025).

presença e a atuação de sujeitos condicionados à subalternidade² nesses espaços frequentemente esbarram em barreiras institucionais, discursivas e políticas que limitam a efetiva democratização da gestão urbana.

A pesquisa sustenta a hipótese de que a luta pelo acesso à moradia em Ponta Grossa é fundamentalmente protagonizada por mulheres negras, cuja atuação política nas favelas e comunidades urbanas e periferias contesta a lógica excludente da cidade. No entanto, defende-se a tese de que essa força política insurgente encontra limites nas dinâmicas de poder institucionalizadas que, moldadas pelo patriarcado e pelo racismo, reconhecem a demanda por habitação, mas marginalizam os sujeitos políticos que a reivindicam.

A investigação propõe, assim, analisar essas dinâmicas a partir de um olhar interseccional e espacializado, tendo como principal objetivo analisar a participação política das mulheres negras do coletivo União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG) na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, realizada no mês de junho de 2024, investigando em que medida esse espaço convidado permitiu o reconhecimento, acolheu as demandas ou reproduziu silenciamentos e desigualdades de gênero, raça e classe. Para alcançar o objetivo principal, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar os processos históricos e atuais da luta por moradia em Ponta Grossa e a trajetória da União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG), destacando o papel das mulheres negras no movimento e as tensões decorrentes das desigualdades interseccionais;
- b) Caracterizar a 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, identificando os participantes, a composição das delegações e a representatividade dos movimentos populares em relação aos marcadores de gênero, raça e classe social;
- c) Investigar as estratégias de participação das mulheres negras da UMP-PG durante a Conferência, examinando as relações de poder, autonomia e mediação estabelecidas;

² O termo “subalterno” é aqui empregado na acepção de Spivak (2010), referindo-se a grupos cuja posição social é de tal forma marginalizada que eles se encontram destituídos de canais de representação política e de fala pelo discurso hegemônico.

- d) Examinar os resultados da Conferência, contrastando as demandas originais dessas mulheres com o que foi efetivamente institucionalizado como política pública habitacional.

Cabe aqui frisar que esta pesquisadora desempenhou a função de Coordenação desta Conferência Municipal da Cidade, compondo também a Comissão Organizadora do evento no momento em que atuava junto ao quadro comissionado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN) — experiência que contribuiu para a análise criteriosa desenvolvida nesta pesquisa.

Para atender aos objetivos propostos, será adotada uma abordagem metodológica que integra análise documental, cartográfica e pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas, estas últimas fundamentadas na História Oral Temática (Meihy, 2005). A partir da escuta das integrantes do coletivo, investiga-se como o racismo, o patriarcado e a desigualdade de classe se entrelaçam, impactando tanto a participação política feminina quanto a disputa pelo acesso à cidade.

Para tanto, o trabalho está estruturado em três capítulos: primeiramente, aprofunda-se o referencial teórico, abordando conceitos relativos à produção e ao consumo do espaço urbano — considerando os aspectos interseccionais —, aborda-se a complexa relação dos agentes produtores do espaço urbano e a importância dos Movimentos Populares para desenvolvimento de políticas públicas habitacionais. Em seguida, apresenta-se o perfil de desenvolvimento humano e socioeconômico de Ponta Grossa e contextualiza-se a trajetória histórica dos movimentos de moradia, com ênfase específica para a atuação das mulheres e de sua agência junto às suas comunidades.

O terceiro capítulo apresenta uma regressão analítica das Conferências Municipais da Cidade de Ponta Grossa, da 4ª até a 6ª edição, no que tange a participação social e mobilização de pautas interseccionais. A 7ª edição é analisada com profundidade quanto ao aspecto quantitativo por meio do uso de gráficos e cartogramas que mostram como se deu os campos de participação e disputas entre os agentes que articularam politicamente as pautas. A perspectiva interseccional é fundamental para a análise realizada neste capítulo, onde é possível identificar que os agentes, as propostas e as disputas possuem gênero, raça e classe social muito bem definidos. Ainda, apresenta-se os resultados das entrevistas realizadas com colaboradoras do coletivo UMP-PG, visando compreender o cotidiano de luta e a construção da cidade vivida que desafia as abstrações técnicas.

Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, sintetizando os resultados obtidos a partir da articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos. Nele, evidenciam-se como as agências das mulheres do coletivo UMP-PG tensionam a produção do espaço urbano, reafirmando a importância da perspectiva interseccional para a compreensão das lutas pelo direito à cidade e para a formulação de políticas públicas mais equânimes.

CAPÍTULO 1 – BASE TEÓRICO-CONCEITUAL

A pesquisa aqui proposta toma por base uma acepção específica dos conceitos de raça e gênero, compreendendo-os não como dados biológicos, mas como categorias de análise construídas socialmente cujas definições não são evidentes. Tais conceitos operam neste trabalho como as lentes fundamentais através das quais serão examinadas as categorias geográficas de espaço, produção do espaço e território, que fundamentam a análise da realidade urbana. Lélia Gonzalez (2020), uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX se soma a diversos outros autores ao afirmar que as classificações de raça e sexo denotam construções sociais baseadas na discriminação e na divisão do trabalho. Diretamente relacionadas com a estrutura das classes sociais, essas lógicas refletem o racismo e o sexismo para permitir a subordinação de certos grupos a piores condições de existência.

Partindo de uma definição institucional para o termo, considera-se o sistema de marcadores raciais adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (2018, p. 17), que passou por diversas modificações históricas desde seu início em 1872. O Instituto só passou a ter uma frequência de investigação dos aspectos relativos à cor ou raça dos cidadãos a partir de 1980 e os aspectos relativos aos povos indígenas só foram oficialmente incluídos nos levantamentos a partir de 1991.

Ressalta-se que o marcador da negritude nunca foi adotado pelo Instituto como uma categoria primária de coleta de dados. Optou-se pela divisão entre pretos e pardos, revelando uma distinção entre sujeitos a partir das relações de *marca*³ (Ratts, 2014), visto que o marcador social do pardo remete a uma miscigenação de origem preta ou indígena com qualquer outra cor ou raça distinta (IBGE, 2018, p. 17). A identidade negra enquanto o somatório da população de pretos e pardos é amplamente utilizada na autoidentificação racial pelo movimento negro, e passou a ser adotada em definições de políticas públicas e análises de dados, devido à relação de semelhança de opressões cujas duas categorias são expostas visto as suas características fenotípicas, sejam elas de maior ou menor grau.

³ Para Ratts (2014, p. 336) existe uma maior atribuição de racialização a partir da leitura de aparência física de uma pessoa do que de sua descendência, o que o autor define como uma relação de *marca x origem*. Para além de um *continuum* de diferentes tonalidades de pele, elementos corpóreos hierarquizam os sujeitos dada a intensa miscigenação racial existente no país.

O termo *negro* é adotado nesta pesquisa como categoria central por seu caráter politicamente engajado, em consonância com as reflexões de Cuti (2010). Segundo o autor, enquanto a humanidade, em sentido estritamente científico, pode ser considerada afrodescendente, essa superficialidade não aborda a dimensão social e política do debate racial. Cuti critica o uso de termos com o prefixo *afro* (utilizado no marcador afrodescendente), pois eles tendem a diluir o fenótipo negro e a esconder a problemática do racismo ao permitir que sujeitos brancos se incluam na descrição. Para o intelectual, a palavra negro se distingue por ser a única capaz de expor o racismo de forma inequívoca e de evocar a reivindicação antirracista, carregando uma dimensão ideológica de resistência e denúncia sócio-histórica. Assim, a escolha por este signo visa fortalecer a luta antirracista, reconhecendo sua ressignificação contemporânea como um elemento de empoderamento, orgulho e identificação.

Neste sentido, Carneiro (2011b, p. 66) ressalta que as diferenciações de raças entre o povo negro atuam pela “fragmentação da identidade negra e impedindo que esta se transforme em um elemento aglutinador no campo político para reivindicações coletivas por equidade racial”. Para a proposta desta pesquisa a adoção desse marcador é relevante não somente como uma posição de validação da identidade negra ponta-grossense, mas também pela compreensão de que as leituras de pretas e pardas sobre a produção socioespacial desigual são semelhantes em um município altamente embranquecido.

Da mesma forma, cabe destacar que a categoria mulher negra também possui sua gênese em uma construção social estabelecida pelo poder colonial e hegemônico, que historicamente se valeu das chaves de raça e sexo para hierarquizar a sociedade. No entanto, a utilização desse mesmo termo pelas mulheres negras constitui um ato de ressignificação para fins de emancipação (Manzi; Anjos, 2021, p. 4). Apesar do risco de que essa mobilização possa inadvertidamente essencializar ou homogeneizar as complexas e múltiplas subjetividades que o grupo representa, essa limitação não inviabiliza seu uso. A categoria, como qualquer outra, não esgota a pluralidade das identidades femininas negras, configurando-se nessa abordagem como uma resposta estratégica e um mecanismo de sobrevivência diante da dominação. Utiliza-se o marcador de forma consciente dos limites e dos riscos que seu emprego pode provocar, considerando que seu caráter emancipatório e sua concretude tática compensam tais restrições.

Nessa sociedade de classes, com uma divisão racial, mas também sexual do trabalho, “não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação da mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p. 56). Diante do exposto, a *mulher negra anônima*, conceito cunhado por Lélia Gonzalez, se encontra no pior cenário de exploração e discriminação, pobreza e invisibilização social, mas também é exemplo e resistência por sua existência e por sua luta pela sobrevivência e acesso a melhores condições de vida para si e para os seus.

Em função dessa base interseccional, as seções seguintes deste capítulo dedicam-se a articular esses marcadores sociais da diferença⁴ à produção do espaço urbano. Serão discutidos os conceitos de produção e consumo do espaço, a transição do habitat para o habitar e a formação de territórios, buscando compreender como a exclusão socioespacial se materializa e é resistida nas cidades.

1.1 A PRODUÇÃO E O CONSUMO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO

Neste trabalho, adota-se a noção de produção social do espaço, fundamentada na tradição da geografia crítica, por compreender que o espaço não é um receptáculo inerte, mas uma construção resultante das relações sociais de produção. Esta escolha justifica-se pela necessidade de analisar como a cidade de Ponta Grossa é produzida e consumida sob a lógica do capital, gerando exclusões que atingem grupos sociais de forma diferenciada.

Há uma relação direta entre produção e consumo do espaço, visto que o espaço, levado a condição de produto, só se efetiva no seu consumo e vice-versa. A produção do espaço cria tanto consumidores quanto formas de consumo do espaço e processos que produzem e expressam a desigualdade socioespacial. Para Sobreiro Filho (2020, p. 353): “a produção do espaço produz determinado tipo de espaço para determinado tipo de consumidor”.

É no pensamento de Lefebvre (2016) que se encontra a associação contraditória, na perspectiva dialética, entre produção e consumo, pois a relação entre agentes

⁴ Os marcadores sociais da diferença referem-se a categorias como cor, cultura, origem étnica ou regional, gênero e idade, utilizadas para classificar, ordenar e hierarquizar indivíduos e grupos na sociedade. Conforme Silva (2014), esses marcadores não são essências biológicas ou dados naturais, mas sim produções sociais e culturais criadas ativamente por meio de sistemas de significação e atos de linguagem.

produtores de espaço e agentes consumidores é de significativa interdependência. Essa dinâmica é notável em Ponta Grossa e norteou a produção e o consumo do seu espaço urbano. De acordo com Scheffer e Kachaukje (2018), o município está condicionado à lógica da mercadoria, de modo que os agentes produtores do espaço atuam para perpetuar a dinâmica de exclusão. Nesse sentido, Lefebvre (2016, p. 36) destaca que essa lógica de produção socioespacial estabelece “uma dominação perfeita para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço”.

Sob esse condicionante da mercadoria, o espaço urbano é amplamente predatório em relação ao ato de *habitar* que, para Lefebvre (2016, p. 25), pressupõe a participação “de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade”. Habitar estaria, portanto, condicionado ao fenômeno do encontro e da coexistência na cidade dos semelhantes e dos contrários. A sujeição da habitação à lógica do capital produz, em contraposição, o que o autor define como *habitat* (Lefebvre, 2016, p. 29): a homogeneização do espaço habitado, condicionado à produção tão somente da riqueza imobiliária quantitativa, produzindo as chamadas *máquinas de morar*.

Tal dinâmica de homogeneização não se restringe à arquitetura de edificações; ela contamina a própria gestão da cidade. Inseridas nessa produção quantitativa do espaço, as ações políticas também se tornam o que o autor define como abstratizantes. Nesse sentido, o debate político-institucional, geralmente limitado aos partidos que buscam reivindicações de pautas progressistas e aos movimentos sociais, acaba sendo unilateral:

[...] contentam-se em reclamar ‘mais casas’. Por outro lado, não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível (Lefebvre, 2016, p. 28).

Na abstração da questão habitacional, o referido *campo cego*⁵ norteia o debate, e produz o que o autor define como *espaços abstratos*:

Para Lefebvre, abstrato é o espaço planejado e normatizado, produzido pela sociedade através da manipulação de forças políticas e econômicas que propiciam e organizam a reprodução de relações, também abstratas, no intuito de homogeneizar, regulamentar e hierarquizar pessoas e lugares (Calgaro; Hermany; Silva, 2020, p. 2033).

O processo de hierarquização segue a lógica da reprodução das classes sociais que, orientada pelo mercado financeiro, exige para sua perpetuação o que Gonzalez (2020) define como uma massa marginal crescente, condicionada à subalternidade. Longe de trazer homogeneização para os espaços, essa lógica gera a alienação das diferenças e a desigualdade socioespacial, pois, conforme observa Carlos (2020), do direito primário à moradia derivam-se as diferenças de acessos a bens, a serviços urbanos, ao transporte e à mobilidade e à sociabilidade para a cidadania. Segundo a autora:

Essa diferenciação ganha realidade como separação/apartamento, condicionando as relações sociais, assim como o modo como cada cidadão se apropria do espaço. Essa diferença revela-se numa apropriação privada determinada pela distribuição da riqueza, portanto na posse da riqueza gerada sob sua forma privada envolvendo, diferencialmente, toda a sociedade (Carlos, 2020, p.415)

A separação ou apartamento seria, portanto, uma negação ao direito das relações sociais em privilegiar a apropriação privada do espaço urbano. É um processo violento de privação do direito à cidade, que condiciona a população periférica, que no Brasil é predominantemente negra, ao debate identificado por Santos (2020, p. 326) “da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer — carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação, e cidadania”. Para que a acepção clássica de produção e consumo do espaço mostre-se adequada para discutir a realidade brasileira, é imperativo interseccioná-la às variáveis de raça e classe.

⁵ Na perspectiva de Lefebvre, o campo cego refere-se à invisibilização dos processos mais profundos e contraditórios da urbanização (Lefebvre, 1999). Ele argumenta que, mesmo com o crescimento das cidades e o aumento da importância do urbano, há um déficit de compreensão teórica e política sobre o que realmente está em jogo nesse processo. Utiliza-se, portanto, o conceito, para expressar a falta de consciência crítica e teórica mais ampla sobre a questão habitacional.

Para Milton Santos (2020) o entendimento conceitual do espaço urbano relaciona-se à compreensão social, não podendo haver divisão entre os processos de urbanização e como as estruturas sociais se manifestam historicamente por meio de suas materializações em formas espaciais. O intelectual negro, que contribuiu significativamente para as teorias pertinentes a globalização, urbanização e a natureza do espaço, tinha uma visão crítica sobre o racismo no Brasil e suas implicações na cidadania e no espaço geográfico. Interpretando o espaço urbano como esse campo onde se estabelece a complexa inter-relação entre espaço, sociedade e tempo, Berth (2023) afirma que nesse espaço a sociedade reproduz omissões históricas, sistemas de opressões e desigualdades sociais nas divisões territórios ocupados predominantemente por comunidades negras.

A partir dessa relação entre espaço e sociedade, emerge o conceito de território como categoria central. Para os fins deste estudo, entende-se território não apenas como uma delimitação política, mas como o espaço apropriado por relações de poder e identidade. Santos (2005) compreende que o território não deve ser entendido apenas como uma área geográfica delimitada ou um conceito jurídico-político herdado da modernidade. O autor propõe que o foco da análise social seja o território usado, pois o território por si só não constitui um conceito, tornando-se tal apenas a partir de seu uso social e das experiências concretas dos agentes que nele vivem.

Para Santos, o território é definido como um híbrido, uma união indissociável de sistemas naturais e históricos materiais, formado pelo conjunto da base técnica (o substrato físico, natural ou artificial) e pelas práticas sociais (a política e as intenções dos sujeitos) (Santos, 2005; Silva; Barbosa, 2013). A abordagem de Santos dialoga com a perspectiva de Souza, que compreende uma dimensão intangível do território, oriunda da dimensão social por ele estabelecida:

A comparação de um território com um 'campo de força' aparece, então, como uma analogia bastante razoável: ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, uma das formas de qualificá-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço — mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa, de várias maneiras, deste último (Souza, 2022, p. 97).

Para Souza, o território é intangível porque o poder é uma relação social. O que Souza chama de relação social tornado espaço é o que Santos define como o espaço socialmente demarcado pelas ações e intenções de sujeitos sociais, onde o sentido da sociedade é revelado através de investimentos simbólicos, estéticos e éticos (Silva; Barbosa, 2013). É no território, a partir da perspectiva Miltoniana, que os sujeitos constroem não somente seus espaços de resistência social, mas também *lócus* da vida, transformando o espaço em uma morada de afetos, saberes e memórias.

A relação entre o conceito de território usado e os territórios negros é profunda e estruturante, pois a dimensão racial é um dos fatores que definem o uso, a regulação e a estigmatização desses espaços. Destaca-se que a existência de territórios negros urbanos já é abordada por diversos autores (Rolnik, 2007; Santos, 2020; Santos, 2022; Brito; Mendonça; Rolnik, 2023; Santos, 2024; Marques; Name, 2025) não somente enquanto categoria chave de análise para o contexto das dinâmicas socioespaciais, mas também como uma categoria instrumentalizada pelos movimentos sociais para reação ao universalismo e seus efeitos de poder dominante sobre o território dominado.

Embora o silenciamento sobre raça e gênero ainda persista em setores da ciência, há quase duas décadas tem havido um debate ativo e consistente sobre o tema. É pioneiro o trabalho de Rolnik (2007), que propôs uma discussão localizada da categoria pela ótica da racialização, compreendendo que havia uma limitação da análise socioespacial que considera como justificativa a inexistência de guetos e de ações legais e legislativas, em contraste a realidade os dos Estados Unidos da América e da África do Sul sob o regime do *Apartheid*, como justificativa para uma fictícia ausência de discriminação racial no Brasil. Segundo a autora, compreender a complexidade da formação dos problemas urbanos ao nível nacional exige considerar que suas raízes estão no processo de colonização do país. Esse processo deixou como herança histórico-racial a marginalização e estigmatização intensa dos territórios negros, tanto urbanos quanto rurais. Marcadas por uma longa trajetória de exclusão, essas comunidades desenvolvem repertórios comuns de resistência, que se configuram como importantes potências de transformação social.

Sobre o debate a respeito da questão racial no Brasil cabe destacar o interdito do mito da democracia racial que, conforme identificado por Santos (2024), bloqueou avanços nas compreensões das relações raciais, inclusive para formação do arcabouço teórico necessário para podermos avançar em diversas pautas sensíveis.

Em sua obra, o autor traz a abordagem histórica que se inicia na década de 1950 — com destaque a obra “Casa grande & Senzala”, de Freyre (2003) —, que retrata o país como um “como paraíso das raças, mas reforçaram a ideia da variável racial como um dado dependente (subordinado à dinâmica de classes) e residual (resquício da escravidão e das relações engendradas em sua extinção)” (Santos, 2024, p. 313). Essa leitura contribuiu para a marginalização da questão racial nas análises estruturais da sociedade brasileira, ocultando as formas como o racismo opera de modo autônomo e persistente na organização social e espacial das cidades. É nesse sentido que Carlos (2020) apontou o fundamento de que o processo de desigualdade social está na produção do espaço urbano enquanto propriedade privada de riqueza, permitindo exercício do domínio por certos grupos sociais a outros grupos subalternos — grupos esses identificados por Rolnik (2007) e Santos (2024) como o sendo o povo negro.

Esse fenômeno não deixa de se manifestar na produção do espaço urbano de Ponta Grossa, atrelada a um processo de invisibilização da comunidade negra no município. Conforme observado por Santos (2022, p. 60), existe um recorrente discurso de uma fictícia inexistência da comunidade negra, que reflete uma negação histórica do sequestro negro para escravização que, conforme afirma a autora, “foi suficientemente relevante para a construção política e econômica do Estado em si”. A autora afirma que as próprias ações do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano, que por meio de remanejamentos estratégicos e investimentos em infraestrutura para consolidação de grandes loteamentos periféricos, corrobora para tal invisibilidade ser perpetuada até os dias atuais.

Longe de criar os chamados *guetos negros*, essas estratégias espaciais focaram no objetivo contrário: a manutenção do poder e da dominação do mercado financeiro o que, corroborado pelo Estado por meio da valorização de áreas das classes sociais de alta renda por meio de altos investimentos de infraestrutura, culminou num arranjo território-racial que Brito; Mendonça e Rolnik (2023) definem como territórios de exclusividade branca:

Chamamos de territórios de exclusividade branca os bairros marcados por uma predominância acentuada de formas de moradia produzidas para a branquitude, especialmente em suas parcelas de classe média e alta, e onde a presença negra só é tolerada através de sua dominação por relações de trabalho. Não se trata de um conjunto de territórios homogêneos – pelo contrário. São áreas com grande diversidade tipológica, horizontal e vertical,

e com diferentes tipos de conflitos, articulações sociais, espectros políticos e outros marcadores de sociabilidade. Mas, em comum, são caracterizados por uma onipresença branca e pela ausência de locais de articulação política e social da população negra capazes de imprimir uma urbanidade. Ou seja, são espaços cuja constituição pressupõe incompatibilidade com uma territorialidade negra – por isso são exclusivos da branquitude (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023, p. 39)

Os autores argumentam que, baseados em um discurso neoliberalista de mercado, essas territorialidades brancas se opõem política e institucionalmente contra a presença negra, em uma visão de desvalorização do meio urbano. Aliado aos altos investimentos nas áreas exclusivas brancas, entram em ação processos de expulsão de comunidades negras em territórios de potencial valorização, incentivados pela própria legislação e intensificados por investimentos públicos em infraestrutura, tornando insustentável para a população negra permanecer nas áreas urbanizadas e nas principais centralidades⁶ urbanas.

Criam-se, a partir do isolamento dessas comunidades a áreas específicas, espaços de resistência coletiva a opressão político-institucional, denominados na teoria Lefebvrina como *espaços diferenciais* (Calgaro; Hermany; Silva, 2020), onde ascendem as fissuras da homogeneidade socioespacial expondo as individualidades, que podem nos direcionar a um novo urbano:

São pessoas cujas próprias vidas são manifestos de resistência, quer por incompatibilidade com o sistema imposto, quer pelo desprezo ou exploração excessiva deste. Nos seus modos distintos de viver a cidade, o francês enxergou possibilidades reais para a realização do 'urbano'. Percebeu que se o capital produzia o espaço abstrato através de estratégias que buscavam a homogeneização, um intento capaz de reverter esse processo só poderia se dar através da estratégia inversa: a promoção das diferenças (Calgaro; Hermany; Silva, 2020, p. 2044).

Para os autores, baseados na obra de Lefebvre, essas pessoas seriam os chamados *homens ordinários*, pessoas comuns, que resistiriam a alienação totalizante do capital. A definição do masculino enquanto figura de resistência reflete

⁶ A definição de centralidade urbana para essa obra contempla as complexas mudanças estruturais impulsionadas pela dinâmica econômica contemporânea analisadas por Oliveira Júnior (2008). Para o autor, os municípios de médio porte passam por processos conjugados de descentralização e recentralização que moldam novas áreas centrais, exigindo a criação de novas estruturas urbanas. Esse processo produz a saturação dos centros tradicionais e a migração para um modelo de estrutura de centralidade múltipla e polinucleada, com segmentos sociais distintos utilizando diferentes áreas centrais. Em Ponta Grossa essa realidade é muito característica, pois a cidade possui o seu centro histórico, mas também diversas outras centralidades nos bairros com maior densidade populacional — Contorno, Nova Rússia, Oficinas, Uvaranas, e Jardim Carvalho.

uma leitura patriarcal eurocentrada do filósofo francês, fruto de seu tempo e contexto. Essa leitura se contrapõe à de Gonzalez (2020), cuja conceituação se assemelha à dos espaços diferenciais de Lefebvre, mas se diferencia por adotar uma perspectiva decolonial e afro-latino-americana da produção socioespacial, colocando a mulher negra no centro do debate:

Mas sobretudo a 'mulher negra anônima', sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. [...] da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (Gonzalez, 2020, p. 64).

Enquanto Lefebvre identifica nos homens ordinários a potência de ruptura contra a alienação capitalista, Gonzalez desloca o olhar para a mulher negra anônima cuja existência, marcada pela exclusão e pela precariedade, é também espaço de elaboração política, afetiva e coletiva da resistência. Sua presença não somente tensiona a narrativa universalizante da teoria crítica europeia, como revela que a produção de espaços diferenciais não se dá unicamente como possibilidade, mas como prática cotidiana de sobrevivência, reconstrução e liberdade, também pela ótica do sul global. Essa inversão de perspectiva não é exclusivamente analítica, mas é também política, posicionando a mulher negra como mote de possíveis transformações sociais.

Essa resignificação proposta por Gonzalez exige também uma abordagem decolonial sobre a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, reconhecendo que suas atuações são atravessadas por relações interseccionais de poder. Trata-se de deslocar o foco das análises tradicionais centradas no Estado e no capital, para reconhecer como sujeitos historicamente marginalizados — especialmente mulheres negras — produzem e transformam o espaço urbano a partir de experiências marcadas pela articulação entre gênero, raça e classe. Essa discussão será elaborada na sessão subsequente.

1.2 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

As análises universalizantes sobre os agentes produtores do espaço urbano frequentemente priorizam a dimensão econômica e as relações de classe como motores principais da organização socioespacial. No entanto, tais abordagens tendem a tratar esses agentes de forma generalista, sem considerar como as hierarquias de raça e gênero operam como eixos estruturantes que condicionam o poder de ação e a capacidade de apropriação do espaço por cada grupo.

Madalozzo (2019, p. 38), considerando as discussões sobre a produção socioespacial a partir das abordagens de Corrêa (1989), Castro; Gomes e Corrêa (2000) e Souza (2022), afirma que os agentes modeladores do espaço urbano em Ponta Grossa são representados nas figuras do Estado, dos proprietários dos meios de produção, dos proprietários de imóveis, nos habitantes dos bairros e em outras representações. Esses agentes atuam concretamente na produção e no consumo do espaço urbano, pela relação de acumulação do capital derivada das relações de produção e reprodução. Como consequência dessas relações produtivas, os agentes atuam também como geradores dos conflitos e das lutas de classe.

Por outro lado, ao voltarmos o olhar para as outras representações possíveis a partir da compreensão da formação dos chamados *grupos sociais excluídos*, a teoria da interseccionalidade torna-se imprescindível. Este agente não se constitui uma massa amorfa de pessoas; ele possui um rosto predominantemente feminino e negro. São as mulheres negras que, situadas na base da pirâmide social pela articulação entre racismo, sexismo e classismo, protagonizam as estratégias de sobrevivência e as disputas pelo direito à cidade. Assim, a produção do espaço — ou a luta pelo acesso a ele — empreendida por este grupo não é apenas uma luta de classes, mas uma resposta espacial às opressões interseccionais que lhes negam o direito pleno de habitar.

Essa estrutura de exclusão, que coloca a população negra — e especificamente a mulher negra — à margem do processo de produção do espaço, não é um fenômeno acidental ou recente. Ela é o reflexo contemporâneo de uma marca na formação nacional, cuja gênese é analisada criticamente por Santos (1996) ao discutir as raízes econômicas da desigualdade brasileira: o processo de escravização negra e indígena. Para o autor, a escravidão não impactou

exclusivamente em marcas profundas históricas, culturais e políticas da formação socioespacial brasileira, ela também molda, até a contemporaneidade, o modelo cívico possível diante de um modelo econômico dominante.

O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político. **A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país.** Mas é também um modelo cívico subordinado à economia, uma das desgraças deste país. Há países em que o modelo cívico corre emparelhado com a economia e em muitas manifestações da vida coletiva se coloca acima dela (Santos, 1996, p. 135).

A abordagem de Santos oferece uma lente crítica fundamental para entender como as relações de poder e as desigualdades históricas moldam a produção do espaço geográfico e como diferentes agentes atuam nesse processo de forma desigual, pois, como já exposto, a produção do espaço nunca é neutra. Ela é intrinsecamente ligada às relações de poder, aos interesses econômicos e aos legados históricos que moldam as oportunidades e as restrições de diferentes grupos sociais e agentes produtores do espaço.

A perspectiva racial aprofunda a discussão apresentada, na medida em que o autor buscou compreender como os agentes hegemônicos se articulam para perpetuar o racismo na sociedade brasileira. Como consequência, esse processo reitera a exclusão da população negra do acesso aos padrões mínimos de qualidade de vida, fundamentais para a consolidação de uma democracia plena:

No Brasil a economia decide o que do modelo cívico é possível instalar. [...] A própria territorialização é corporativa, a metropolização é corporativa, os recursos nacionais sendo utilizados sobretudo a serviço das corporações, o resto sendo utilizado para o resto da sociedade. O cálculo econômico não mostra como as cidades se organizam para serem utilizadas por algumas empresas, por algumas pessoas. São as corporações que utilizam o essencial dos recursos públicos e essa é uma das razões pelas quais as outras camadas da sociedade não têm acesso às condições essenciais da vida, aos chamados serviços sociais. **No caso dos negros, é isso o que se passa** (Santos, 1996, p. 136, grifo próprio).

Portanto, quando o autor afirma, “digo-o por ciência própria. Não importa a festa que me façam aqui ou ali, o cotidiano me indica que não sou cidadão neste país” (Santos, 1996, p. 134), ele o faz pela redução da sua cidadania a serviço do consumo, ainda mais por ser um homem negro. Ao listar as cidadanias que são mutiladas no

processo de desnaturalização que prioriza os privilégios, a moradia entra em pauta, prevista como um direito social no Artigo 6º da Constituição Federal da República⁷.

É interessante observar a análise de Santos sobre o progresso conquistado pelos movimentos de lutas sociais de grupos vulnerabilizados. Para o autor, a luta do povo negro é específica por ser acumulativa de exclusões sociais, havendo certa distinção entre outras minorias. Ao citar especificamente o exemplo da pauta das mulheres, o autor afirma ver avanços mais representativos que do que os que foram alcançados pela negritude:

Um outro dado a acrescentar é que a situação dos negros no Brasil é uma situação estrutural e cumulativa, o que mostra a diferença com outras minorias (que não são minorias). Vemos com frequência comparar, ou pôr lado a lado, a briga dos negros com a briga das mulheres e com a briga de outras minorias, inclusive algumas que recentemente se levantaram para exigir direitos. Não dá para pôr tudo no mesmo saco, como se faz. Sobretudo não dá pelo seguinte: por exemplo, as mulheres começaram sua luta recentemente, mas já conseguem resultados que os negros não obtêm. Isso basta para mostrar que as situações não são iguais. As mulheres lutam dentro da sociedade, enquanto os negros não fazem parte da sociedade que manda. A situação deles é uma situação estrutural e cumulativa, onde cada progresso obtido ao nível do país não representa melhoria efetiva correspondente de sua situação como grupo (Santos, 1996, p. 136).

A análise de Santos é fundamental ao diagnosticar que o racismo no Brasil opera como uma exclusão estrutural e cumulativa, distinta de outras reivindicações sociais. No entanto, ao situar a luta das mulheres como um movimento que obteve avanços comparativamente maiores, o autor implicitamente refere-se a um feminismo hegemônico, majoritariamente branco, que conseguiu dialogar com as estruturas de poder. Embora Santos corretamente insira as mulheres negras na totalidade da exclusão racial, essa distinção categórica pode ser complexificada. Tratar a luta das mulheres como um bloco que alcançou progressos é um caminho que pode invisibilizar parte significativa dessas mulheres que permanecem na situação de exclusão estrutural descrita pelo próprio autor: as mulheres negras.

A transição para uma análise contemporânea da habitação exige, portanto, o aporte da teoria que compreenda essa dimensão complexa que é a relação entre ser negro e ser mulher no Brasil. Esta não visa negar a estrutura racista apontada por Santos, mas sim evidenciar como ela se metamorfoseia e se agrava quando articulada

⁷ “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, p. 11).

ao gênero e à classe, moldando formas específicas de desigualdades socioespaciais. Visto a hipótese apresentada nesta pesquisa de que a produção habitacional desigual esteja intrinsecamente relacionada às opressões estruturais de gênero, raça e classe, é necessário aprofundar o conceito de interseccionalidade e suas contribuições para a compreensão da produção do espaço urbano. Isso porque as cidades capitalistas são organizadas segundo uma lógica excludente, que naturaliza desigualdades e aprofunda vulnerabilidades socioespaciais.

O pensamento interseccional não possui uma origem definida. Diversos autores, como a socióloga Patricia Hill Collins (2017), consideram que a intelectual feminista Kimberlé Crenshaw constituiu caráter formal ao termo em 1991, por meio do seu artigo “*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*”, publicado pela *Stanford Law Review*⁸ (Crenshaw, 2012), porém as bases do conceito já tinham origem no movimento feminista negro norte-americano e também nos movimentos afro-latinos-caribenhos.

Para Collins, interseccionalidade trata-se essencialmente das relações de poder. Define-se por uma “abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade⁹ são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas” (Collins, 2019, p. 521). Por ter nascido no cerne do movimento negro, o conceito está diretamente comprometido à práxis e a uma política emancipatória que vise a liberdade e a justiça social para a população subalterna.

Já Akotirene (2019 p. 15), autora brasileira e pesquisadora dos temas relativos ao feminismo¹⁰ negro nacional, compreende o viés da interseccionalidade como esse

⁸ Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor, tradução da autora. O termo mulheres de cor (*women of color*) é mantido nesta tradução para respeitar a terminologia política estadunidense. No contexto original, o termo não se refere apenas a mulheres negras, mas funciona como uma categoria de coalizão política que inclui diversas identidades étnicas não europeias (como latinas, asiáticas, indígenas e mulheres do Oriente Médio) que compartilham experiências de opressão frente à hegemonia branca.

⁹ Existem outras categorias de divisões sociais que podem ser listadas e que não constam nessa definição cunhada por Collins em 2019. A mesma autora em outra obra (Collins, 2017) cita habilidade e religião como outras categorias de análise. Interseccionalidade é um termo *guarda-chuva* que, para além dos binômios e das categorias de análise, busca essencialmente compreender as relações dinâmicas entre as categorias e como as relações de poder se manifestam a partir dessas relações.

¹⁰ Cabe aqui destacar que interseccionalidade não é em si um conceito feminista. Collins (2017) afirma que limitar a interseccionalidade a teoria feminista seria um erro epistemologicamente empobrecedor. Na obra *Intersectionality as Critical Social Theory* (Interseccionalidade como Teoria Social Crítica, tradução da autora) (2019a) a autora discute a tendência de restringir a interseccionalidade a um campo teórico dentro do feminismo, especialmente ao feminismo negro nos Estados Unidos. Ela argumenta

sistema de opressão interligado, que se constrói com base em aspectos identitários marcados por entrelaçamentos e entrecruzamentos perceptivos, principalmente na ótica da racialização, sexualidade, gênero e classe social, não havendo a possibilidade que hierarquizar as opressões. Para Akotirene, compreender a sociedade desigual brasileira é compreender a cisão de dinâmicas dessas relações justapostas, visando um novo modelo de sociedade que supere essas opressões estabelecidas desde as origens do Brasil colonial.

Dialogando com essa perspectiva e a situando no território, Berth (2023) afirma que as raízes da dinâmica de exclusão territorial de certos grupos se origina da questão racial, visto que “o lugar social da negritude está bem marcado nas áreas favelizadas e nas periferias em geral” (Berth, 2023, p.56). Entretanto, essa marcação racial não atua sozinha: para a autora, a divisão do espaço urbano se dá também pelo gênero e pela classe, de forma inter-relacionada e interdependente. É nesse cenário que se materializa a interseccionalidade na produção e no consumo do espaço urbano. Compreendendo essa dinâmica e articulando com a premissa fundamental de Davis (2016) de que raça, classe e gênero se informam mutuamente, Berth (2023) aprofunda essa discussão ao situá-la no centro da disputa urbana por moradia. Sendo a moradia um elemento crucial das opressões estruturais no país, a autora propõe a seguinte articulação:

Se a raça é a maneira que vivemos a classe e isso é comprovado pela maior quantidade de pessoas negras na categoria de baixa renda, e gênero é a maneira como vivemos a raça, já que as mulheres são as que tem menos acesso à posse da terra e, por consequência – sobretudo mulheres negras -, são as que estão em maior número no âmbito da segurança habitacional, não faz sentido analisar a questão da moradia excluindo sua função oculta que é caracterizar a triangulação entre raça, classe e gênero (Berth, 2023, p.12).

Essa triangulação não se manifesta apenas na dificuldade de acesso à propriedade ou na qualidade construtiva da moradia, mas também na localização desses corpos no tecido urbano e na sua exposição desproporcional a riscos e degradação. É nesse ponto que a análise interseccional dos agentes produtores do espaço encontra o conceito de *racismo ambiental*. Cunhado inicialmente no contexto norte-americano por Benjamin Chavis (Capella, 1996, p. 331) e amplamente discutido

que essa abordagem pode limitar a potência política e analítica do conceito, obscurecendo suas conexões com tradições mais amplas de justiça social e sua capacidade de articular lutas coletivas por meio da formação de coalizões.

no Brasil por autores como Herculano (2008) e Silva (2012), o termo denuncia que a distribuição dos custos ambientais do desenvolvimento urbano não é aleatório.

Ao contrário, a lógica de acumulação que rege a produção da cidade direciona sistematicamente os empreendimentos mais poluidores, os depósitos de resíduos urbanos, as áreas de alagamento e a ausência de saneamento básico para os territórios habitados por populações racializadas e de baixa renda. Se, como aponta Berth (2023, p. 12) com base em Davis (2016) “o gênero é a maneira como vivemos a raça e isso impacta a forma como habitamos” o racismo ambiental é a maneira como o território sanciona a descartabilidade dessas vidas, negando-lhes não apenas o direito à cidade, mas o direito a um meio ambiente sadio. Portanto, quando o Estado ou o mercado planejam a cidade, eles frequentemente operam através de uma necropolítica espacial que confina as mulheres negras às zonas de sacrifício urbano.

Nesse sentido, a perspectiva de Berth também dialoga com a abordagem geográfica de Ratts (2014, p. 334) que afirma a racialização e generificação do espaço na sociedade brasileira. Para o autor, a imagem da mulher negra é frequentemente representada por estereótipos como a mulata, a empregada doméstica e a babá, sendo variações contemporâneas das figuras históricas das pessoas escravizadas, das mucamas, das criadas e das mães-pretas. São figuras que estabelecem um espelhamento entre vulnerabilização herdada do processo de colonização e a representação de uma falsa inserção dessa população a lógica do modo de vida neoliberal diante das condições que se impõem a essas mulheres.

Retomando o pensamento de Collins, essa generificação socioespacial também ocorre como apropriação do conceito de interseccionalidade por instituições, organizações e incorporações. Em seu texto “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória” (Collins, 2017) a autora questiona o processo de institucionalização do conceito não culminou por gerar um esvaziamento da sua dimensão ativista e propositiva de transformações sociais:

Liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa devem constituir as ideias centrais do feminismo, lutas por direitos civis, assim como o movimento pacifista e sindical, mas como essas ideias encontraram lugar em uma academia cada vez mais neoliberal? O que sobreviveu na migração do feminismo negro para a academia e seu recondicionamento como uma cada vez mais legítima interseccionalidade? De que forma os vínculos da interseccionalidade com a política emancipatória foram renegociados, em sua pesquisa crítica e sua práxis, em resposta às normas acadêmicas, tantas vezes antitéticas? O que se perdeu na tradução? (Collins, 2017, p. 14.).

Os mesmos questionamentos realizados pela autora para a utilização do termo no campo acadêmico podem ser realizados para a instrumentação da pauta interseccional por meio de políticas sociais de Estado para acesso à habitação ou para a participação efetiva de mulheres negras que lutam socialmente pelo direito à moradia em movimentos sociais que se colocam como colaborativos, mas são, em verdade, “supressão das ideias das mulheres negras em instituições sociais controladas por homens brancos” (Collins, 2019b, p. 455). E a pergunta ainda ecoa: O que se perdeu na tradução?

1.3 MULHERES, POLÍTICA E A DISPUTA NOS ESPAÇOS CONVIDADOS

A análise da participação política na gestão urbana inicia-se partir de um fato analisado empiricamente e corroborado por meio de biografias que se debruçaram sobre a temática (Gohn, 2007; Carneiro, 2011a; Pacheco; Kawanishi; Scheffer, 2019; Gonzalez, 2020): as mulheres constituem a maioria numérica e a força motriz organizativa dos movimentos populares por melhores condições de vida. Diferente do feminismo liberal clássico, focado historicamente na igualdade jurídica e no voto (Primeira Onda) ou na revolução dos costumes (Segunda Onda), a mobilização das mulheres nas favelas e periferias urbanas é impulsionada pela necessidade de sobrevivência. Discutir a participação política na gestão urbana exige, portanto, desconstruir a ideia de um modelo feminino universal.

Nesse contexto, a análise de Gohn (2007) sobre a invisibilidade feminina é elucidativa, mas precisa ser lida sob a ótica racial. A autora aponta um protagonismo de ação feminina na luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns que transcendem as fronteiras nacionais, que ocorre simultaneamente a uma *invisibilidade das atrizes* desse protagonismo, onde as demandas por infraestrutura (como a moradia, educação, saúde, segurança e outros) são vistas como demandas universais, ocultando que as reivindicadas são mulheres. No Brasil, essa atuação ganhou contornos nítidos a partir de 1975, onde a figura da mãe que luta por melhorias no bairro se tornou o principal vetor da pressão política. Elas não apenas participam; elas sustentam as redes de solidariedade que permitem a vida na cidade desigual:

As mulheres emergiram na cena pública brasileira, após 1975, por meio de seus diferentes papéis sociais – como mães que lutavam por seus filhos desaparecidos nos porões da ditadura militar; como mães moradoras nas periferias que clamavam por creches nos locais de moradia (cf. Gohn, 1985); como trabalhadoras que tinham salários diferenciados ou não lhes era dado o direito à maternidade etc. Mulheres que lutaram contra a ditadura militar e estiveram exiladas, retornaram ao país com a anistia política em 1979, após terem convivido com grupos feministas no exterior. No final dessa década formaram-se grupos e correntes no Brasil sobre o feminismo, especialmente nas universidades e em centros de estudos. Assassinatos de mulheres, como o caso de Ângela Diniz por Doca Street, mobilizou as feministas no Brasil durante o processo judicial, na luta contra a impunidade corrente neste tipo de crime. ‘Quem ama não mata’ foi o mote (Gohn, 2007, p. 51).

Contudo, reconhecer esse protagonismo exige enfrentar o problema da invisibilidade estrutural. Ao aplicar as lentes de Carneiro, percebe-se que o modelo feminino universal não contempla a realidade da mulher negra da classe trabalhadora. A invisibilidade neste caso é dupla, pois suas pautas são frequentemente subsumidas em movimentos feministas hegemônicos ou focados apenas na figura masculina, mesmo que elas constituam a maioria numérica nas bases dos movimentos urbanos.

De acordo com Carneiro, as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico da opressão da mulher não reconheceu. O feminismo negro busca enfrentar a inclinação eurocentrista que universaliza os valores de uma cultura particular, ignorando a história de resistência e luta das mulheres negras, que ocorre desde 1950:

E, de saída, nos recordamos de Maria de Lurdes Vale Nascimento e de Elza de Souza, nos anos 1950: a primeira responsável pela coluna ‘Fala Mulher’, do Jornal Quilombo (órgão do Teatro Experimental do Negro), fundou o Conselho Nacional de Mulheres Negras (em 18 de maio de 1950), e a segunda tratou da criação da Associação das Empregadas Domésticas (em 10 de maio de 1950) (Gonzalez, 2020, p. 265).

A opressão de gênero que ocorre na vivência das mulheres negras não pode ser separada de outros eixos, sendo o racismo o principal eixo articulador em sociedades multirraciais e racistas, pois ele determina a própria hierarquia de gênero. A luta do movimento de mulheres negras articula as variáveis interseccionais, e o desafio reside na relação entre esses movimentos e a política institucional.

É interessante notar as diferenças de pautas trabalhadas como relevantes para ambas as perspectivas de organização popular. Para Gohn (2007, p. 42), as demandas tradicionalmente reconhecidas como feministas tendem a se centrar no corpo e na individualidade da mulher, como o combate à violência doméstica, direitos

reprodutivos e equidade salarial entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, as demandas localizadas no espaço urbano (como habitação e saneamento) acabam sendo classificadas como lutas por melhores condições de vida e não, a priori, como questões de gênero, ainda que suas protagonistas sejam majoritariamente mulheres.

Já as principais pautas do feminismo negro, conforme delineadas por Carneiro (2011a), estruturam-se na articulação indissociável entre raça, gênero e classe, visando *enegrecer* a agenda feminista hegemônica. Suas reivindicações centrais incidem sobre a defesa da sobrevivência física e cultural, combatendo políticas demográficas eugenistas (como a esterilização maciça, o genocídio da população negra e a negligência estatal na saúde pública) e a injustiça econômica, mediante a crítica aos mecanismos de racismo no mercado de trabalho fundados na ideia da boa aparência. Ainda, há forte atuação internacionalista, que instrumentaliza fóruns globais de Direitos Humanos para tipificar o racismo como violação fundamental, propondo, em última instância, um novo modelo civilizatório orientado pela pluralidade e pela equidade substantiva.

Essa distinção teórica revela a fragilidade do feminismo hegemônico que, quando confrontada com “a grande distância que o separa da realidade vivida por milhões de mulheres negras deste país e a sua grande proximidade com o modelo ariano de explicação” (Gonzalez, 2020, p. 267), evidencia a insuficiência de suas categorias analíticas. Embora o pensamento feminista negro também parta de questões identitárias e biopolíticas, sua contribuição fundamental reside em deslocar o eixo da liberdade individual para a sobrevivência coletiva. Nessa leitura, a dicotomia entre corpo e espaço se dissolve: para a mulher negra, a moradia deixa de ser apenas um ativo imobiliário ou um refúgio doméstico para se tornar a infraestrutura básica de proteção contra o genocídio. Portanto, ainda que a pauta urbana não seja explícita em todos os textos clássicos de raça e gênero, ela é a consequência material inevitável da luta pela vida.

No campo da participação popular, esse tensionamento discursivo reverbera diretamente na esfera da atuação política, exigindo uma distinção clara entre os conceitos de representação e representatividade política. A *representação* é definida como “o ato de tornar presente aquele que estava ausente¹¹” (Pitkin, 1967),

¹¹ A transcrição original utilizada por Pitkin (1967, p. 9), ao se referir a definição da palavra representação é a seguinte: “*Except in its earliest use, however, this has always meant more than a literal bringing into presence, as one might bring a book into the room. Rather, representation, taken*

necessidade inerente à prática política, que é em si, coletiva e representativa. Em espaços participativos a presença de segmentos da sociedade civil se operacionaliza por meio da representação coletiva. A participação e a representação caminham juntas, e grande parte do exercício de participar nessas instituições e eventos envolve, na prática, representar setores da sociedade e, a partir dessa representação, espera-se o compromisso com as pautas defendidas por aquele grupo social representado.

O compromisso do representante e a sua identificação com a causa a ser representada já é algo discutido em algumas pesquisas recentes (Gurza Lavalle; Houtzager; Castello, 2006; Avritzer, 2007), contudo os mecanismos que permitem com que os representados desautorizem o representante caso desaprovem sua atuação não foram criados ainda. O vínculo entre representante e representado ainda depende da boa vontade do primeiro, o que pode não ser muito confiável, até porque a vinculação entre representante e representado é constituída por relações de poder e assimetria (Souza; Lima; Teixeira, 2012, p. 158).

Quando há um descompasso na relação representante-representado, causado pela falta de mecanismos formais que permitam aos representados desautorizar a atuação do representante que esteja fora dos compromissos sociais estabelecidos, o vínculo se torna frágil e sujeito a desequilíbrios, gerando uma série de consequências nos espaços participativos.

Esses espaços de participação são chamados por Faranah Miraftab (2016) de *espaços convidados*. Tratam-se de arenas legitimadas pelo Estado e por doadores internacionais — como conselhos municipais, audiências públicas e conferências — criadas para canalizar a participação da sociedade civil. Embora se apresentem como democráticos, esses espaços frequentemente operam sob uma lógica técnica e burocrática que busca *normalizar* o conflito social. Para as mulheres negras da classe trabalhadora, os espaços convidados muitas vezes reproduzem a *cidadania outorgada*: são ambientes onde sua presença é tolerada desde que se encaixe nos protocolos institucionais, mas onde sua agenda radical de sobrevivência é diluída.

É nessa fresta entre a necessidade de sobrevivência e a burocracia estatal que o clientelismo se instala e opera como um mecanismo de controle nesses espaços. A prática do clientelismo é definida pela relação de troca entre agentes

generally, means the making present in some sense of something which is nevertheless not present literally or in fact (Exceto em seu uso mais antigo, entretanto, isso sempre significou mais do que um trazer literal para a presença, como se alguém trouxesse um livro para a sala. Em vez disso, a representação, tomada de forma geral, significa o tornar presente em algum sentido de algo que, no entanto, não está presente literal ou de fato – Tradução da autora).

políticos (que podem ser cidadãos comuns ou pertencentes a classe de maior poder político e social), ou mesmo relações internas entre a própria estrutura dominante (como entre os poderes Executivo e Legislativo) (Silva, 2025). Essa relação baseia-se na entrega de apoio político e votos em troca de benefícios públicos na forma de empregos, serviços, isenções fiscais ou bens materiais.

Ao transformar direitos constitucionais — como o acesso à moradia e outras condições mínimas de subsistência — em favores mediados por lideranças políticas ou técnicos do Estado, a prática clientelista captura a potência política dessas mulheres. Elas ficam presas à condição de tutela: para acessar o bem público, exige-se não a cidadania ativa, mas a lealdade e a boa conduta institucional. O clientelismo, portanto, atua para esvaziar o caráter de conflito dos espaços convidados, *domesticando* as demandas insurgentes e reforçando a hierarquia de poder onde a mulher pobre e negra é vista como beneficiária passiva, e não como sujeito político.

Observa-se uma tendência ao hermetismo nos conselhos, onde cidadãos que não são conselheiros dificilmente têm voz ou voto na plenária, e a publicização de atos é falha. Nas conferências, esse descompasso se manifesta na possibilidade de que propostas formuladas em discussões mais abertas possam se perder e não ser consideradas nos momentos decisórios, pois esses formatos não permitem a eleição de representantes para as etapas estaduais ou nacionais. A simples inserção de uma ideia, desconsiderando as pessoas que vivenciaram a experiência, pode fazer com que o conteúdo se perca no meio da luta política, centralizada na figura do representante social.

A pesquisa de Gomes Neto *et al.* (2024) apresenta dados que mostram uma fragilidade na autorização democrática em conselhos e conferências, com muitas vagas da sociedade civil sendo preenchidas por indicação governamental ou menção em lei, em vez de eleições ou um vínculo forte com os representados. Os autores ainda argumentam que esses espaços tendem a privilegiar a mediação de interesses e a presença de especialistas, limitando a inclusão de múltiplas perspectivas e grupos subalternos, exceto nos conselhos focados nos direitos desses grupos.

Já a ideia de *representatividade política* relaciona-se diretamente com a inclusão de múltiplas perspectivas e vozes no debate, especialmente de grupos que estão comumente excluídos dos espaços decisórios. Segundo Souza, Lima e Teixeira (2012), quando os espaços participativos não garantem essa pluralidade de vozes, sua capacidade de inclusão é comprometida. Nesse contexto, a ocupação feminina

no campo político torna-se fundamental não apenas para o avanço dos direitos da mulher, mas para o enfrentamento da desigualdade social e a consolidação de uma democracia de gênero, pois a luta por moradia frequentemente transborda para os *espaços inventados* (Miraftab, 2016) — ocupações, protestos de rua e redes de solidariedade autônomas. É na dialética entre o convidado (institucional) e o inventado (insurgente) que essas mulheres constroem sua práxis política, desafiando a gestão urbana a ir além da formalidade participativa:

Devemos observar que uma construção binária de espaços convidados e inventados arrisca uma concepção fixa equivocada de estabilidade em cada espaço. Essa construção binária desconsidera a flexibilidade e a natureza inovadora do capitalismo e como ele se desdobra sobre o que quer que esteja a sua margem e busca incorporar o que quer que possa constituir uma ameaça a ele. O que hoje é uma alternativa pode se tornar uma tendência dominante e despolitizada pela repressão e cooptação amanhã, com sua força transformadora minada – deixando os ativistas com um ‘telefone de brinquedo sem sinal para chegar a lugar nenhum’ – metáfora que meu colega Ken Salo usa para esses movimentos roubados (Miraftab, 2016, p. 369).

A qualidade da representação passa a ser medida pela capacidade de representatividade atingida a partir dessa perspectiva, de forma que a representação diga mais respeito à capacidade de inclusão de diferentes interesses, opiniões e perspectivas sociais do que a mera performance política. No contexto da gestão urbana, muitas vezes há representação institucional, mas há um vácuo de representatividade. Ao excluir as mulheres negras dos espaços de decisão, as diversas representações sociais desperdiçam um conhecimento específico da realidade social, enraizado na experiência de sobrevivência identificada por Carneiro (2011a) e Gonzalez (2020). Sem essa perspectiva nos lugares de tomada de decisão torna-se impossível traduzir as demandas reais dessas mulheres em políticas públicas eficazes, o que acaba por perpetuar a exclusão.

Essa ruptura se alinha com a crítica de Faranak Miraftab que, ao teorizar o planejamento, incorpora o conceito de *ativismo escravo*, cunhado por Svirsky (2010, p. 3). No entanto, para fins desta pesquisa — que se debruça sobre a trajetória de mulheres negras —, opta-se pelo termo *ativismo cooptado*, a fim de evitar o uso metafórico de uma terminologia que remete a processos históricos de desumanização racial¹².

¹² Embora Svirsky (2010) e Miraftab (2016) utilizem o termo “ativismo escravo” baseando-se na metáfora de Gilles Deleuze e na genealogia da moral de Friedrich Nietzsche, opta-se nesta pesquisa

O ativismo cooptado é definido como a forma de ação política que se restringe a buscar e a garantir os mecanismos da democracia representativa, e não participativa, sendo o modelo que a teoria de planejamento despolitizada celebrou e popularizou sob o rótulo de planejamento inclusivo, manifestando-se na participação cidadã e no envolvimento de movimentos sociais em esferas controladas e predefinidas. Em termos práticos, corresponde à adesão acrítica aos espaços de ação convidados.

O planejamento insurgente surge, portanto, como uma alternativa teórica e conceitual que desafia esse confinamento. Ele reconhece a armadilha da inclusão liberal e rompe radicalmente com o modo de pensar o ativismo cooptado. Sua proposição é clara: é necessário reconhecer e valorizar as formas de ação que transcendem as normas do Estado e do mercado, atuando nos espaços inventados — nas insurgências, nas ocupações e as formas de organização que o poder dominante busca criminalizar (Miraftab, 2016, p. 369).

Entendo as práticas de planejamento insurgentes, com potencial transformador para um urbanismo humano, em termos de três princípios:

- Transgressão no tempo, lugar e ação: elas transgridem falsas dicotomias entre espaços convidados e inventados do ativismo; elas transgridem fronteiras nacionais ao construir solidariedades transnacionais e movem-se além dos laços do tempo através de uma consciência historicizada.
- Contra e anti-hegemonia: as práticas de planejamento insurgente são anti-e contra-hegemônicas. Elas desestabilizam relações de dominação e são especificamente anticapitalistas.
- Imaginação: práticas de planejamento insurgente são imaginativas. Elas recuperam o idealismo por uma sociedade justa (Miraftab, 2016, p. 370).

Nesta perspectiva teórica, a luta das mulheres negras na gestão urbana — definida pela sobrevivência coletiva e pelo combate ao racismo — é o próprio motor do planejamento insurgente. Ao se recusar a ter suas demandas (moradia, saúde, vida) subsumidas como meras questões universais ou de corpo individual, a perspectiva do feminismo negro exige a ação em espaços inventados que não dependem da autorização e da formalidade da representação política.

por utilizar terminologias como *ativismo capturado*, *cooptado* ou *institucionalizado*. Tal decisão fundamenta-se na necessidade ética de descolonizar a linguagem acadêmica, especialmente em um estudo que centraliza a trajetória de mulheres negras. Para sujeitos cujas ancestralidades foram submetidas ao processo histórico e material da escravidão transatlântica, o uso do termo *escravo* como metáfora para passividade política ou falta de criatividade pode soar reducionista e desconsiderar a violência real do sistema escravocrata, que jamais foi uma escolha psicológica, mas uma imposição estrutural de desumanização racial.

Conceitualmente, este capítulo conclui que a luta pela representatividade plena na gestão urbana não pode ser capturada pelo ativismo cooptado. Ela exige a insurgência — enquanto prática de ruptura para criação — como método para traduzir a experiência da exclusão em um projeto de cidade que desloque o foco da liberdade individual para a infraestrutura material da realidade social, redefinindo, assim, o próprio significado de participação política.

Para compreender como essa insurgência se materializa na prática, o próximo capítulo analisa o cenário do município de Ponta Grossa, partindo da configuração de seus territórios em disputa. Ao explorar as trajetórias dos movimentos de moradia e a inserção das mulheres negras nessa agenda, este estudo busca desvelar se existem e de que forma as políticas urbanas locais respondem às pautas de cor e gênero que sustentam a infraestrutura da vida social.

CAPÍTULO 2 – TERRITÓRIO, GÊNERO E RAÇA: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL PELA ÓTICA INTERSECCIONAL EM PONTA GROSSA

Para compreensão das condições sociais da população de Ponta Grossa e suas relações com as desigualdades socioespaciais é fundamental a análise aprofundada dos indicadores municipais sob a ótica de gênero, raça e classe social. No contexto da pesquisa aqui apresentada, tais indicadores são ferramentas que evidenciam como diferentes grupos sociais acessam a moradia e o espaço urbano ou como esse acesso lhes é negado.

O presente capítulo se dedica a estabelecer o território de conflito sobre o qual a luta por moradia em Ponta Grossa se manifesta, fornecendo a base material para as análises políticas e institucionais que se seguem. Para além da descrição urbana, a investigação parte do pressuposto de que a segregação socioespacial não é um acidente, mas um mecanismo ativo de produção de desigualdade inerente à lógica capitalista de produção e consumo do espaço urbano. Para compreender as dinâmicas de poder que culminam no acesso desigual à habitação, é necessária a compreensão de como a cidade tem sido construída historicamente e em que medida essa construção reproduz e aprofunda as desigualdades raciais, de gênero e classe social.

A abordagem de segregação socioespacial utilizada para esta pesquisa parte da ótica geográfica de Vieira e Melazzo (2012), que compreendem o conceito como sendo a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa última compreendida em termos de diferença e hierarquia. Fatores como a supervalorização do solo contribuem para a exclusão da população pobre para áreas periféricas. Nesse sentido, a segregação socioespacial é um conjunto de valores construídos e produzidos juntamente com a sociedade, com atribuições imaginadas e determinadas pelo poder dominante e pelos múltiplos interesses dos agentes produtores¹³.

A segregação socioespacial se materializa na distribuição desigual de riqueza e carências no território, demarcando fronteiras entre o espaço da centralidade (valorizado, com serviços e poder) e o espaço periférico (desvalorizado, com

¹³ Para maior aprofundamento sobre a temática da segregação socioespacial pela ótica do Planejamento e da Geografia Urbana, consultar as obras de Villaça (1998), Maricato (2013, 2015) e Carlos (2020b).

precariedade e vulnerabilidade) (Maricato, 2015). Em Ponta Grossa e em outros municípios com características semelhantes essa lógica de exclusão atua, de um lado, concentrando o capital e a branquitude¹⁴ nos centros urbanos e, de outro, expulsando as populações de menor poder aquisitivo e, notadamente, negras, para as bordas ou para áreas de risco.

A análise proposta neste capítulo adota a perspectiva interseccional (Collins, 2017; Akotirene, 2019; Collins, 2019) como chave de leitura fundamental. Essa abordagem busca demonstrar que a vulnerabilidade espacial não é homogênea: o ônus da precariedade habitacional e da distância dos bens urbanos tende a recair desproporcionalmente sobre a mulher negra. O Capítulo 2, portanto, se desdobrará em três movimentos analíticos:

- a) o desvelamento da geografia da desigualdade, confrontando os indicadores com as evidências da segregação espacial;
- b) a reconstrução da trajetória histórica dos movimentos de moradia;
- c) a análise da inserção e agência política das mulheres negras, que politizam as pautas urbanas a partir de suas realidades interseccionais.

2.1 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: A CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE PONTA GROSSA

A presente seção estabelece o cenário geográfico de conflito sobre o qual se assenta a política habitacional de Ponta Grossa, buscando evidenciar a produção socioespacial desigual do município. Por meio da análise da formação urbana demonstra-se que a segregação socioespacial não é um mero acidente, mas o resultado historicamente consolidado de mecanismos de expulsão e concentração. A articulação entre espaço, raça e classe é materializada na periferização de populações de menor poder aquisitivo, predominantemente negras, confirmando a interconexão entre desigualdade social, racismo e padrões de ocupação urbana.

¹⁴ Para compreender a dinâmica de poder observada no espaço urbano de Ponta Grossa, recorre-se ao conceito do “pacto narcísico da branquitude”, cunhado por Bento (2022). A autora define a branquitude como um lugar de privilégio simbólico e material. Nas estruturas institucionais, opera-se um pacto silencioso de cumplicidade intragrupal, onde o grupo dominante tende a preservar para si os espaços de decisão, reconhecendo a legitimidade e competência apenas em seus iguais. Nesse sentido, a ausência ou a sub-representação das mulheres da periferia nos espaços decisórios não é um acidente, mas um sintoma dessa autopreservação hierárquica que define o *branco* como o padrão universal e o *outro* como mero coadjuvante.

É a partir dessa evidência territorial — o solo onde a luta se manifesta — que se torna imperativo investigar como o perfil de gênero se insere nessa dinâmica: se a desigualdade é demarcada por limites geográficos, ela é politizada pelo corpo e atuação das mulheres negras, sujeitos que residem e resistem nessas fronteiras socioespaciais.

A partir da análise histórica de indicadores sociais, pode-se interpretar que Ponta Grossa apresenta um bom desenvolvimento humano ao longo dos últimos anos. A cidade ocupa o 13º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Paraná, com crescimento de 12,87%, considerando o intervalo de 10 anos — entre os anos 2000 a 2010. O indicador “avalia o progresso de longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente” define o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD; IPEA; FJP, 2022).

Já o índice de Gini, que indica o grau da concentração de renda de um determinado grupo, “cujo valor pode variar entre 0 e 1 e, quanto maior, maior a desigualdade de renda existente” (PNUD; IPEA; FJP, 2022), indica também uma redução na desigualdade social municipal de 2000 para 2010 de 0,003 pontos, chegando ao indicador de 0,54. Destaca-se que o índice de Gini de Curitiba, capital metropolitana que ocupa o primeiro lugar no ranking é 0,55, somente 0,01 superior ao de Ponta Grossa, mostrando o bom posicionamento do município em comparação a localidades com hierarquia urbana superior (IBGE, 2018). A Tabela 1 apresenta os 20 municípios paranaenses com melhores indicadores socioeconômicos em 2010:

Tabela 1 – Ranking dos 20 municípios com melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus respectivos Índices de Gini.

Ranking IDHM	Município	IDHM 2010	Índice de Gini 2010
1	Curitiba	0,82	0,55
2	Maringá	0,81	0,49
3	Quatro Pontes	0,79	0,47
4	Cascavel	0,78	0,51
5	Pato Branco	0,78	0,51
6	Londrina	0,78	0,51
7	Francisco Beltrão	0,77	0,47
8	Marechal Cândido Rondon	0,77	0,53
9	Toledo	0,77	0,46
10	Palotina	0,77	0,47
11	Dois Vizinhos	0,77	0,47
12	Ivatuba	0,77	0,43
13	Ponta Grossa	0,76	0,54
14	Medianeira	0,76	0,49
15	Paranavaí	0,76	0,48
16	Serranópolis do Iguaçu	0,76	0,50
17	Entre Rios do Oeste	0,76	0,50
18	Umuarama	0,76	0,48
19	Rio Negro	0,76	0,48
20	Cornélio Procópio	0,76	0,48

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2022),
Organização: A autora (2026).

O município possui ainda um dos melhores PIB per capita das Cidades Médias¹⁵ do Paraná, indicando um nível de desenvolvimento econômico mais elevado de seus habitantes e, por consequência, da região na totalidade. A Tabela 2 indica que o PIB per capita de Ponta Grossa é o maior das quatro Cidades Médias mais relevantes entre as 20 melhores posicionadas no ranking IDHM:

¹⁵Nesta pesquisa, adota-se a perspectiva teórica desenvolvida no âmbito da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME), com destaque para a produção de Sposito (2010). Essa abordagem estabelece uma distinção fundamental entre cidade de porte médio (critério estritamente demográfico/estatístico) e cidade média (conceito qualitativo e funcional). Enquanto órgãos oficiais (como o IBGE) utilizam faixas populacionais (comumente entre 100 mil e 500 mil habitantes) para classificação, a definição de cidade média aqui assumida privilegia o papel de intermediação e a centralidade exercida por esses centros. Conforme a obra da autora (Sposito, 2010; Lopes, 2023), estas cidades caracterizam-se pela capacidade de articular fluxos econômicos, de serviços e de informações, conectando o local, o regional e, no contexto da globalização, agindo como nós de redes que podem estabelecer fluxos transversais diretos com o mercado global. Portanto, a seleção das cidades analisadas considera não apenas o volume populacional, mas sua funcionalidade na estruturação da rede urbana regional.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) Per capita dos Municípios do Paraná.

Territorialidades	Ranking geral dos municípios do Paraná 2021	Per Capita (R\$ 1,00) 2021
Ponta Grossa	77	54.317
Maringá	100	51.909
Cascavel	126	46.976
Londrina	177	40.637

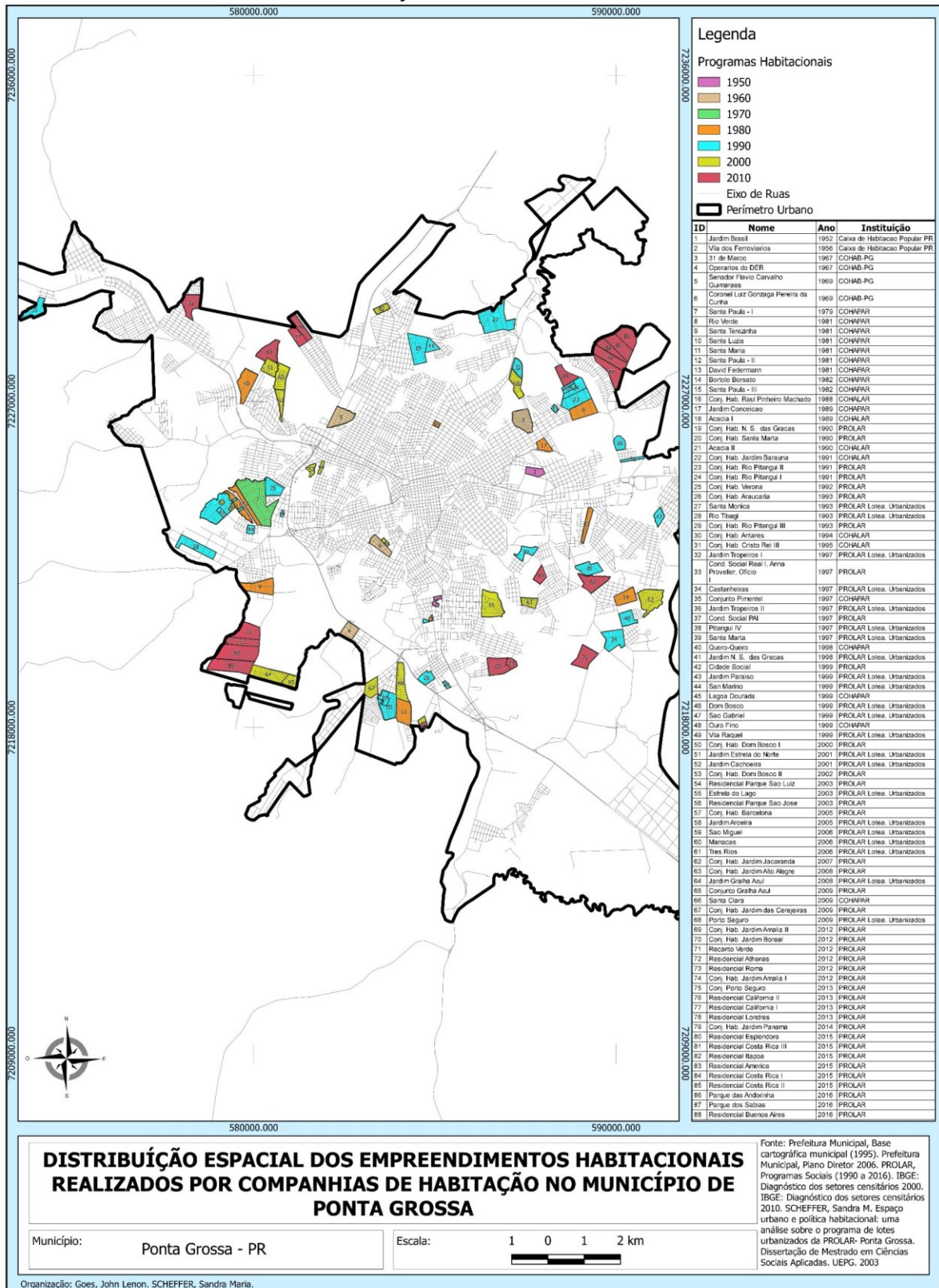
Fonte: IPARDES (2021),
Organização: A autora (2026).

Esses números, que inicialmente indicam um desenvolvimento econômico e social elevado, podem mascarar as profundas desigualdades socioespaciais. A análise do espaço revela que o desenvolvimento e a riqueza não são distribuídos equitativamente, o que obriga a investigação a confrontar essa narrativa oficial com a realidade da exclusão territorial.

Contrariando a leitura de que a segregação seria apenas um resultado espontâneo do mercado imobiliário, a evidência histórica aponta que esse padrão de desigualdade espacial é ativamente reforçado por políticas e ações de agências públicas. O arcabouço institucional do município atuou, ao longo das décadas, como o principal agente na produção e consolidação da periferia.

Esse processo não é apenas um resultado da dinâmica do mercado imobiliário, mas foi ativamente moldada pela atuação de agências públicas e programas habitacionais ao longo das décadas. Desde 1952, com a Caixa de Habitação Popular, e posteriormente com a COHAB-PG (1966-1969), COHAPAR e, sobretudo, a PROLAR (1989-2022), a política habitacional municipal se concentrou em produzir unidades novas, em detrimento de uma abordagem de regularização fundiária e melhoria habitacional completa (Scheffer, 2006; Stefaniak, 2011). Essa preferência reflete uma lógica nacional onde a política habitacional atua, frequentemente, mais como vetor de dinamização econômica para construtoras do que como garantia de direito à cidade (Maricato, 2015). A Figura 3 demonstra essa tendência histórica, ilustrando a massiva alocação de conjuntos habitacionais em regiões periféricas de Ponta Grossa, longe das centralidades.

Figura 3 – Distribuição espacial dos empreendimentos habitacionais realizados por companhias de habitação em Ponta Grossa.



Fonte: Scheffer; Kachaukje (2018).
Organização: Goes e Scheffer (2018).

A figura de maior impacto na configuração espacial da cidade é a prática de periferização inerente a esses programas. Os empreendimentos construídos pela COHAB e seus sucessores sempre se localizaram em áreas longínquas, gerando diversas dificuldades para as comunidades recém consolidadas devido ao déficit de serviços urbanos equipamentos comunitários, implantados somente de forma tardia (a posteriori), dependendo muitas vezes da pressão de organizações populares (Scheffer, 2006, p. 276).

Essa lógica de exclusão foi reforçada no município pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). O Plano Diretor Municipal (IPLAN, 2018) confirmou que os empreendimentos do MCMV foram alocados em áreas periféricas e de menor valor, fruto de um modelo em que a escolha dos terrenos ficava majoritariamente a cargo dos empreendedores privados. Essa dinâmica delegou ao mercado a função de desenho urbano, privilegiando o lucro imobiliário em detrimento da função social da terra. Essa opção de produção habitacional não só exclui os beneficiários (por serem realocados sem considerar relações com trabalho, escola ou meio social) como também contribui para a especulação imobiliária ao deixar grandes vazios urbanos nas regiões centrais com potencial de valorização.

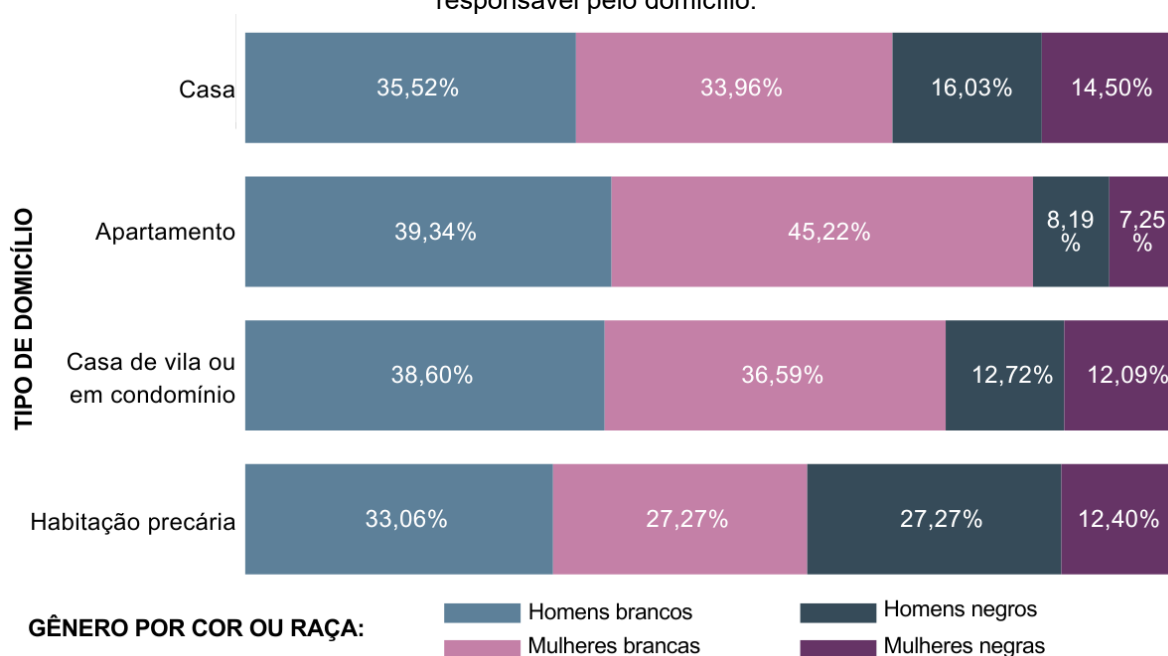
A política habitacional, ao invés de atuar como ferramenta de inclusão e mitigação da segregação, culminou por funcionar como um agente ativo de confinamento espacial. O resultado prático desse confinamento socioespacial é a materialização da exclusão na vida urbana e, mais significativamente, a racialização da precariedade. Onde o Estado, através de uma política alinhada ao mercado privado de terras, alocou a periferia, o Censo demonstra que a população negra se tornou majoritária, confirmando o elo intrínseco entre segregação territorial e desigualdade racial.

A Figura 4 ilustra as condições dos domicílios particulares segundo o sexo¹⁶ e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio segundo o levantamento realizado pelo último Censo (IBGE, 2024c). É possível identificar que a população branca possui os melhores indicadores de residência em domicílios de casas de vilas e

¹⁶ Utiliza-se o termo *sexo* em estrita observância à metodologia de coleta do Censo Demográfico (2024e), que adota essa categoria para o registro censitário. Todavia, a análise subsequente transborda o dado biológico para compreender as desigualdades como construções de gênero, considerando os papéis sociais e as vulnerabilidades específicas impostas às mulheres negras na gestão do espaço doméstico e urbano.

condomínios¹⁷ (75,59%) — categoria que, no contexto local, associa-se predominantemente aos condomínios horizontais fechados de alto padrão — e apartamentos (84,56%), com destaque para essa última forma de ocupação. A verticalização atinge prioritariamente a população com maior poder aquisitivo de acordo com Martins (2019, p. 54), visto que “[...] o centro era identificado pelo local da moradia das classes altas e média, o local valorizado, do mercado imobiliário, da verticalização; e a periferia o local da classe trabalhadora pobre”. Para a negritude, a predominância está no indicador das habitações precárias (39,67%), considerando que existe cerca de 30% de habitantes negros em Ponta Grossa.

Figura 4 – Domicílios particulares, por tipo de domicílio, segundo o sexo e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio.



Fonte: (IBGE, 2024c),
Organização: A autora (2026).

A segregação é confirmada pela análise demográfica e geográfica. Embora a população negra represente cerca de 27,66% dos 358.371 habitantes do município (IPARDES, 2024, p. 11), ela é predominante na forma de ocupação em Favelas e Comunidades Urbanas (FCs). Dos 23.931 moradores de FCs, a população negra

¹⁷ Embora a classificação do IBGE (2024c) aglutine *casas de vila e condomínios* em uma mesma categoria, observa-se que, na morfologia urbana de Ponta Grossa, essa tipologia é majoritariamente representada pelos condomínios horizontais fechados. Estes espaços são caracterizados pelo alto valor da terra e por dispositivos de segurança e lazer privativos, consolidando enclaves fortificados que reforçam a segregação socioespacial em relação às periferias onde a população negra está concentrada.

totaliza 10.254 pessoas, confirmando que a precariedade habitacional em Ponta Grossa é um fenômeno intensamente racializado.

As FCs se concentram em áreas não edificáveis e vulneráveis a riscos ambientais, predominantemente à beira de corpos d'água e em fundos de vale, uma característica que remonta ao início da industrialização (Löwen Sahr, 2001; Nascimento; Matias, 2011; Madalozzo, 2019; Madalozzo, 2022). Essa realidade é corroborada pelos cartogramas de distribuição territorial da população negra (Figuras 5 e 6), que demonstram visualmente o confinamento racial nas bordas.

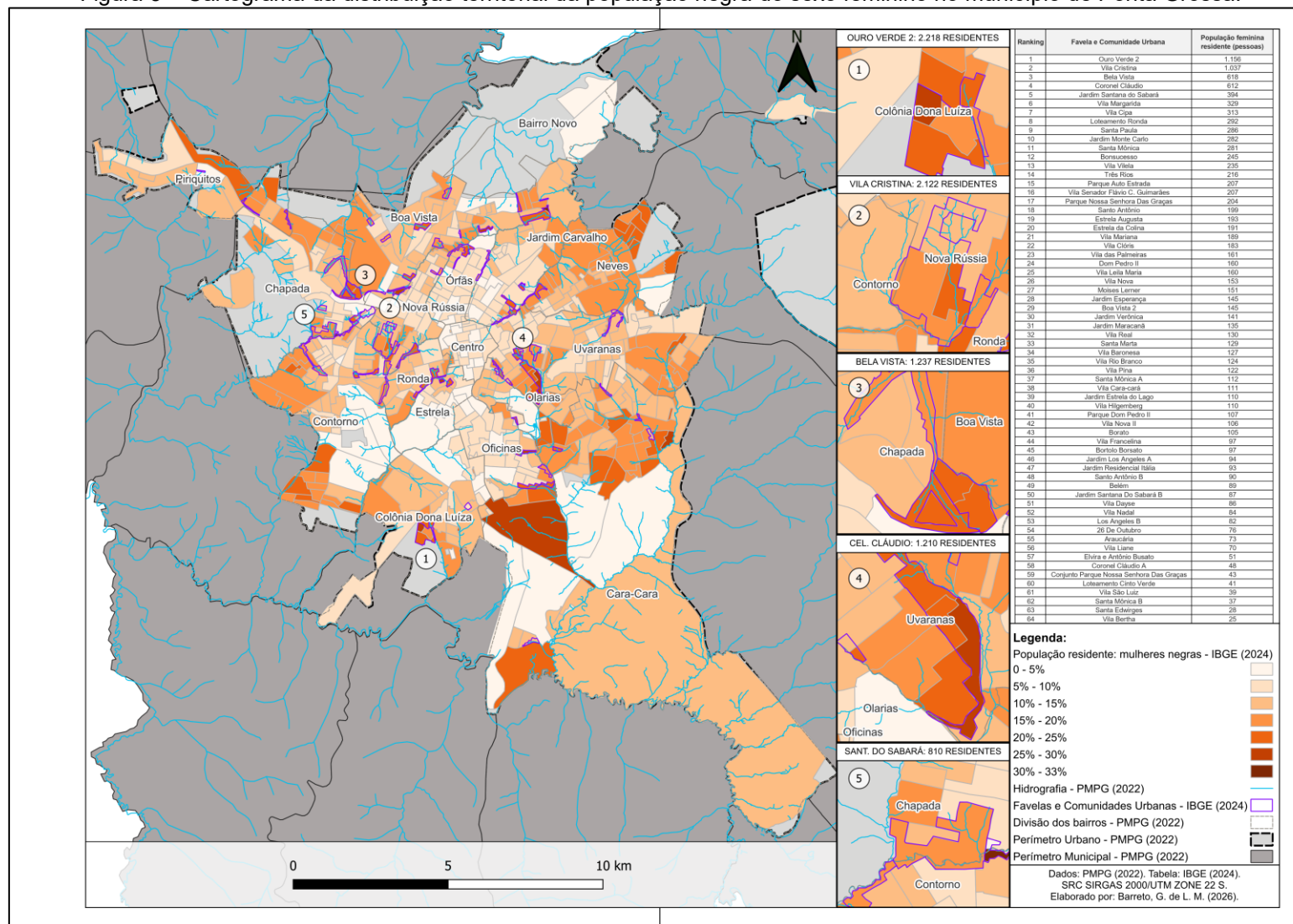
Ambas as figuras utilizam a mesma escala de cores que variam da tonalidade bege clara até o marrom avermelhado. Os tons mais escuros (com porcentagens de ocupação entre 25% a 33%) indicam a maior proporção de população negra residente em relação ao total de habitantes daquela área e, em contraste, as áreas mais claras do cartograma representam a menor concentração da população negra residente.

É possível identificar que a região do Centro da cidade, bem como as áreas a áreas adjacentes (como os bairros Estrela, partes mais desenvolvidas dos bairros Oficinas, Órfãs e Jardim Carvalho) apresentam as menores concentrações de população negra (tonalidades mais claras, 0-5% a 5-10%). Isto reforça a ideia já apresentada: a definição dos territórios de exclusividade branca e conexão desses territórios com as centralidades urbanas locais.

As maiores concentrações de indivíduos negros em ambos os cartogramas (tonalidades marrom escura e vermelho, 20% a 33%) estão massivamente localizadas margeando as comunidades que vivem nos limites dos arroios urbanos. Outras localizações predominantes são os quadrantes Sul/Sudeste (Principalmente relacionados aos bairros Cara-Cará e nas bordas de Uvaranas, Neves e Colônia Dona Luíza) e no Extremo Oeste/Sudoeste (na periferia dos bairros Contorno e PiriQUITOS).

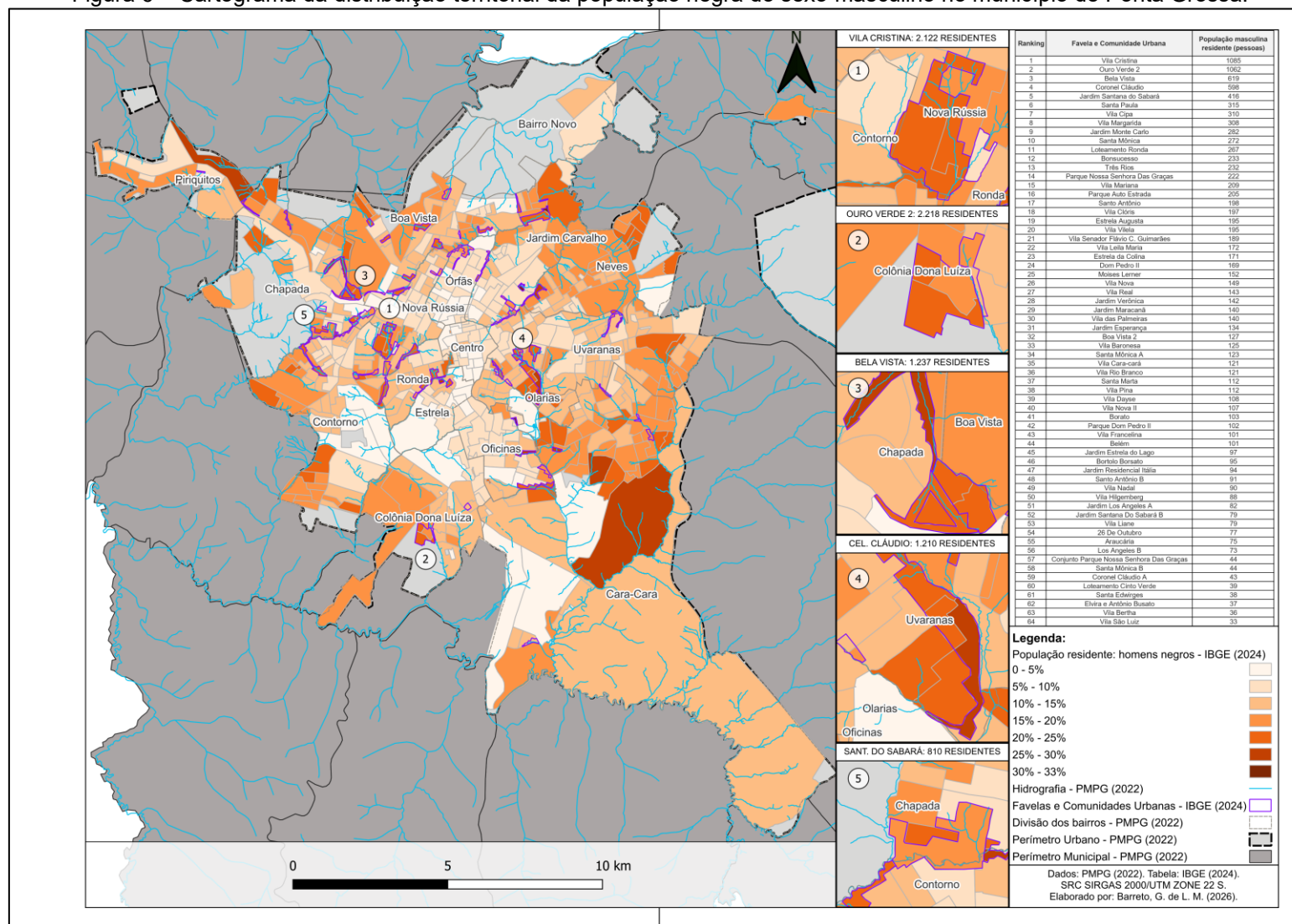
A localização dos marcadores raciais não é, portanto, aleatória. Ela acompanha a lógica de expulsão histórica da cidade, configurando uma clara segregação racial espacial. Embora o padrão de exclusão social atinja ambos os gêneros, esse confinamento espacial é o solo material onde a atuação política das mulheres negras (sujeitos com a maior vulnerabilidade interseccional) se manifesta e se organiza.

Figura 5 – Cartograma da distribuição territorial da população negra do sexo feminino no município de Ponta Grossa.



Fonte: (IBGE, 2024a).
 Organização: A autora (2026).

Figura 6 – Cartograma da distribuição territorial da população negra do sexo masculino no município de Ponta Grossa.



Fonte: (IBGE, 2024a).
 Organização: A autora (2026).

Esse confinamento espacial para áreas de risco ambiental se traduz em indicadores como as altas taxas de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado em comparação com as demais Cidades Médias com altos índices IDHM (Tabela 3). A negação do acesso à infraestrutura e a imposição do risco territorial às populações negras confirmam que a segregação não é apenas social, mas um mecanismo de violação do direito à cidade.

Tabela 3 – Porcentagem de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (2017).

Territorialidades	Total	Sexo		Cor ou raça	
		Homens	Mulheres	Branços	Negros
Londrina	0,96	1,21	0,75	0,91	0,7
Ponta Grossa	0,51	0,60	0,44	0,39	0,46
Maringá	0,33	0,35	0,31	0,31	0,34
Cascavel	0,29	0,27	0,31	0,29	0,25

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2022),
Organização: A autora (2026).

Esse indicador é importante por estar relacionado a uma predominância da racialização de ocupações irregulares em áreas de racismo ambiental dessas comunidades. Esse cenário impacta diretamente a saúde e a qualidade de vida dessas populações, sinalizando a necessidade de se pensar uma política de saúde para a população negra ponta-grossense que considere os aspectos de localização desses sujeitos.

Nesse contexto de segregação territorial e racial, a vulnerabilidade se aprofunda através da sobreposição de marcadores sociais da diferença. A segregação socioespacial em Ponta Grossa não se limita a confinar a população negra em áreas de risco; no epicentro desse confinamento, reside a maior vulnerabilidade social e econômica, que recai sobre as mulheres negras.

Embora o padrão de exclusão atinja homens e mulheres negras de forma semelhante no confinamento periférico, a sobreposição dos marcadores de raça e gênero posiciona a mulher negra na base da estrutura de desigualdade, compondo a base material que a força à precariedade habitacional.

Esse cenário de dupla marginalização — espacial (confinamento em áreas de risco) e social (piores condições socioeconômicas) — posiciona as mulheres negras como sujeitos mais afetados pela crise habitacional. A extinção da PROLAR (Ponta Grossa, 2022) e a adoção de uma política de habitação com viés essencialmente

assistencialista pela Secretaria Municipal da Família reforçam a visão do Estado que, embora reconheça a demanda por habitação, falha em tratar a questão como um direito e ignora a agência política e o protagonismo dos sujeitos que a reivindicam. A próxima seção detalha a trajetória histórica dessa resistência.

2.2 ESPAÇOS INVENTADOS E CONVIDADOS: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Ao observar a trajetória dos movimentos de moradia em Ponta Grossa, nota-se a materialização da dicotomia proposta por Miraftab (2016): se por um lado o Estado estabelece espaços convidados (como os conselhos municipais e conferências), por outro, a urgência da segregação social e racial impele os movimentos a ocuparem espaços inventados, criados pelos próprios sujeitos, que surgem da auto-organização e da ação direta. Estes últimos não apenas confrontam a lógica do mercado de terras local, mas agem onde os canais institucionais se mostram insuficientes para garantir o direito à cidade.

Embora o Estado e o mercado privado de terras tenham sido conjuntamente responsáveis por boa parte das ações concretas que induzem o desenvolvimento territorial pontagrossense de forma espraiada e segregadora social e racialmente, é importante adicionar a essa leitura o significativo papel dos movimentos sociais organizados, pois estes desempenham papel significativo na disputa por moradia digna e no tensionamento das políticas públicas locais.

Tendo como foco na trajetória de atuação desses movimentos, mapeando suas principais pautas e relações político-institucionais, busca-se pontuar as principais ações dos movimentos ante ao poder público e de outros agentes na produção habitacional, identificando quais políticas, programas, instituições e estratégias marcaram a provisão de moradias ao longo do tempo em Ponta Grossa.

A atuação dos movimentos sociais em Ponta Grossa se alinha à trajetória da luta por moradia no Brasil, que surgiu na década de 1960 a partir do Seminário de Habitação e Reforma Urbana (Carvalho; Rossbach, 2010) mas se intensificou no período pós ditadura militar, visto todo o contexto de repressão ditatorial contra qualquer tipo de organização nos anos anteriores. Em Ponta Grossa, o movimento iniciou-se a partir das primeiras Associações de Moradores, que tiveram forte vínculo

com o governo municipal da época, mas representaram um marco na organização popular por direitos básicos (Bojko, 2018; Silveira, 2018).

Na década de 1980, surgiram as pautas de articulação em âmbito nacional, onde a luta pela moradia se expandiu para a luta pelo direito à cidade, que envolve o acesso a serviços urbanos, equipamentos comunitários e mobilidade. No contexto da redemocratização, consolidaram-se as reivindicações pela Reforma Urbana, culminando na inclusão da moradia como direito social na Constituição Federal (Brasil, 1988). A efervescência democrática permitiu a criação de entidades de impacto nacional focadas na luta por moradia, como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) em 1989 e a Central dos Movimentos Populares (CMP) em 1993, que marcaram a transição de um foco apenas na assistência para a exigência de participação e autogestão. Todavia, foi nesse mesmo período pós-redemocratização que houve um endividamento massivo dos mutuários no Brasil, resultado direto das crises econômicas e das distorções do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) no período, onde o país enfrentou um cenário de hiperinflação e instabilidade econômica crônica (Carvalho; Rossbach, 2010; Silveira, 2018; União Nacional Por Moradia Popular, [s. d.]).

Nos anos 1990, o Sistema Financeiro da Habitação, que deveria garantir a moradia social, utilizava mecanismos de reajuste que atrelava as prestações aos índices de inflação e não ao aumento real dos salários (o chamado *gatilho*), promovendo um desencontro entre a capacidade de pagamento das famílias e o valor das parcelas (Scheffer, 2006). Com isso, os mutuários viram suas dívidas crescerem exponencialmente, tornando-se impagáveis, e muitos passaram a correr o risco de perder suas casas para os agentes financeiros. Nesse contexto de crise habitacional, surge em 1993 o primeiro movimento social organizado, denominado Associação dos Mutuários da Habitação de Ponta Grossa e Região (AMUHPG) (Silveira, 2018) como uma resposta organizada e necessária para defender judicial e politicamente o direito à moradia, lutando pela renegociação das dívidas, por reajustes justos e pelo direito à permanência das famílias em seus lares.

Segundo Scheffer (2006), esse foi um período importante para a mobilização social do município, onde houve o processo de usucapião do loteamento Santa Bárbara, que conta com cerca de 500 unidades habitacionais e se localiza próximo à região do Distrito Industrial.

Essa intervenção evidenciou a capacidade dos movimentos sociais de agir como mediadores entre o poder público, o mercado e os beneficiários, sobretudo em contextos de negligência institucional. O Conjunto, que teve sua obra superfaturada (Scheffer, 2006; Silveira, 2018), com diversos problemas jurídicos não resolvidos até os dias de hoje, mobilizou a luta coletiva para sua ocupação a partir dos diversos problemas fiscais apresentados pela construtora responsável. A atuação do movimento de luta por moradia junto ao Conjunto Santa Bárbara e sua atuação político institucional trouxe força ao coletivo no âmbito de atuação organizativa e mobilização social.

A atuação da UNMP e da CMP estreitou laços já traçados nacionalmente com Ponta Grossa a partir de sua implantação no Paraná, em 1997 (União Nacional Por Moradia Popular, 2008). Esse foi um período de alteração e ampliação estratégica da luta por moradia local, provavelmente influenciada pelas articulações com agentes políticos e entidades organizadas. A Associação Geral dos Moradores em Terrenos Irregulares (AGEMTI), fundada em 1996, surgiu nesse contexto (Silveira, 2018), como um movimento de resistência à exclusão urbana, organizando a luta dos sem-teto e dos moradores ameaçados de despejo por ocuparem terras sem título de propriedade.

O cenário de seu surgimento era agravado pela própria legislação municipal, que institucionalizou a precariedade ao negar a ligação de serviços essenciais como água potável e energia elétrica àqueles que não possuíam o domínio formal da terra, perpetuando a exclusão social e a insalubridade nas ocupações. A entidade defendia a segurança jurídica da posse através da usucapião ou título de domínio público, ao mesmo tempo que pressionava pela implantação de infraestrutura urbana para integrar essas comunidades à cidade formal (Silveira, 2018). A AGEMTI, portanto, não apenas oferecia um mecanismo de defesa coletiva contra a violência do despejo, mas também lutava por uma pauta da regularização fundiária e da função social da propriedade como eixos centrais da luta popular por moradia e dignidade.

Embora tenham sido movimentos ativos e representativos por um período, tanto a Associação dos Mutuários quanto a AGEMTI deixaram de existir como entidades formais e autônomas por volta do final da década de 1990 ou início dos anos 2000 (Silveira, 2018). Os motivos da extinção não são claros, mas é comum que movimentos sociais específicos, após alcançarem (ou não) seus objetivos centrais em um determinado ciclo, passem por um processo de esvaziamento, absorção ou transformação.

Aqui, cabe destacar um fato importante: a centralização de lideranças com forte vínculo de articulação política e institucional, que orientam os rumos da mobilização social. Em Ponta Grossa, a principal delas é Gerveson Tramontin Silveira, principal articulador político e social, cuja trajetória abrange tanto a sociedade civil quanto o poder público. Formado em Pedagogia e Ciências Religiosas e Mestre em Ciências Sociais, Gerveson¹⁸ é um militante histórico: foi cofundador da Associação de Mutuários, Fundador da AGEMTI e membro ativo do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) (Silveira, 2018). A força de sua liderança política na época é evidenciada por seus três mandatos consecutivos como Vereador (1996, 2000, 2004), bem como pela sua atuação como Presidência da Câmara Municipal (2001-2002) e a atuação como Secretário Municipal de Assistência Social (2003).

Esse fato é importante porque é exatamente em 2001, a partir dessa projeção política, que o movimento ganha amplitude: Muitos de seus líderes e ativistas — inclusive Gerveson — passam a integrar outras frentes de luta por moradia mais amplas, instituindo a União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG), que se consolidou como a principal força de luta por moradia na cidade, representando atualmente cerca de 1.200 famílias organizadas (União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região, 2001).

A consolidação da UMP-PG como agente central na política urbana de Ponta Grossa é referendada por seu estatuto social, que a define como uma organização popular autônoma, democrática e sem fins lucrativos. Ao estabelecer como objetivo fundamental a articulação de diversas categorias de vulnerabilidade urbana, o movimento institucionaliza a luta pela função social da propriedade:

Artigo 3º – A U.M.P.-PG tem como objetivo fundamental organizar e articular os movimentos e entidades por moradias em seus diversos níveis (favelas, cortiços, moradores de rua, associações comunitárias de construção, sem-terra e sem-teto, mutirões, cooperativas habitacionais populares e centros em defesa de moradia) em busca de uma política habitacional voltada aos interesses populares (União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região, 2001).

Além de se tratar de uma entidade que exerce pressão significativa nas dinâmicas da produção da habitação em Ponta Grossa, o estatuto confere à UMP-PG natureza de agente promotor, capacitando-a legalmente para adquirir imóveis, assinar

¹⁸ Objetivando evitar repetições, a autora manterá a citação do representante social apenas por seu primeiro nome em futuras menções.

convênios e gerir programas habitacionais por meio da autogestão. Essa estrutura jurídica sólida é o que permite a liderança transitar com legitimidade entre a base social e as instâncias burocráticas do Estado, transformando a reivindicação por moradia em projetos habitacionais concretos e juridicamente amparados. Contudo, a análise do Estatuto da UMP-PG¹⁹ frente à realidade política local revela uma tensão entre a teoria e a prática organizacional. Enquanto o documento estabelece a total independência do Estado e a autonomia em relação aos partidos, a história do movimento é indissociável da carreira política da liderança do coletivo:

Artigo 2º – Para cumprir seus objetivos a U.M.P-PG se rege pelos seguintes princípios:

I – Defende que as entidades populares se organizem com total independência do Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, bem como que estas decidam livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material.

II – A garantia do exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando completa liberdade de expressão aos seus filiados, combinada com a unidade de ação.

III – Desenvolver sua atuação e organização de forma independente do Estado, do Governo, dos partidos e agrupamentos políticos e de quaisquer organismos de caráter programático ou institucional.

IV – Considera que a propriedade deva atender a sua função social.

V – Solidariedade permanente aos trabalhadores do campo e urbano em sua busca por uma política voltada aos interesses populares.

VI – Solidariedade com todas as organizações populares e sindicais em qualquer parte do mundo, desde que estas não firam os objetivos e princípios estabelecidos neste Estatuto (União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região, 2001, grifo próprio).

Essa trajetória parlamentar e executiva da liderança sugere que a autonomia prevista no Artigo 2º convive, na prática, com uma estratégia de ocupação de espaços de poder. Para o movimento, essa proximidade pode significar vitórias concretas e influência técnica na legislação urbana, mas para o observador crítico, no entanto, sinaliza uma fronteira tênue entre a mobilização popular autônoma e a política cooptação tradicional realizada pelos organismos de Estado. É justamente nessa zona de intersecção entre a base e a institucionalidade que o movimento materializa suas ações. A autora identificou certa regularidade nas pautas centrais da entidade. Estão inclusas:

- a) a autogestão habitacional, defendendo a participação ativa das famílias na construção das moradias; a regularização fundiária em áreas urbanas,

¹⁹ O documento está disponibilizado na íntegra no acervo digital elaborado pela autora para consulta no Apêndice A desta pesquisa.

buscando segurança e estabilidade para os moradores; e a viabilização de novos empreendimentos, como o União Ouro Verde, através da obtenção de terrenos por doação municipal e utilização de programas federais, como o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades;

- b) articulação da entidade com a política urbana, sendo um movimento vinculado ao ente Federal e Estadual (União Nacional por Moradia Popular e União por Moradia Popular do Paraná); e
- c) localmente, busca-se a inserção direta nos espaços de decisão e controle social, como os Conselhos Municipais e fóruns sociais.

Um espaço estratégico de atuação dos movimentos sociais tem sido o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, criado pela Lei n.º 9.305/2007 (Ponta Grossa, 2007). Tal conselho tem a composição bipartite, formado por 15 membros representantes do poder executivo e da sociedade civil, composta de diversos segmentos sociais, visando gerir a implantação do Programa Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS).

Cabe aqui notar que, dos movimentos sociais organizados em prol da luta pela moradia, apenas a União das Associações de Moradores de Ponta Grossa (UAMPG) e a União por Moradia Popular de Ponta Grossa (UMP-PG) possuem representação no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social desde o período de instituição da lei original, em 2007. Ainda quanto à participação nos conselhos municipais, as duas entidades possuem cadeiras no Conselho Municipal da Cidade de Ponta Grossa (CMC), instituído pela Lei Municipal 12.223/2015 objetivando acompanhar e avaliar a política de desenvolvimento urbano e territorial do Município (Ponta Grossa, 2015). É Gerveson que representa o coletivo tanto no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (Ponta Grossa, 2007) quanto no Conselho Municipal da Cidade de Ponta Grossa (Ponta Grossa, 2015).

Esses fóruns institucionais são entendidos na literatura como espaços convidados (Miraftab, 2016) de participação, formalmente estabelecidos pelo Estado. A relevância da participação dessas entidades indica não apenas uma estrutura organizativa sólida, mas também certa legitimidade política na arena institucional. No entanto, a efetividade dessa participação pode ser questionada, considerando os limites de atuação de conselhos consultivos e a assimetria de poder frente ao executivo municipal e ao setor imobiliário. Se expressa de maneira ampliada, ainda, nos modelos de implementação das políticas habitacionais: de um lado, programas

com participação social, como os vinculados ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); de outro, iniciativas orientadas pelo mercado, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Segundo Scheffer (2017), o FNHIS resultou diretamente da pressão de movimentos sociais organizados por uma reforma urbana democrática, enquanto o PMCMV — especialmente em sua fase posterior à reestruturação como Casa Verde e Amarela — aprofundou a lógica da financeirização, com baixa participação dos beneficiários nos processos decisórios.

A política do FNHIS é regida por princípios de participação social através dos conselhos municipais de habitação enquanto que o MCMV exige a participação do processo de implementação e regressa ao modelo não participativo anterior à política habitacional implementada em 2004. O PMCMV se sobrepôs às demais ações e programas da Secretaria Nacional de Habitação, mas não os excluiu. **Isto indica que a política habitacional apresentou múltiplos sentidos que por vezes não convergem, mas que coexistem** (Scheffer, 2017, p. 187, grifo próprio).

Essa disputa se manifesta na recente reestruturação do PMCMV, com a recriação da modalidade PMCMV Entidades, que se destina ao atendimento específico dos movimentos populares organizados "por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)" (Brasil, 2025b). Ponta Grossa foi contemplada em abril de 2025, por meio da mobilização social da UMP-PG, para a construção de 50 unidades localizadas no bairro Colônia Dona Luíza. O município é o primeiro do sul brasileiro a viabilizar o modelo de autogestão (Paraná, 2025), com o valor total financiado de aproximadamente R\$ 7 milhões, onde a entidade possui autonomia para a tomada de decisões quanto ao gerenciamento da construção. Esse modelo de produção habitacional, ainda que minoritário, mostra-se relevante como contraponto às formas tradicionais de provisão de moradia, ao permitir que os próprios sujeitos organizados definam os critérios de acesso e a gestão dos recursos.

O projeto da UMP-PG, voltado predominantemente para famílias chefiadas por mães sem rede de apoio para o cuidado doméstico e familiar (Ponta Grossa, 2025), aponta para a intersecção entre a luta por moradia e as desigualdades de raça e gênero. É positivo, nesse sentido por ser direcionado a um público estatisticamente deficitário da política pública visto que, no Brasil, o déficit habitacional e a segregação

socioespacial afetam desproporcionalmente a população negra e as famílias geridas por mulheres negras.

No entanto, essa autogestão não está isenta de contradições. A inserção dos movimentos populares como agentes operacionais em programas estatais pode resultar em sua captura institucional e na reprodução de práticas que, embora envolvam participação, não rompem necessariamente com os processos de segregação e mercantilização da moradia. Corre-se o risco, portanto, de converter esses movimentos em co-gestores da escassez: sob a retórica da participação, o Estado transfere responsabilidades públicas para grupos que carecem do devido suporte técnico, político e orçamentário para efetivá-las.

É nesse contexto que o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR-PG), órgão público colegiado e paritário, criado em 2017, representa um espaço convidado com potencial inexplorado pelos movimentos sociais de moradia (Ponta Grossa, 2017). Embora sua atuação, conforme indica Santos (2022), tenha se concentrado em temáticas culturais e religiosas, o COMPIR-PG tem o objetivo de combater as desigualdades raciais em todos os aspectos, incluindo o social, econômico e territorial. Nas palavras de Santos (2022, p. 203):

O COMPIR foi criado com o ideal de trabalhar na luta antirracista, contudo, até junho de 2022, só teve notoriedade nos eventos do PG Memória, cuja primeira edição foi realizada em 2019, no Parque Ambiental do município, e teve dezenas de palestras, apresentações artísticas, cursos gratuitos e estandes temáticos que trataram de culturas, sujeitos, instituições e da região.

[...]

No geral, o evento de 2019 foi interessante e marcou a aparição do COMPIR, que até então não tinha participado de nenhuma outra ação.

Infer-se que a relação direta do COMPIR-PG com as pastas municipais relativas aos temas educacionais e de assistência social fez com que o Conselho atuasse de forma mais efetiva sobre a educação antirracista, o racismo religioso, a valorização cultural e de memória negra local, que também são caras para a construção democrática e emancipatória do povo negro. Por ser um grupo ainda de atuação nova, formado em sua grande maioria por representantes civis negros locais com histórico vínculo a memória negra da cidade, o grupo apresenta potencial para construção coletiva de propostas voltadas ao combate do racismo socioespacial e das vulnerabilidades urbanas, caso haja espaço para uma atuação mais focada em práticas territoriais de combate a vulnerabilidades raciais alinhadas ao direito à cidade.

Por fim, destaca-se um marco importante na atuação recente da UMP-PG relacionado a organização do coletivo para a 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa: O I Seminário de Capacitação em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade. O evento, organizado em parceria com o Grupo de Estudos Urbanos e Regionais (GEUR/UEPG) e diversas entidades apoiadoras, contou com a presença de aproximadamente 300 participantes, entre lideranças de movimentos sociais, acadêmicos e representantes do poder público. Ao final do evento, foi redigida uma Carta-Manifesto que sintetiza as discussões e proposições do seminário, refletindo o acúmulo organizativo do movimento e suas estratégias de incidência na política habitacional local (Apêndice A).

No documento, a UMP-PG denuncia a contradição entre déficit e vacância habitacional em Ponta Grossa e defende a autogestão como modelo alternativo à provisão de moradia via mercado ou programas tradicionais. Entre as propostas apresentadas, estão:

- a) a regulamentação municipal da autogestão com isenção de taxas e impostos;
- b) o redirecionamento de percentuais do IPTU e do ISS para o Fundo Municipal de Habitação; e
- c) a ampliação da regularização fundiária como princípio da moradia digna.

A carta afirma contundentemente que “a moradia é a porta de entrada de todos os direitos” e que “é a união que faz a autogestão” (Grupo de Estudos Urbanos e Regionais, 2024), e o compromisso do grupo em uma participação ativa e propositiva na 7ª Conferência Municipal da Cidade. Compreende-se, pelos agentes envolvidos e pelos resultados apresentados, que o Seminário constitui um espaço de mobilização a partir da perspectiva de Miraftab (2016), na medida em que o movimento não se limita a aguardar as instâncias formais de participação. Ao contrário, a UMP-PG subverte a passividade do convite institucional ao criar um fórum próprio de formação e formulação política.

Movimento semelhante ocorre quando o coletivo participa, no feriado da Independência do Brasil, do tradicional desfile cívico-militar defendendo o *slogan* o Grito dos Excluídos (Batista, 2025). A mobilização nacional, que reuniu movimentos sociais em defesa da democracia e de direitos fundamentais, contou também com a participação de outras entidades populares, como Central de Movimentos Populares (CMP), a Associação de Mulheres, da Associação de Moradores e do Sindicato da

Alimentação. De acordo com a reportagem realizada por Batista (2025), o evento contou com a presença de dezenas de pessoas, cujos objetivos foram relatados por Gerveson em fala ao portal:

O Grito dos Excluídos é um momento de unir forças. Reivindicamos mais moradia, mais direitos e mais democracia. É a voz do povo ecoando contra as desigualdades e por um Brasil realmente soberano (Batista, 2025).

É possível observar que tanto o Seminário quanto o Grito dos Excluídos funcionaram como estratégias insurgentes: o movimento ocupa um espaço institucionalizado para construir sua própria agenda, garantindo que sua entrada no espaço convidado (7ª Conferência e Desfile cívico-militar de 7 de setembro) não seja meramente protocolar, mas sim um ato de conquista social e política demarcada. É possível observar também o protagonismo da liderança a nível de individualização, tanto no registro de falas quanto na articulação direta, seja essa atuação focada nos espaços insurgentes ou na esfera institucionalizada. Por fim, destaca-se que a convergência da ação territorial (UMP-PG) com a ação antirracista institucional (COMPIR-PG), embora incipiente, aponta para a possibilidade de articular a crítica à financeirização da política habitacional com a luta contra o racismo socioespacial e as vulnerabilidades urbanas, pauta essa ainda não trabalhada pelos movimentos locais de luta por moradia.

2.3 GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO: A INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA AGENDA URBANA LOCAL

Embora a trajetória da UMP-PG demonstra uma sólida capacidade de articulação política e proposição técnica, a eficácia dessas estratégias de reforma urbana depende da compreensão profunda de quem são os sujeitos que vivenciam o déficit habitacional em sua forma mais aguda. A convergência entre a ação territorial do movimento e as pautas de igualdade racial sinaliza que o direito à cidade em Ponta Grossa não pode ser dissociado do debate sobre o racismo socioespacial. Nesse sentido, para que as propostas de autogestão e regularização fundiária alcancem sua plenitude, torna-se necessário analisar as camadas de vulnerabilidade que sobrepõem classe, raça e gênero, deslocando o olhar para os indicadores sociais que evidenciam a realidade das mulheres negras no município.

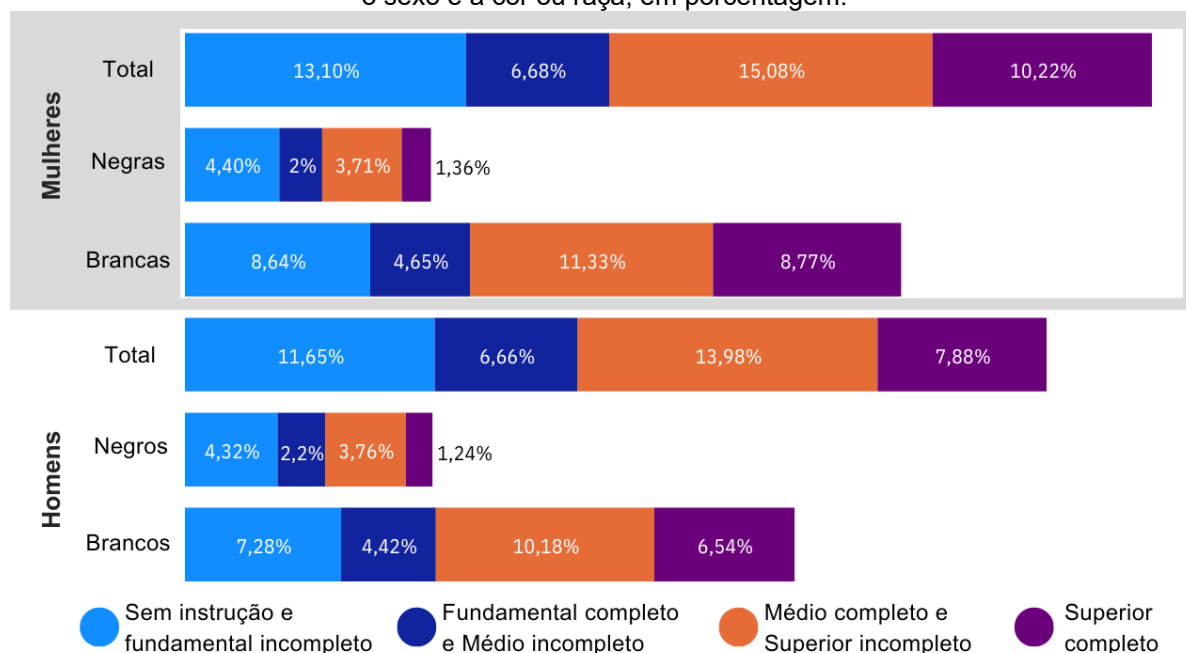
A relação entre interseccionalidade e a negação do direito à cidade se manifesta nas desigualdades socioespaciais que afetam as mulheres negras em Ponta Grossa a partir do acesso à educação, reproduzindo o cenário brasileiro identificado na 3ª edição do caderno de Estatísticas de Gênero (IBGE, 2024d). O estudo indica que, mesmo havendo melhores resultados educacionais das mulheres em sua trajetória de escolarização, é possível observar diferenciais significativos por cor ou raça nos níveis de instrução da população jovem e adulta.

O mesmo estudo indica que a disparidade educacional persiste de forma acentuada: a proporção de homens brancos com graduação é 2,4 vezes superior à dos homens negros, enquanto o índice de mulheres brancas com ensino superior chega a ser quase o dobro do registrado entre as mulheres negras (IBGE, 2024d). Esse cenário gera a vulnerabilidade social inviabilizando a empregabilidade no setor formal, o que é mais ou menos dificultado conforme os demais marcadores sociais dotados pelo sujeito. Nas palavras de Carneiro (2011, p. 101):

Para que as mulheres negras alcancem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudos, elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, 11 anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e de raça instituída no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras, têm do seu esforço educacional.

Os dados do Censo (IBGE, 2024a) indicam que o nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais em Ponta Grossa também é sempre menor ao considerar o fator racial, seja ele masculino ou feminino. Nos recortes relativos ao gênero, é possível identificar que mulheres brancas têm uma formação superior ao gênero masculino em todos os níveis de instrução, com destaque para o índice percentual de mulheres com ensino superior completo, que supera o de homens brancos em 2,23 pontos percentuais. As mulheres negras possuem índices superiores aos dos homens negros somente no nível de instrução de ensino superior, porém com pouca expressão, sendo apenas 0,12 pontos percentuais. O gráfico apresentado na Figura 7 abaixo ilustra as informações apresentadas.

Figura 7 – Nível de instrução da população residente em Ponta Grossa, de 25 anos ou mais, segundo o sexo e a cor ou raça, em porcentagem.

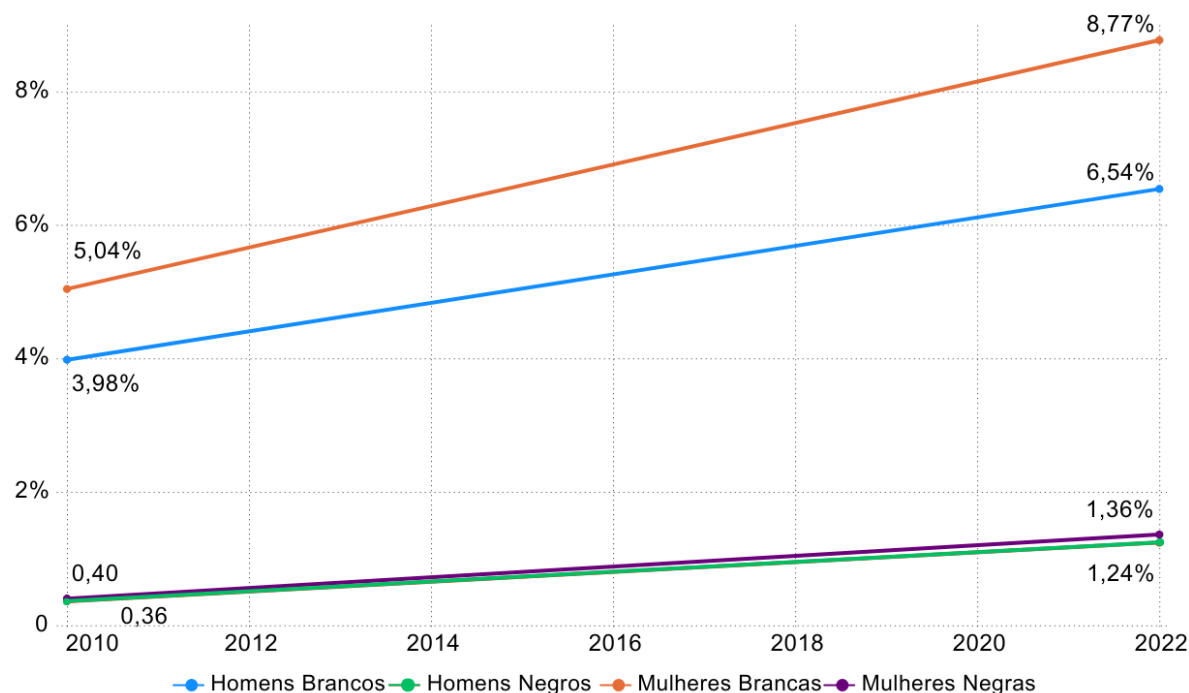


Fonte: IBGE (2024c).
Organização: A autora (2026).

Analisando especificamente as dinâmicas de formação no ensino superior e considerando o comparativo entre os dois últimos Censos realizados, o gráfico apresentado na Figura 8 indica que o acesso à universidade aumentou para todos os marcadores sociais entre 2010 e 2022, mas as desigualdades de raça e gênero ainda são evidentes. Apesar dos notórios avanços relacionados às políticas de cotas raciais e sociais²⁰ as mulheres brancas tiveram maior avanço educacional (3,73 pontos percentuais), seguidas dos homens brancos (2,56 pontos percentuais). Mulheres negras superaram homens negros nos dois períodos analisados, mas ambos seguem com valores muito baixos em comparação ao grupo dos indivíduos brancos.

²⁰ Em publicação realizada pelo Portal Geledés (Palhares, 2025) é possível identificar que a proporção de negros nas universidades cresceu 5 vezes nos últimos 22 anos, período em que o país implementou a política de cotas. O país possuía 2,1% da população negra com ensino superior nos anos 2000, conforme os dados do IBGE. Esse número cresceu para 5,2% em 2010, e chegou a 11,7% em 2022. Entre a população parda, a proporção passou de 2,4% para 12,3%, no período.

Figura 8 – Pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo, segundo o sexo e a cor ou raça, em porcentagem.



Fonte: IBGE (2010 e 2022).
Organização: A autora (2026).

É importante destacar, todavia, que esse crescimento quantitativo de negros nas universidades não decorre exclusivamente da reserva de vagas, mas também de uma profunda inflexão nos processos de autodeclaração racial. A implementação das primeiras políticas afirmativas, como as da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade de Brasília (UNB) no início da década de 2000, catalisou um debate público que fortaleceu a construção da identidade negra no Brasil (EPSJV/Fiocruz, 2022). Assim, o fenômeno observado nos dados reflete tanto a eficácia institucional das cotas quanto um movimento sociopolítico de revalorização étnico-racial, onde indivíduos que anteriormente poderiam se identificar de forma ambígua passaram a reivindicar seu pertencimento racial no Censo e nos cadastros acadêmicos.

O menor acesso à formação superior condiciona a negritude as piores condições de emprego, seja no setor formal ou informal. A Tabela 4 apresenta os percentuais de Taxa de desocupação do município, bem como as porcentagens de empregados no setor formal e informal. Pode-se identificar, pelos dados apresentados, que as mulheres e a população negra possuem indicadores de desocupação superiores à média geral do município, mostrando que esses dois

marcadores sociais apresentam maior índices de desemprego que os dos homens brancos.

Outro dado importante a ser destacado é a alta taxa de informalidade que tanto a negritude quanto o indicador do gênero feminino apresentam, sendo superior ao índice geral em cerca de 4%. As mulheres também são menos empregadas com carteira assinada estando, portanto, no pior cenário quando se trata dos indicadores do mercado de trabalho ponta-grossense.

Tabela 4 – Indicadores do mercado de trabalho em Ponta Grossa.

INDICADOR (%)	Indicador Geral	Indicador Mulheres	Indicador Homens	Indicador Negros	Indicador Brancos
Taxa de desocupação do município para pessoas com 18 anos ou mais	6,33	9,27	4,15	8,02	5,9
% de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados com carteira assinada	58,84	57,93	59,47	59,94	58,58
% de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados sem carteira assinada (informalidade)	12,70	17,12	9,61	16,30	11,82

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2022).
Organização: A autora (2026).

Por fim, cabe destacar que o fato da população negra apresentar uma maior proporção de empregos formais não reflete necessariamente em um avanço, pois o dado pode ocultar desigualdades qualitativas, como a disparidade entre salários e funções exercidas.

Para uma maior compreensão das condições de remuneração das mulheres negras do município apresenta-se o levantamento realizado pelo site *Smartlab* (2021) sobre a remuneração média de trabalhadores segmentada por raça ou cor, baseado em dados oficiais da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019, onde visualiza-se que a população preta e parda apresenta os piores índices de remuneração de Ponta Grossa, com média 1,65 salários mínimos²¹ e de 1,52 salários mínimos respectivamente, e que a população de cor ou raça amarela apresenta as melhores remunerações (média de 2,31 salários mínimos), seguida das pessoas de cor branca (média de 1,78 salários mínimos), conforme ilustrado na Figura 9.

²¹ Considerando o salário mínimo vigente em 2025 de R\$ 1.518,00.

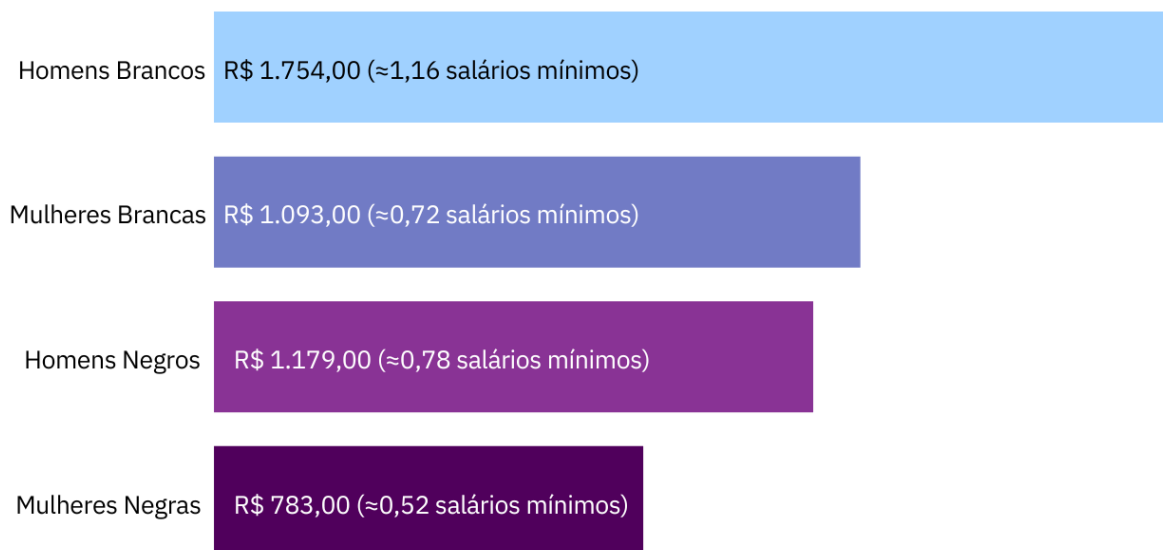
Figura 9 – Remuneração média de trabalhadores por cor ou raça.



Fonte: *Smartlab* (2021),
Organização: A autora (2026).

Além disso, a disparidade econômica entre homens e mulheres em Ponta Grossa é grande, mas é muito maior ao considerarem as perspectivas interseccionais. O portal *Smartlab* (2021), a partir dos dados do censo IBGE realizado em 2010, identifica que os homens têm as melhores remunerações, mas o recorte de racialização incide sobre essa dinâmica, de forma que homens brancos são mais bem remunerados em cerca de 50% se comparados a homens negros. Ao considerar a relação entre gênero e raça, identifica-se que mulheres negras ocupam o pior cenário de remuneração, recebendo apenas R\$ 783,00 em média por mês, representando pouco mais do que meio salário mínimo e cerca de 56,5% do salário médio de homens brancos. A Figura 10 ilustra as discrepâncias salariais apresentadas.

Figura 10 – Disparidade de Remuneração dos Trabalhadores pela Perspectiva Interseccional (Sexo e Raça/Cor) nos setores formal e informal.



Fonte: *Smartlab* (2021).
Organização: A autora (2026).

Observa-se, consoante os dados relacionados, um cenário de vulnerabilidade econômica das mulheres negras no município, que as posiciona nos piores índices sociais e inviabiliza o acesso a toda forma de consumo do espaço urbano. Essa vulnerabilidade impacta diretamente o acesso à habitação, visto que “[...] a terra no espaço urbano encontra-se na condição de mercadoria, onde produção e reprodução do espaço recriam condições para a reprodução do capital e da sociedade” (Scheffer; Kachaukje, 2018, p. 18). Sem condições de participar do consumo do espaço, as mulheres são segregadas e condicionadas à insegurança social.

Ainda com relação ao perfil de gênero, o Censo (IBGE, 2024c) identifica que Ponta Grossa tem maioria de seus habitantes sendo do sexo feminino, 51,56% dos ponta-grossenses ou 184.789 habitantes. É possível afirmar que essa crescente população está altamente exposta a violência urbana e doméstica, visto que o documento também apresenta dados que indicam um número expressivo de casos de violência contra a mulher registrados.

Foram 7.393 casos de violência contra a mulher e 2.301 casos de violência doméstica em 2010, índices que tiveram aumentos significativos em 2023, de 11,67% e 17,37%, respectivamente, o que corrobora a tese da vulnerabilidade social, urbana e doméstica das mulheres em Ponta Grossa. O levantamento citado, apresentado na Tabela 5, contabiliza também dados de violência sexual, os quais não permitem um

direcionamento ao recorte feminino por não serem identificados por gênero, embora historicamente esse tipo de violência tenha impacto direto na vida das mulheres.

Tabela 5 – Levantamento de violência em Ponta Grossa (em números de denúncias).

Tipo de violência	2022	2023
Violência contra a mulher	7.393	8.256
Violência doméstica	2.585	3.034
Violência doméstica contra a mulher	2.301	2.737
Violência sexual	353	431

Fonte: IPARDES (2023 e 2024).
Organização: A autora (2026).

Nota-se que o gênero de vulnerabilidade predominante nesses espaços é o feminino, visto a vulnerabilidade social das mulheres negras identificada no município. Contudo, para compreender como essa estrutura de exclusão se materializa na luta concreta por moradia, é necessário observar como esses indicadores gerais de Ponta Grossa repercutem na composição interna da União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG).

A Figura 11 evidencia a distribuição territorial das mulheres integrantes da UMP-PG no espaço urbano, revelando padrões significativos de concentração em determinados bairros. A elaboração considerou os dados fornecidos pelo coletivo, onde constam 822 integrantes cadastrados, onde constam registradas 699 integrantes do sexo feminino (85,04%), 122 integrantes do sexo masculino (14,84%) e um integrante não-binário²² (União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região, 2025).

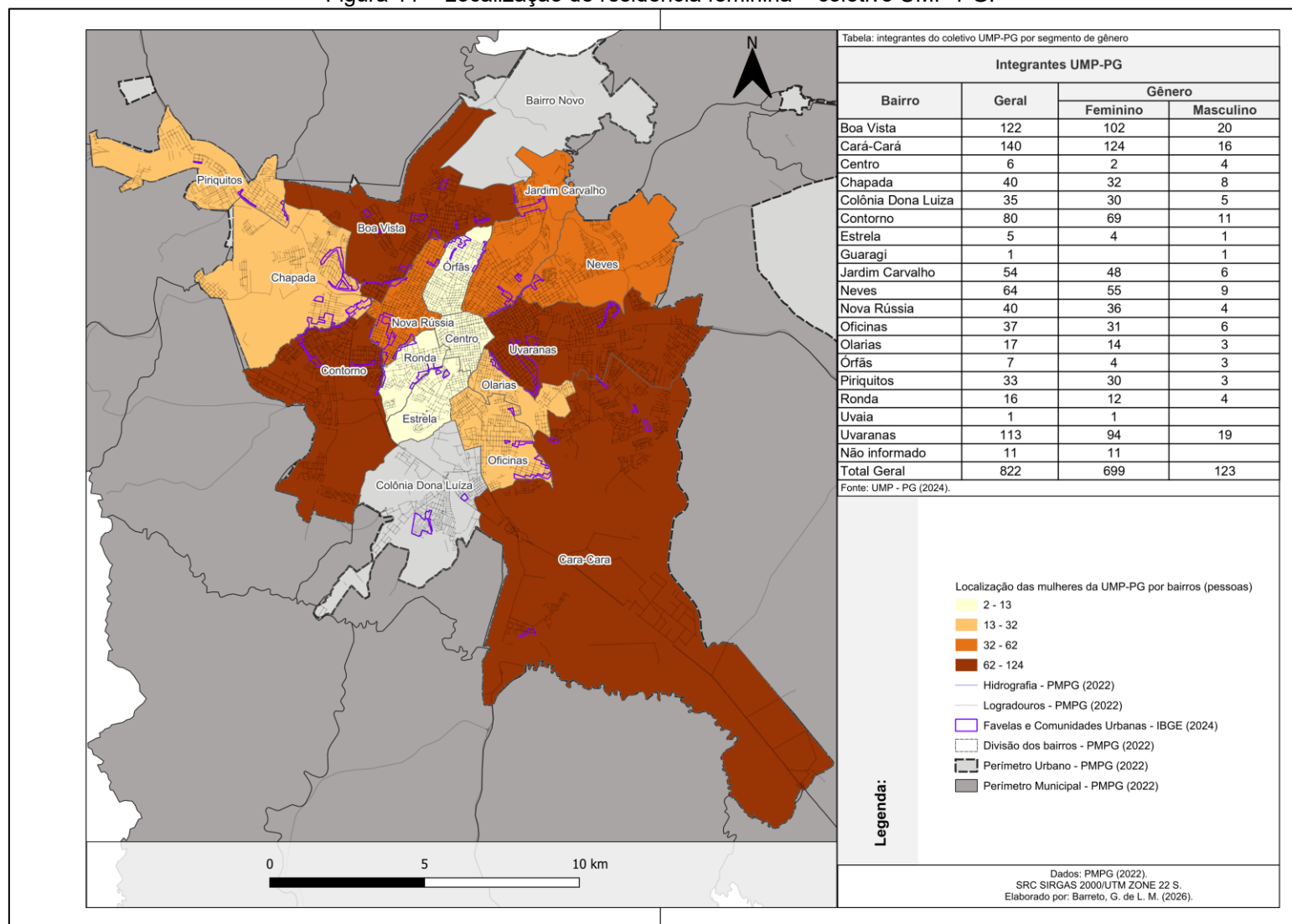
Um marcador que não é levantado pelo cadastro do coletivo é a cor ou raça de seus membros. Somente esse ato de não considerar o indicador racial um elemento relevante já é um sinalizador de invisibilização da discussão de racialização pelo grupo, especialmente em um contexto no qual a população negra — e, particularmente, as mulheres negras — estão entre as mais afetadas pela precariedade habitacional e pela exclusão urbana. A ausência desse dado reforça o apagamento das desigualdades raciais no interior das próprias organizações populares, limitando a possibilidade de análises interseccionais mais robustas e,

²² Como essa pesquisa trabalha com indicadores sociais sensíveis (localização, renda, irregularidade habitacional) optou-se por não considerar o dado da única pessoa não-binária pertencente ao grupo, a fim de manter a preservação de sua identidade e sua anonimização.

consequentemente, de estratégias políticas mais sensíveis às múltiplas opressões que atravessam os sujeitos do movimento.

Observa-se que os bairros com maior presença de mulheres da UMP-PG são o Cara-Cará (124), Boa Vista (102), Uvaranas (94) e Contorno (69), localidades que possuem grande extensão territorial e onde localizam-se as regiões periféricas do município, distantes do centro urbano consolidado e historicamente associadas à precarização do acesso à terra urbanizada, à moradia adequada e aos serviços públicos essenciais. Esses territórios coincidem, na maioria, com áreas que concentram Favelas e Comunidades Urbanas locais, conforme demarcado na camada sobreposta do cartograma. Em contraponto, nota-se a baixa presença feminina da UMP-PG em bairros centrais e em setores tradicionalmente mais valorizados da cidade, como Centro, Estrela, Ronda e Órfãs.

Figura 11 – Localização de residência feminina – coletivo UMP-PG.



Fonte: UMP-PG (2025).
Organização: A autora (2026).

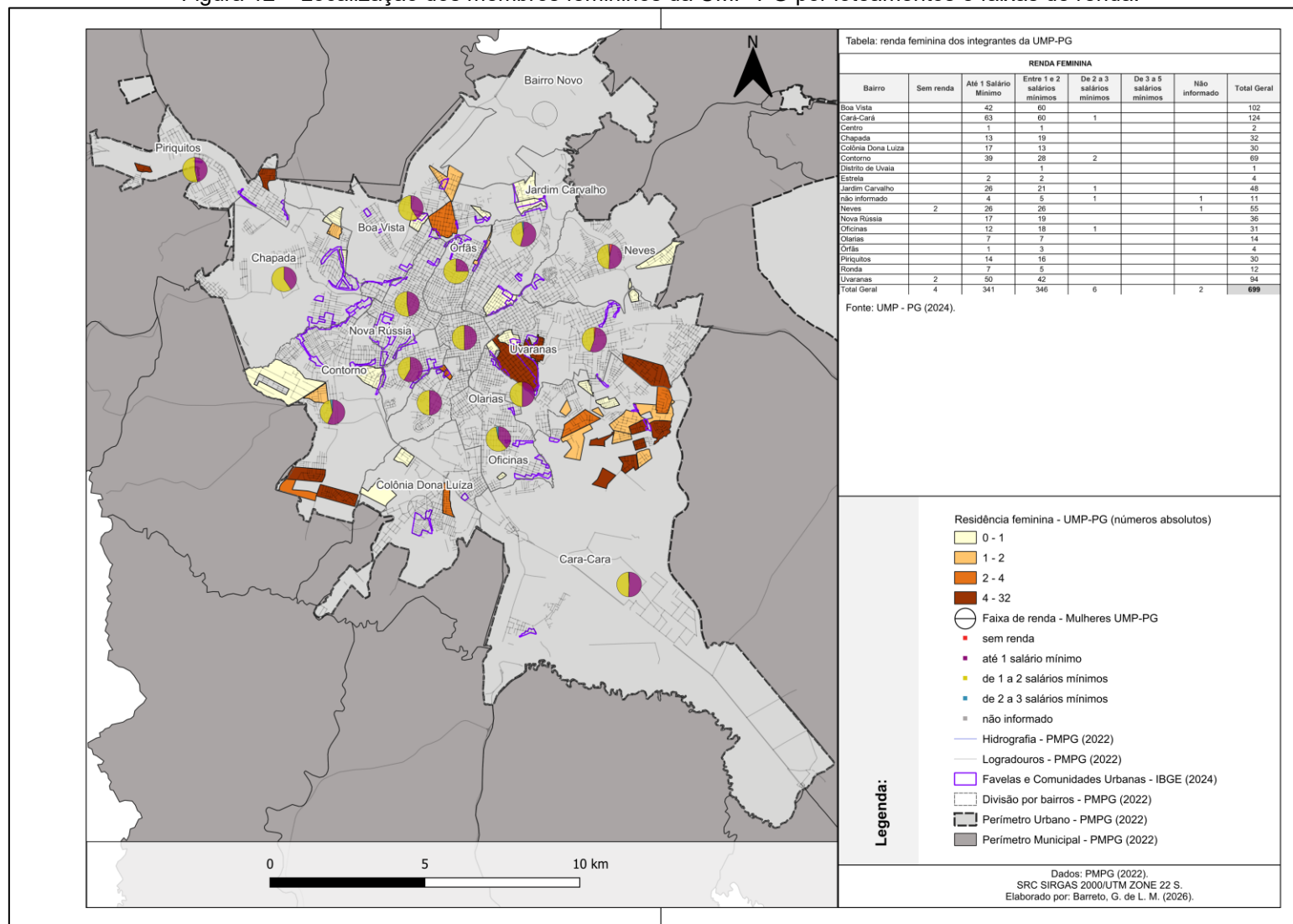
Essa espacialização também oferece elementos para compreender os limites e potenciais da participação política dessas mulheres. A partir dos territórios em que vivem e das condições de moradia enfrentadas, emergem formas específicas de organização, mobilização e resistência cotidiana. As Figuras 12 e 13 trazem comparações entre homens e mulheres da UMP-PG quanto à localização das residências e às faixas de renda, conforme os sujeitos que informaram seus loteamentos de residência no cadastro do coletivo.

Entre os 945 integrantes cadastrados pela UMP-PG, apenas 326 informaram o loteamento de residência, representando uma ausência de dados territoriais em cerca de 65,5% dos registros. Mais do que uma falha de preenchimento ou padronização, esse déficit revela a própria natureza da precariedade habitacional em que muitos desses sujeitos estão inseridos pois, durante a etapa de entrevistas, observou-se que a dificuldade em informar um endereço não decorre apenas de um esquecimento, mas da inexistência de endereços oficiais em assentamentos informais e ocupações. O incômodo manifestado por algumas entrevistadas ao serem questionadas sobre sua localização evidenciou o estigma que recai sobre o território não institucionalizado.

Assim, o silêncio nos cadastros é, em si, um indicador: ele marca a distância entre o habitar (a ocupação física do espaço) e o pertencer (o reconhecimento jurídico e postal pelo Estado). Tais limitações, embora imponham restrições à análise espacial quantitativa, oferecem uma leitura qualitativa poderosa sobre a invisibilidade urbana de grande parte dos membros do coletivo. Apesar dessas lacunas, os dados disponíveis já indicam desigualdades relevantes na distribuição territorial do coletivo, especialmente quando considerados os recortes de gênero.

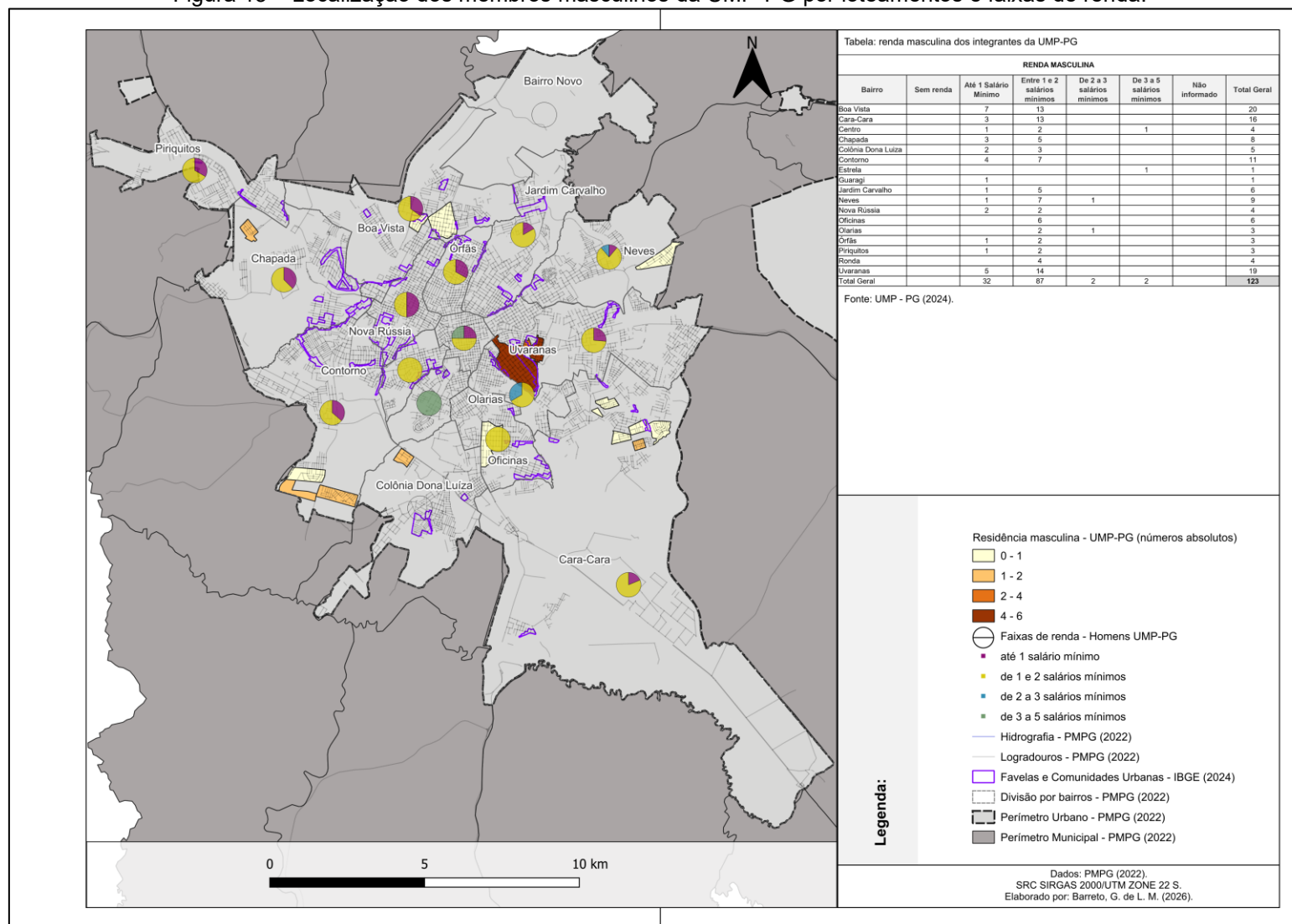
A presença feminina em áreas de loteamentos informais e conjuntos habitacionais é marcadamente maior e as mulheres concentram-se quase exclusivamente nas faixas de até dois salários mínimos, com forte presença de mulheres sem renda. Poucas mulheres possuem renda superior a dois salários mínimos, sendo estas localizadas nas centralidades de Oficinas e Jardim Carvalho (Figura 12), já os homens apresentam distribuição um pouco mais diversificada de renda (Figura 13).

Figura 12 – Localização dos membros femininos da UMP-PG por loteamentos e faixas de renda.



Fonte: UMP-PG (2025).
Organização: A autora (2026).

Figura 13 – Localização dos membros masculinos da UMP-PG por loteamentos e faixas de renda.



Fonte: UMP-PG (2025).
Organização: A autora (2026).

Ainda que também majoritariamente concentrados nas faixas mais baixas — de até dois salários mínimos —, o grupo possui proporção mais visível de rendas entre dois e três salários mínimos e até cinco salários mínimos nos bairros centrais e nos de expansão de classe média. Destaca-se, ainda, que não há indicação no gênero masculino de declaração sem renda, o que ocorre no grupo feminino. A sobreposição de residência com as áreas de Favelas e Comunidades Urbanas é mais intensa nos cartogramas femininos, onde muitos dos loteamentos com presença forte de mulheres se situam em ou próximos a essas áreas — como em Uvaranas, Olarias, Boa Vista e Cara-Cará.

Para analisar as dinâmicas de racialização da UMP-PG a partir dos dados disponíveis, optou-se pelo cruzamento da composição racial do território, por meio dos dados dos setores censitários fornecidos pelo Censo IBGE (2024a), relacionados às desigualdades de gênero e classe do coletivo, visando evidenciar quais territórios concentram mulheres pobres e negras e qual é a presença da UMP-PG nesses territórios. Como resultado, chegou-se à Figura 14, que apresenta a relação entre a distribuição territorial de gênero e classe da UMP-PG — ao nível de bairro — em cruzamento aos dados de racialização a partir do Censo IBGE 2022.

Ao analisar a distribuição espacial da população negra e as condições de renda das mulheres e homens da UMP-PG, evidencia-se a existência de territórios com menor percentual de população negra (0-5%) em Ponta Grossa, especialmente nos bairros centrais e nos de expansão de classe média e alta. A presença negra é mínima no Centro da cidade, bem como nos bairros Órfãs, Estrela e Bairro Novo, revelando uma urbanização de exclusividade racial alinhadas à teoria dos territórios de exclusividade branca conforme observam Brito, Mendonça e Rolnik (2023).

A exclusão da população negra das centralidades urbanas não é somente econômica. Como apontam os autores, trata-se de uma incompatibilização ativa entre branquitude e territorialidade negra, por meio da ação direta de repelir territorialmente a presença negra com base na valorização imobiliária, infraestrutura seletiva e exclusão simbólica.

Nesses territórios, há uma total ausência — a exemplo do caso do Bairro Novo — ou não há presença significativa de membros da UMP-PG. Em contraposição, bairros como Cará-Cará, Neves, Piriquitos e Contorno concentram tanto população negra quanto integrantes da UMP-PG em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica (predominância de faixas de renda até um ou dois salários mínimos).

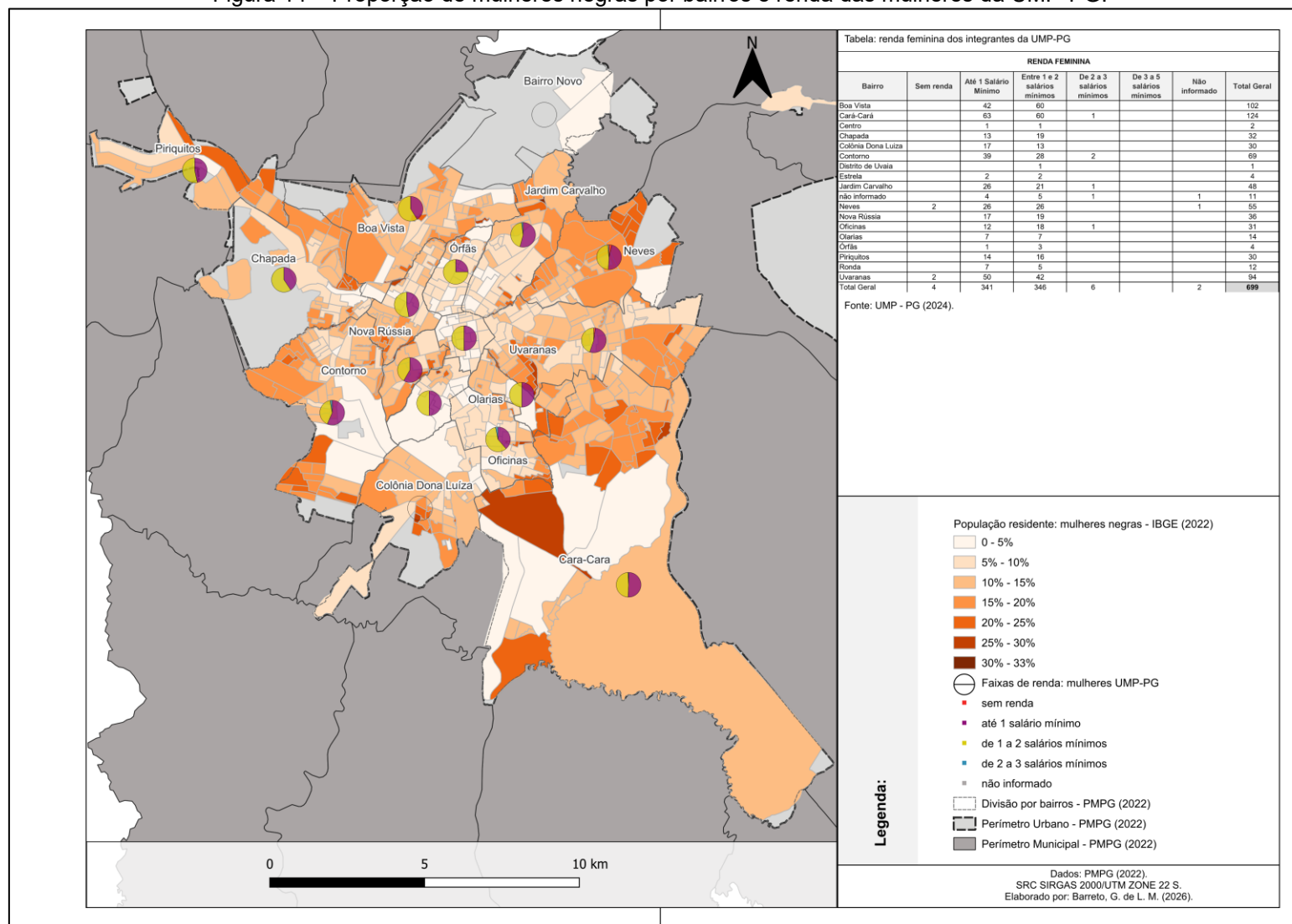
Pode-se interpretar tais localidades como espaços diferenciais, sob a perspectiva de Lefebvre (1999). Para o autor, enquanto o espaço abstrato é aquele dominado pela lógica do capital e do Estado — que busca a homogeneização, a fragmentação e a exclusão — o espaço diferencial emerge das contradições desse sistema. Ele se manifesta quando os grupos subalternos, ao serem expulsos dos centros, passam a imprimir suas próprias lógicas de sobrevivência e sociabilidade no território.

Assim, em bairros como o Cará-Cará e o Contorno, a diferença não é apenas uma marca da exclusão, mas uma força política: a territorialidade negra e a organização da UMP-PG transformam a precariedade em resistência e produção de vida. Esses bairros deixam de ser somente locais de vulnerabilidade social para se tornarem lugares onde a reprodução social acontece à revelia da lógica hegemônica de expulsão (Calgaro; Hermany; Silva, 2020), onde se desenha uma territorialidade negra de resistência e produção de vida.

As mulheres da UMP-PG apresentam, em quase todos os bairros, uma maior proporção de ausência de renda ou rendimento de até um salário mínimo, evidenciando a sobreposição entre vulnerabilidade econômica, gênero e raça. No bairro Neves, essa relação se intensifica: além de apresentar uma elevada concentração de mulheres negras, o território também registra os maiores índices de integrantes da UMP-PG que declararam não possuir nenhum tipo de renda. Esse cruzamento de dados destaca o bairro como um foco crítico de vulnerabilidade socioespacial, onde os marcadores sociais da diferença — sobretudo raça, gênero e classe — incidem de maneira combinada na produção de desigualdades habitacionais. A Figura 14 apresenta os dados analisados em forma de cartografia.

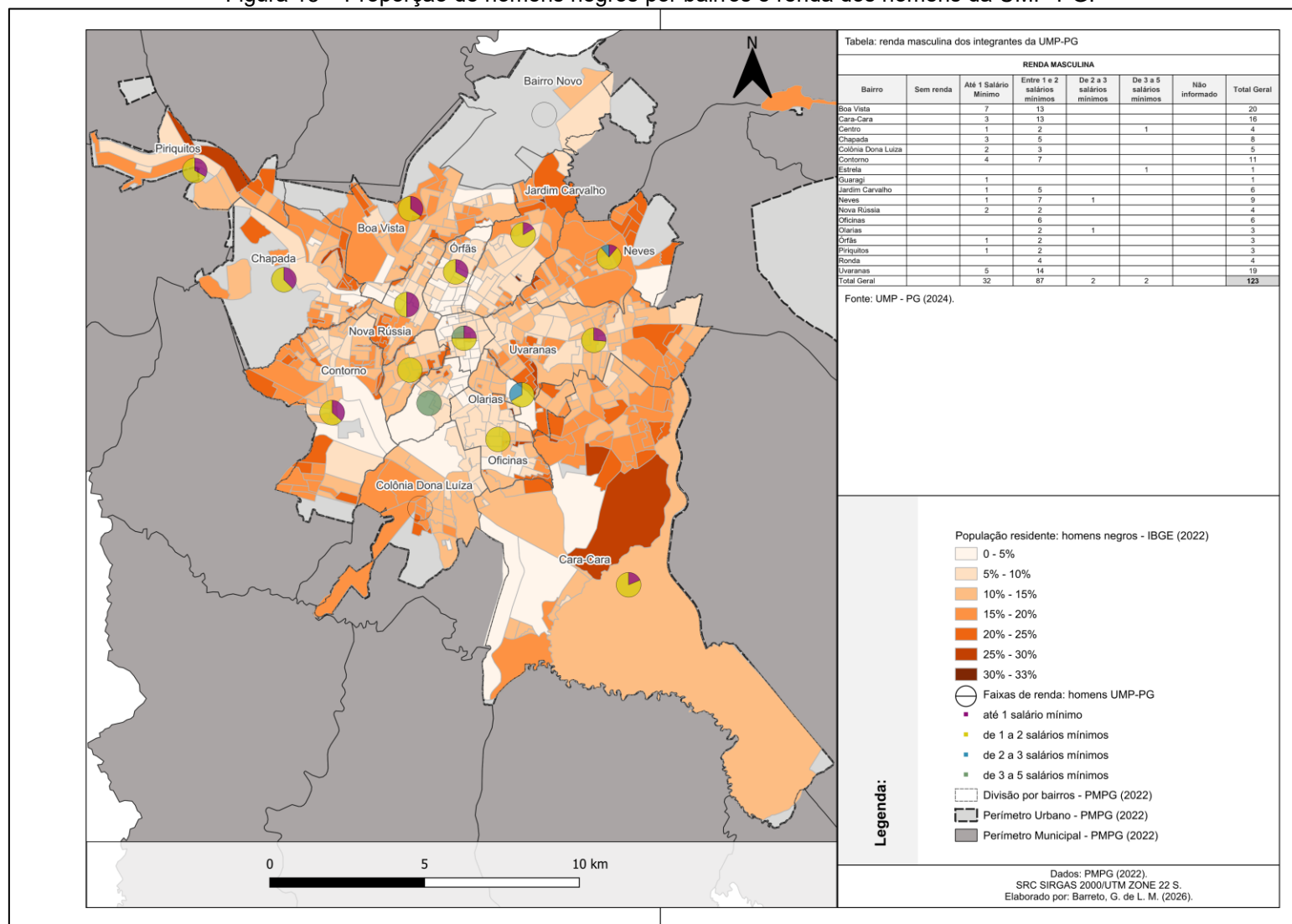
Entre os homens do coletivo, por outro lado, observa-se uma distribuição mais diversificada nas faixas de renda (Figura 15), especialmente centralidades urbanas, onde o padrão construtivo reflete uma maior concentração de capital (especialmente em bairros como Órfãs, Centro e o Bairro Novo).

Figura 14 – Proporção de mulheres negras por bairros e renda das mulheres da UMP-PG.



Fonte: UMP-PG (2025).
Organização: A autora (2026).

Figura 15 – Proporção de homens negros por bairros e renda dos homens da UMP-PG.



Fonte: UMP-PG (2025).
Organização: A autora (2026).

Isso indica que, mesmo diante da vulnerabilidade, os homens da UMP-PG conseguem acessar formas de trabalho ou ocupações que geram rendimentos superiores aos das mulheres, e que o marcador racial pode ser relevante para a garantia desse acesso desigual de gênero dentro do próprio coletivo.

No que se refere à distribuição territorial, as mulheres negras da UMP-PG estão mais amplamente representadas e com maior intensidade em bairros como Cará-Cará, Colônia Dona Luíza, Nova Rússia e Uvaranas. Nesses territórios, marcados por altos índices de população negra e baixa renda, a presença das mulheres do coletivo é significativa não apenas em termos quantitativos, mas também enquanto força organizativa.

A análise cruzada entre a base social da UMP-PG e a agenda política dos conselhos municipais revela um paradoxo: embora as mulheres constituam o corpo político e a força de trabalho que sustenta a luta por moradia em Ponta Grossa, suas demandas específicas permanecem invisibilizadas. Observa-se que tanto nos espaços convidados (Conselho da Cidade e de Habitação) quanto na própria agenda interna do coletivo, opera uma neutralidade que, na prática, reforça o apagamento das intersecções de gênero e raça. Não há, nos documentos ou nas pautas deliberadas, menções diretas ao enfrentamento do patriarcado ou do racismo socioespacial.

Essa dinâmica de silenciamento e disputa não se restringe aos conselhos de cunho técnico-urbano, mas reverbera com complexidade no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). É necessário observar o hiato temporal na participação do movimento: embora o CMDM exista desde 2019 (Ponta Grossa, 2019), a UMP-PG somente ingressou formalmente em sua composição no atual biênio, com gestão válida entre os anos de 2024 a 2026 (Ponta Grossa, 2024). Essa entrada tardia não é aleatória, mas coincide com um período de reestruturação do órgão e, crucialmente, com a implantação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher em 2023, após alteração na Lei Orgânica nº 13.540 (Ponta Grossa, 2019).

Esse movimento temporal revela duas facetas da política urbana local: por um lado, sugere um fortalecimento institucional do próprio Conselho, que ao passar a gerir recursos, atrai entidades de maior capilaridade e protagonismo popular. Por outro, evidencia o pragmatismo político da UMP-PG: assim como o movimento disputa território no Conselho da Cidade (foco de grandes empreendimentos imobiliários) e no de Conselho Habitação (por meio da viabilização de unidades habitacionais

populares), sua inserção no Conselho da Mulher ocorre justamente quando este passa a ter capacidade de impacto financeiro real.

Essa estratégia expõe a insuficiência do modelo anterior de participação, marcado por um feminismo institucionalizado hegemônico, muitas vezes limitado a debates consultivos ou abstratos. Para as mulheres da UMP-PG, a pauta de gênero é inseparável da necessidade de recursos concretos. A busca pelo acesso ao Fundo sinaliza que, para a mulher negra e periférica, a emancipação e o enfrentamento à violência dependem de estruturas materiais tangíveis — a casa, a terra e o orçamento público — que o discurso isolado não é capaz de garantir.

Portanto, o protagonismo das mulheres negras na UMP-PG é, por ora, um protagonismo da presença e da resistência cotidiana, e não um protagonismo de agenda. Suas necessidades (creche, segurança contra violência doméstica, autonomia financeira) não foram incorporadas pelas políticas públicas nem pelas pautas do movimento, evidenciando que a moradia ainda é tratada como um bem de capital ou um habitat, e não como um território de reprodução da vida das mulheres, sobretudo para as mulheres negras que, conforme comprovado, convivem com uma maior situação de vulnerabilidade socioespacial.

Dessa forma, o capítulo encerra demonstrando que a agenda urbana de Ponta Grossa, quando tensionada pela UMP-PG, ganha cor e gênero, revelando que a moradia é o primeiro passo de um projeto de cidade mais amplo e interseccional. No entanto, essa atuação política nem sempre se traduz no reconhecimento institucional de suas pautas específicas, que continuam sendo frequentemente subsumidas por agendas mais genéricas ou neutralizadas nos espaços formais de participação.

Diante disso, torna-se fundamental aprofundar a compreensão das experiências dessas mulheres, valorizando suas narrativas, estratégias de resistência e formas de produção de conhecimento a partir dos territórios em que vivem. Será nessa relação entre a resistência política e o silenciamento institucional que este trabalho se debruça no próximo capítulo. Ao investigar como as agentes significam o espaço urbano e a luta pela moradia, busca-se compreender como a produção do conhecimento se dá no dia a dia e a partir da militância.

CAPÍTULO 3 – ENTRE O ESPAÇO CONVIDADO E AS VOZES SILENCIADAS: A PRÁTICA POLÍTICA INTERSECCIONAL NA DISPUTA POR HABITAÇÃO

Este capítulo constitui o núcleo empírico desta dissertação, no qual tencionam-se os limites entre a participação institucionalizada e a realidade vivenciada pelas mulheres negras na luta pela moradia em Ponta Grossa. Para tanto, a investigação fundamentou-se em duas frentes complementares: a análise documental da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa e a realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres integrantes do coletivo União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG).

A fim de operacionalizar a análise proposta, este capítulo organiza-se em quatro momentos interdependentes que buscam desvelar as camadas de silenciamento e resistência no planejamento urbano local. Inicia-se, no item 3.1, com um resgate histórico das Conferências Municipais da Cidade em Ponta Grossa entre 2010 e 2016, identificando as continuidades e as lacunas que moldaram a agenda habitacional antes do evento central desta pesquisa. No item 3.2, a análise debruça-se sobre a 7ª Conferência Municipal da Cidade, examinando seus indicadores, propostas e o funcionamento de seus mecanismos de participação como espaços convidados que oferecem aberturas, mas também impõem fechamentos institucionais.

Em um terceiro momento, o foco desloca-se para a perspectiva das colaboradoras. O item 3.3 apresenta as narrativas das mulheres da UMP-PG, explorando o cotidiano de luta e a construção da cidade vivida que desafia as abstrações técnicas. Por fim, o item 3.4 promove a síntese desta investigação, cruzando os dados institucionais com as falas das mulheres para discutir como a interseccionalidade opera na prática e quais são os limites e possibilidades para a efetivação do direito à cidade. Com esse desenho analítico, parte-se agora para o exame do percurso histórico das conferências, compreendendo como os debates anteriores constituíram as bases para as demandas das mulheres negras em Ponta Grossa.

3.1 O PERCURSO DAS CONFERÊNCIAS DA CIDADE EM PONTA GROSSA (2010-2016): CONTINUIDADES E LACUNAS

A atuação dos movimentos populares é de vital importância para estabelecer os interesses sociais frente à intensa especulação fundiária e imobiliária existente em Ponta Grossa. A importância da atuação desses grupos na luta pela moradia é reconhecida na elaboração das Conferências Municipais das Cidades, que desde os primeiros registros já conta com a participação de representantes deste segmento.

O espaço de formulação de políticas públicas sociais está intrinsecamente relacionado à busca pela efetivação da democracia e à promoção do direito à cidade. Ao serem mobilizadas de forma crítica e participativa, tornam-se ferramentas potentes para enfrentar as injustiças socioespaciais; porém, quando capturadas por interesses econômicos ou descoladas das demandas populares, podem aprofundar processos de segregação socioespacial e as desigualdades em geral.

É possível observar essa atuação em prática na perspectiva de gênero abordada por Pacheco, Kawanishi e Scheffer (2019), que relatam os avanços objetivos por meio à luta dos movimentos sociais e de gênero nas Conferências Nacionais das Cidades, realizadas entre o período de 2003 a 2010:

A garantia de acesso à cidade e o combate à discriminação são perspectivas abordadas e incluídas na agenda da 1ª e 2ª [Conferência das Cidades], respectivamente em 2003 e 2005, dentro da temática da mulher no planejamento das políticas habitacionais. Em complemento, abre-se a discussão sobre a regulamentação, através de leis e decretos, **sobre a titularidade da habitação em nome da mulher e a elaboração de programas habitacionais, tanto em âmbito federal, como estadual e municipal, no atendimento às mulheres chefes de família** e grupos com alta vulnerabilidade, promovendo desta forma, o direito à cidade e o acesso a bens e serviços, sendo este tema abordado na 3ª Conferência das Cidades, realizada em 2008.

Salienta-se então, na 4ª Conferência das Cidades (2010) **a priorização das famílias que possuem a mulher como responsável** para além da inclusão nos programas habitacionais, mas também como forma de garantia. Pode-se citar a garantia de que os Programas MCMV, PAC I e PAC II utilizem a mão de obra feminina para a construção das obras, juntamente com programas de capacitação, priorizando também os grupos de maior vulnerabilidade social, famílias com pessoas com deficiência e famílias em áreas de risco (Pacheco; Kawanishi; Scheffer, 2019, p. 1101, grifo próprio).

Esses avanços só foram possíveis por meio do diálogo e da luta realizada nas esferas municipais por esses movimentos sociais populares, que trouxeram contribuições nos aspectos relativos às perspectivas de gênero, mas, historicamente,

não conseguiram avançar nas abordagens raciais que tangenciam o direito à habitação no país.

Nesta seção introdutória, analisam-se as Conferências Municipais da Cidade de Ponta Grossa, a partir da 4ª até a 6ª edição, visando estabelecer um percurso histórico e político que possibilite compreender os processos, agentes e propostas que conformaram o debate habitacional no município ao longo dos anos.

Embora não existam dados sistematizados sob a perspectiva interseccional das edições anteriores, considera-se fundamental recorrer às deliberações e os agentes que atuaram nessas conferências, especialmente no campo da política habitacional, para que a análise da 7ª Conferência — foco central desta pesquisa — possa ser realizada com maior precisão. Tal percurso permite identificar continuidades, rupturas e disputas em torno das propostas e dos agentes que historicamente participaram desses espaços, oferecendo subsídios para uma leitura crítica e fundamentada da configuração atual das políticas urbanas e habitacionais em Ponta Grossa.

Dados sobre o histórico das Conferências Municipais da Cidade só foram obtidos a partir da 4ª edição, realizada no dia 9 de janeiro de 2010 (Apêndice A), visto que a Prefeitura Municipal não possui registros anteriores das Conferências realizadas. Segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN, 2010), a pauta da moradia teve pouca expressão neste primeiro registro, tendo, das 16 propostas registradas para o nível municipal, apenas a 1 proposta que contemplava a temática habitacional diretamente:

Proposta 13: Realizar um programa efetivo de regularização fundiária respeitando a legislação ambiental, envolvendo a transferência de famílias das áreas de risco (em torno dos arroios, áreas alagadas e outros) para locais com estrutura necessária, nos vazios urbanos, garantindo a melhoria da qualidade de vida das famílias e a proteção ambiental (IPLAN, 2010, p. 3).

Destaca-se que o efetivo projeto de regularização fundiária proposto se resume à remoção das famílias assentadas nas regiões de fundos de vale, refletindo uma política de planejamento estratégico que assume a atuação de projetos urbanos concretos voltados ao desenvolvimento econômico-territorial como resposta aos conflitos sociais.

Mais três propostas tangenciam a temática da moradia enquanto um problema a ser resolvido, que gera poluição dos arroios urbanos e contaminação ambiental, não

havendo reflexão sobre os impactos sociais e de saúde pública gerados sobre a população residente nesses locais e das possíveis relações de causa-efeito para a ocupação dos fundos de vale urbano:

Proposta 11: que o poder público municipal efetive programas de despoluição de fundos de vale (arroios) do município envolvendo ações permanentes, em parceria com a sociedade civil organizada, vetando novas ocupações, pautadas em legislação ambiental.

Proposta 12: ampliar e melhorar as condições de saneamento básico do município, principalmente em regiões de fundo de vale e outras áreas de preservação permanente.

[...]

Proposta 14: Eliminar riscos de contaminação da bacia do Alagados, a partir do controle da suinocultura, da agricultura, da ocupação desordenada, e desvio da estrada de ferro (IPLAN, 2010, p. 3).

Cabe aqui salientar que, conforme o censo 2010, já existiam 13.117 pessoas residentes em 19 aglomerados subnormais (como eram denominados oficialmente as FCs naquele momento) no município de Ponta Grossa, localizados predominantemente sob os corpos d'água próximos às centralidades intraurbanas. Nota-se, ainda, a influência do capital imobiliário para o enfrentamento da questão habitacional na única proposta habitacional aprovada a nível estadual, que cita uma tentativa de controle social para direcionamento das verbas do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida visando a construção de novas unidades habitacionais:

PROPOSTAS — EIXO 4 - Proposta 1: Que o direcionamento das verbas do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida sejam deliberadas de forma democrática, passando por instâncias deliberativas, como conselhos municipais, estaduais e federais, que decidirão sobre as prioridades de acordo com sua realidade local, garantindo o controle social em todo o processo, e técnicas de construção civil com uso de material alternativo, considerando todo o ciclo de vida dos produtos e a otimização das matérias primas, desde a produção, distribuição, utilização e promoção do reuso total dos resíduos (IPLAN, 2010, p. 2).

A proposta evidencia a busca pela participação do mercado privado, mediada pelo controle social, como uma estratégia para lidar com conflitos político-sociais contraditórios e combinados. Trata-se de uma estratégia também adotada pelos próprios movimentos sociais representados na Conferência, dada a ênfase na exigência do controle social no processo.

Quanto aos agentes, o Apêndice B apresenta a lista de delegados eleitos como representantes da sociedade civil para a etapa estadual na 4ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa. Nota-se que tanto a União Nacional por

Moradia Popular (UNMP) quanto a União das Associações de Moradores de Ponta Grossa (UAMPG) já integram essa relação de delegados, mostrando a participação institucionalizada dessas entidades nas discussões da política urbana local.

Tanto a UNMP — que atualmente é representada pelo seu ente local, a União Por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG) — quanto a UAMPG ainda possuem atuação na questão da moradia até o momento da elaboração deste estudo, porém a segunda entidade, ligada à atuação das associações de moradores, perdeu progressivamente a sua força de atuação ao longo do tempo, tendo pouca expressividade nas agendas de mobilização social recentes.

Na 5ª Conferência, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 2013, houve maior qualificação, quando comparado às conferências anteriores, no que tange às propostas apresentadas para a questão em âmbito municipal (IPLAN, 2013). O conjunto de propostas do eixo 4 revela uma compreensão relativamente avançada das diretrizes da política urbana democrática, com destaque para a valorização da função social da propriedade e a busca por maior efetividade do planejamento:

EIXO 4:

Proposta 1) Promover a Reforma Urbana em Ponta Grossa, a partir da aplicação dos instrumentos de desenvolvimento, regularização e gestão democrática urbana, envolvendo todos os segmentos da sociedade civil organizada, através de audiências públicas, debates e reuniões com lideranças do movimento social e a população em geral.

Proposta 2) Aplicação imediata do instrumento urbanístico do parcelamento, edificação e uso compulsório do solo que não atendam a função social da propriedade, na forma da Lei Municipal 10.753/2012.

Proposta 3) Regulamentação através de lei municipal ordinária de todos os instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor do Município de Ponta Grossa.

Proposta 4) Aplicação imediata da regularização fundiária através do Plano Local de Habitação por Interesse Social (PLHIS) prevista na Lei Municipal 10.559/2011, privilegiando a adoção dos instrumentos da demarcação urbanística e legitimação de posse regulamentados pela Lei 11.977/2009.

Proposta 5) Resgate do Programa PROLIMPEZA e do programa de aproveitamento de terrenos não utilizados previstos nas Leis Municipais 5.009/1994 e 7.235/2003, respectivamente (IPLAN, 2013, p. 3).

É possível observar algum comprometimento com a participação social, e uma busca pela efetivação Plano Diretor Municipal e do Plano Local de Habitação de Interesse Social — PLHIS. Infere-se, pelo arcabouço normativo adotado e em consonância com as demandas de controle social da população, que a construção partiu de um diálogo entre técnicos e a sociedade civil organizada.

As demandas, todavia, dependiam de vontade política e aparato técnico-administrativo para sua efetivação e houve carência de maior detalhamento operacional de cada proposta, considerando a articulação com políticas habitacionais integradas (não apenas regularização) e reforço nos mecanismos de implementação e monitoramento. Como resultado, nenhuma das propostas apresentadas teve efetividade até momento de produção dessa pesquisa²³.

Os registros levantados da Conferência Municipal não apresentam uma relação de entidades participantes, mas a partir da ata do evento (Apêndice A), é possível identificar que o nome de Jiovany do Rocio Kissileviz, representante Titular da UNMP, se repete na eleição da delegação municipal para representação junto a Conferência Estadual das Cidades. Além de filiada à União Nacional por Moradia Popular e a Central de Movimentos Populares (CMP), Jiovany coordenava a União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG), que já havia sido consolidada por meio de representação estatutária a partir do ano de 2001 (UMP-PG, 2001).

A 6ª Conferência das Cidades, realizada nos dias 24 e 25 de junho de 2016, constituiu-se formalmente como um espaço participativo plural, incluindo movimentos sociais organizados na Comissão Preparatória e elegendo representantes desse segmento para a etapa estadual. O relatório final da Conferência (IPLAN, 2016), com acesso disponibilizado pelo apêndice A, é mais completo que o das edições anteriores, apresentando dados que comprovam a participação dos movimentos sociais populares na comissão preparatória do evento, compondo 22,22% da representação total. É possível observar a manutenção da participação da UAMPG como representação popular da pauta da moradia junto aos integrantes da comissão preparatória, conforme pode ser observado no Apêndice C deste documento. Ainda, segundo o relatório, 14 participantes dos movimentos sociais organizados estiveram representados da Conferência Municipal. O Apêndice D apresenta a relação dos representantes eleitos como delegados na 6ª Conferência Municipal da Cidade.

²³ É correto afirmar que: a Reforma Urbana em Ponta Grossa nunca ocorreu; o instrumento de parcelamento; edificação e uso compulsório não foi aplicado no município em nenhuma das atualizações do seu Plano Diretor Municipal (Ponta Grossa, 2006, 2018); o PLHIS não foi aplicado em sua totalidade e nem atualizado após 2011; os instrumentos do Estatuto da Cidade que se referem a função social da propriedade, como o IPTU Progressivo no tempo e a Desapropriação com Pagamentos de Título da Dívida Pública não foram implantados e não houve resgate do programa PROLIMPEZA.

A efetividade dessa participação, no entanto, levanta questões que devem ser analisadas criticamente, visto que a presença institucionalizada não garante, por si só, influência nos rumos deliberativos da conferência e a condução metodológica fortemente técnica, centralizada em órgãos do poder público e do IPLAN, sugere uma assimetria de poder entre os segmentos presentes. As propostas aprovadas no eixo de habitação e direito à cidade abordaram temas relevantes como regularização fundiária, atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), cadastro de imóveis ociosos e critérios de seleção em programas habitacionais.

EIXO IV — HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE

Proposta 1) Efetivar, imediatamente, os instrumentos de desenvolvimento urbano no Plano Diretor Municipal de Ponta Grossa.

Proposta 2) Atualizar a Política de Regularização Fundiária Urbana, conforme Lei Federal nº 11.977/2009.

Proposta 3) Efetivar o Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS), sendo este acompanhado pelo Conselho de Habitação e pelo Conselho Municipal da Cidade.

Proposta 4) Estabelecer a transparência na aplicação dos critérios de seleção dos mutuários dos programas sociais, conforme a Lei de Transparência nº 12.527/2011.

Proposta 5) Cadastrar os imóveis ociosos e desenvolver a Política de Habitação voltada ao adensamento urbano (IPLAN, 2016, p. 55).

Sob uma ótica interseccional, essa distância entre forma e conteúdo adquire contornos ainda mais problemáticos. A ausência de referências explícitas às desigualdades raciais, de gênero e territoriais, historicamente enraizadas na exclusão habitacional, revela os limites dos espaços participativos quando não há um compromisso ativo em reconhecer as múltiplas opressões que conformam o direito à cidade. Como argumentam Pacheco, Kawanishi e Scheffer (2019), os avanços em políticas habitacionais voltadas às mulheres nas Conferências Nacionais das Cidades, especialmente entre 2003 e 2010, foram fruto direto da luta dos movimentos sociais de gênero e demonstram que a inclusão de marcadores sociais na formulação de políticas públicas requer atuação política, e não apenas presença institucional.

No caso de Ponta Grossa, as conferências anteriores evidenciam tanto uma evolução normativa quanto lacunas estruturais. A 4ª Conferência, em 2010, apresentou propostas que tratavam a moradia como um problema ambiental, associando-a à contaminação dos fundos de vale, sem considerar as dinâmicas socioeconômicas e históricas que levaram à ocupação dessas áreas. A 5ª edição, em 2013, avançou ao propor a aplicação de instrumentos como o parcelamento

compulsório e a regulamentação do Plano Diretor, refletindo maior alinhamento com diretrizes democráticas da reforma urbana.

Nesse sentido, a 6ª Conferência, embora mais estruturada tecnicamente e com maior registro documental, manteve uma ambiguidade fundamental: reconhece formalmente os movimentos sociais e promove a sua integração nas etapas deliberativas, mas não viabiliza que suas pautas específicas, construídas a partir de experiências de exclusão territorial, racial e de gênero, se traduzam em políticas transformadoras.

A ausência de propostas que mencionem diretamente autogestão, mutirões, ocupações ou a luta por moradia organizada revela a limitação dos mecanismos institucionais em absorver e traduzir as demandas populares em suas próprias linguagens, abordagens já ausentes nas edições anteriores, mas na 6ª edição em especial chama a atenção pelo registro da participação dos movimentos organizados desde o processo de organização junto a comissão preparatória. Nesse sentido, a 6ª Conferência cumpriu seu papel normativo e institucional, mas deixou em aberto o debate sobre a capacidade real dos espaços participativos em incorporar os sujeitos políticos da cidade desigual.

A análise que se segue estrutura-se a partir do percurso histórico apresentado e da tensão entre a institucionalidade técnica e a vivência política das mulheres que protagonizam a luta por moradia em Ponta Grossa. No primeiro momento, examinam-se os indicadores da 7ª Conferência Municipal da Cidade, mapeando como a dinâmica deste espaço convidado condicionou a participação popular e a seleção de delegados e propostas. Em seguida, o foco desloca-se para a práxis da luta, transcrevendo o cotidiano e às resistências das mulheres da UMP-PG, cujas trajetórias revelam as urgências que o planejamento urbano tradicional frequentemente ignora. Por fim, busca-se a síntese dessa disputa: o cruzamento entre o documento oficial e a realidade das entrevistas, a fim de responder se as demandas dessas mulheres conseguiram romper as barreiras burocráticas e se inscrever como pauta política, materializando uma prática interseccional do direito à cidade.

3.2 A 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE: ABERTURAS E FECHAMENTOS INSTITUCIONAIS

A 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa (IPLAN, 2024c), possui dados públicos mais aprofundados sobre a participação popular, sobretudo das mulheres negras participantes de movimentos sociais populares organizados. O espaço representou um momento institucional de debate sobre a política urbana local, funcionando como etapa preparatória para a 7ª Conferência Estadual Paranaense. Sua análise permite compreender os limites e as possibilidades da participação popular na construção das agendas urbanas e habitacionais.

Inicialmente, a localização e horário do evento são marcadores importantes a serem analisados. A Conferência ocorreu nos dias 28 e 29 de junho de 2024 (sexta-feira e sábado), na sede da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG) (Rede para Desenvolvimento Urbano Sustentável, 2024). O primeiro dia do evento ocorreu no período noturno (das 18 às 22 horas) e foi destinado a palestra de abertura, leitura e aprovação do regulamento, bem como a eleição dos novos membros do Conselho Municipal da Cidade de Ponta Grossa (CMC). Já no segundo dia o fórum ocorreu das 8 às 18 horas, com intervalo para o almoço, e teve o foco nas discussões temáticas (período da manhã), bem como na apreciação e votação em plenária das propostas e eleição da delegação estadual (período vespertino).

O cronograma também reflete uma estrutura que pressupõe uma democratização via participação da classe trabalhadora, por não ocorrer em horário comercial. Todavia, no caso das mulheres negras, deve-se considerar a dupla ou tripla jornada de trabalho, de forma que a participação no evento impacta diretamente nas responsabilidades de cuidado (dos filhos e da família) e no trabalho informal ou doméstico.

De acordo com a ata do evento (IPLAN, 2024b) disponibilizada por meio do Apêndice A, a composição final dos grupos de trabalho aprovada em plenária se organizou em 8 sessões, todas voltados as discussões base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU):

- 1) Políticas de habitação, direito à cidade e regularização fundiária;
- 2) Políticas de saneamento básico;
- 3) Políticas de mobilidade e acessibilidade;

- 4) Gestão interfederativa, cooperação e consórcios;
- 5) Controle social e gestão democrática das cidades;
- 6) Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas;
- 7) Transformação digital e território e
- 8) Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares.

É necessário destacar que a programação da Conferência Municipal baseou-se em modelos anteriores já realizados tanto a nível local quanto na estrutura prévia disponibilizada pelo Conselho Estadual das Cidades. O Texto-base da 6ª Conferência Nacional das Cidades (Rede para Desenvolvimento Urbano Sustentável, 2024) serviu de referência para a operacionalização da etapa municipal, considerando também as definições dos Regimentos das etapas Estadual e Nacional. Todavia, o local de realização da Conferência, bem como a realização em dois dias, nos horários definidos nesta programação, foram decisões estabelecidas pela Comissão Preparatória da etapa municipal, que contempla tanto representantes do poder executivo municipal quanto membros da sociedade civil organizada (Rede para Desenvolvimento Urbano Sustentável, 2024)

A escolha da sede da ACIPG como local da Conferência introduz uma variável política inédita: a privatização do espaço de debate. Enquanto as edições anteriores ocorreram em escolas públicas, espaços de caráter comunitário, a migração para uma associação ligada ao setor comercial, mas que também possui forte relação com o setor imobiliário local (Magalhães, 2025) funciona como um marcador simbólico de poder. Esta decisão pode não caracterizar apenas uma necessidade logística, ela altera a natureza da participação ao inserir sujeitos plurais em um ambiente que corporifica os interesses do mercado. Assim, o local pode atuar como um marcador simbólico, condicionando a livre manifestação e sugerindo uma hierarquia de interesses já estabelecida na agenda urbana.

Além desse fato, é importante destacar que no ano de 2024 foram realizadas as eleições municipais, que ocorreram em 6 de outubro, com o segundo turno em 27 de outubro. As eleições para o Conselho Municipal da Cidade e para a delegação Estadual tornaram-se, portanto, nessa edição do evento, espaços de disputa de visibilidade político-institucionais. Todos esses aspectos devem ser considerados como transversais para análise dos indicadores que serão apresentados na sequência.

Dos 167 cadastrados, 97 se autodeclararam como do sexo feminino conforme a relação de dados coletados no momento da inscrição do participante (IPLAN, 2024d), sendo a maioria em participação absoluta no extrato de gênero (58,08%). Dos demais, 68 pessoas se autodeclararam pertencentes ao grupo do sexo masculino (40,72%) e apenas duas pessoas se autodeclararam como pessoas não-binárias (1,20%). Essa participação feminina superior também foi expressiva no eixo habitacional, que contou com um total de 86 participantes, sendo 66,27% mulheres, 31,39% homens e 2,33% pessoas não-binárias.

Sobre a racialização dos participantes, é possível identificar pelos dados (IPLAN, 2024d) uma forte predominância de pessoas brancas no evento (101 pessoas autodeclaradas), indicando uma sub-representação da população negra e indígena nas discussões sobre a cidade (38 e uma pessoa autodeclarada, respectivamente), considerando especialmente os dados demográficos de Ponta Grossa (IBGE, 2024e). Ainda, há um número expressivo de pessoas que preferiram não informar sua cor ou raça (cerca de 16%), o que pode ter relação com uma falta de compreensão da própria identidade e ancestralidade ou receio de utilização inapropriada da informação. Esses aspectos precisam ser destacados em espaços de discussão sobre estratégias de planejamento urbano, pois, conforme destaca Brito, Mendonça e Rolnik (2023, p. 44) “o planejamento naturaliza a geografia do racismo” para exercer dominação, criar e perpetuar territórios de exclusividade branca, e também (re)criar a exclusão social predominante na geografia dos territórios negros urbanos.

A análise interseccional permite identificar desigualdades estruturais na composição da 7ª Conferência Municipal da Cidade, inclusive dentro do eixo temático habitacional, foco da presente análise. As mulheres brancas lideraram em números absolutos a participação geral (57 participantes, ou 34% do total), e no eixo habitacional (30 participantes, ou 36% da participação no eixo habitacional), indicando um alto interesse pelo debate urbano em geral e, especificamente, pela pauta habitacional.

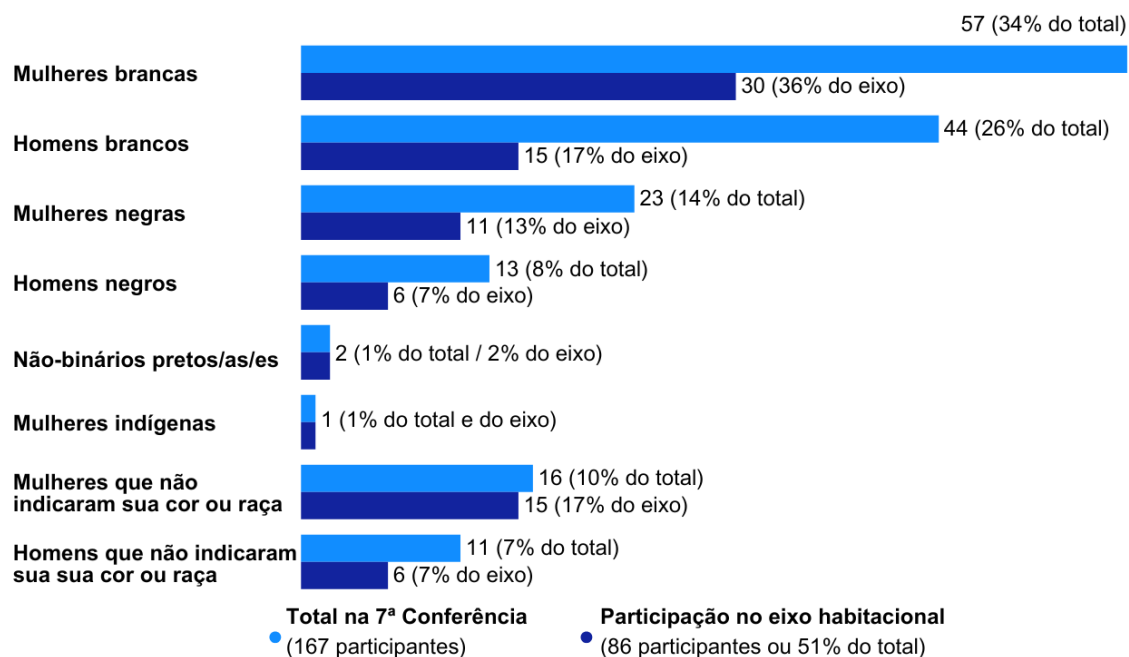
Homens brancos, segundo grupo mais representado na conferência (26% do total), tiveram a maior redução de participação quanto ao eixo habitacional, se limitando a 17% do total do grupo (ou 15 participantes, dos 44 totais). Esse fenômeno sugere que a habitação, enquanto política pública, é despriorizada por sujeitos que ocupam posições de privilégio na hierarquia social e racial. Por possuírem acesso consolidado aos direitos urbanos, a questão habitacional lhes é exterior, sua posição

de dominância de gênero e raça os desobriga de pautar o direito à moradia, uma vez que suas necessidades nesse campo já estão plenamente atendidas pela estrutura de mercado e pelo patrimonialismo histórico. Já as mulheres negras, apesar de representarem apenas 14% do total de participantes, demonstram um comprometimento com o debate habitacional, com 11 das 23 participantes atuando nesse eixo (representando 13% do total do eixo). Essa sobreposição entre gênero e raça evidencia o engajamento ativo das mulheres negras nas disputas por políticas habitacionais.

Homens negros, por sua vez, foram apenas 8% do total da conferência, mas mantiveram uma porcentagem de participação semelhante no eixo habitacional (seis participantes, ou 7% do eixo). Isso pode indicar uma menor inserção ou mobilização deste grupo específico dentro do tema, exigindo uma análise qualitativa das barreiras de participação enfrentadas. A presença de pessoas não-binárias negras e de mulheres indígenas foi reduzida (apenas dois e um participante respectivamente) reforçando a sub-representação de pessoas não brancas nos espaços institucionais de formulação de políticas públicas.

Observa-se, ainda, que embora a participação no eixo habitacional corresponda a 51% dos participantes totais (86 de 167), essa distribuição não é homogênea entre os diferentes grupos sociais. O eixo revela-se como espaço de majoritária participação feminina e não-masculina, onde os sujeitos mais afetados pelas vulnerabilidades de gênero (em sequência: mulheres brancas, mulheres negras, mulheres indígenas, e pessoas não binárias) buscam incidir politicamente, apesar das barreiras estruturais. Esses grupos, em conjunto, representam 68% do total do eixo habitacional, um número expressivo para uma Conferência realizada em um município com desigualdades sociais tão significativas nos âmbitos de gênero e raça como indicado na sessão 2.1 desta pesquisa. Os dados analisados são expostos em forma de gráfico na Figura 16 abaixo:

Figura 16 – Participantes por gênero e raça na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.



Fonte: IPLAN (2024b).
Organização: A autora (2026).

A conferência contou com significativa presença da sociedade civil organizada, tendo 42 representantes de entidades cadastrados (ver Apêndice E). Destacam-se, novamente, a atuação da União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG) e do Instituto União das Associações de Moradores e Condomínios (UAMPG), representadas pelas suas lideranças desde a etapa preparatória do evento. A forte inserção da UMP-PG na Comissão Organizadora e entre os delegados eleitos para a etapa estadual — esta última categoria apresentada em forma de tabela no apêndice F — evidencia a capacidade de articulação política e mobilização local destas instituições para organização, condução e participação político-institucional.

A análise dos nomes dos delegados e suas respectivas organizações permite inferir a presença significativa de mulheres vinculadas à UMP-PG entre as participantes ativas da conferência. Nomes como Rosemari Soares da Cruz, Laila Adriana dos Santos Barros, Luzia Aparecida Teixeira e Cristiane Antunes de Campos aparecem como titulares eleitas para a etapa estadual, confirmando a atuação política dessas mulheres como representantes de seus territórios e comunidades (IPLAN, 2024b). Gerveson exerce protagonismo como membro da comissão preparatória do evento, facilitador do eixo habitacional e representante eleito para a etapa estadual,

sendo um dos poucos homens presentes na listagem dos delegados representantes de movimentos sociais apresentada no apêndice F.

A presença expressiva desses movimentos não se traduziu, entretanto, de maneira proporcional na centralidade das pautas habitacionais no conjunto de propostas aprovadas. Das oito propostas encaminhadas à etapa estadual, apenas uma trata diretamente da política habitacional, propondo a atualização dos programas federais, estaduais e municipais, com foco na ampliação do acesso para a população idosa e maior agilidade nos trâmites cartorários. As sete propostas remanescentes focam na infraestrutura e gestão urbana, com destaque para:

- a) tema de saneamento e mobilidade: a implementação de políticas de saneamento rural com foco em educação ambiental e a modernização do transporte intermunicipal, incluindo o reaproveitamento de ferrovias desativadas;
- b) gestão e governança: busca pela equidade territorial via padronização do Coeficiente de Aproveitamento (CA) e o fortalecimento democrático do Conselho da Cidade, visando garantir seu poder deliberativo e
- c) sustentabilidade e segurança: criação de zoneamento estadual para espécies exóticas visando proteger a Mata Atlântica e integração tecnológica e de inteligência entre as Guardas Municipais e as esferas estadual e federal.

Tal dado revela um descompasso entre a ocupação formal dos espaços e a capacidade de incidir sobre o conteúdo das políticas debatidas, sinalizando tensionamentos estruturais na dinâmica da conferência. O Quadro 1 abaixo apresenta a relação de propostas aprovadas somente no eixo habitacional da Conferência municipal:

Quadro 1 – Propostas do eixo habitacional da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.

EIXO:	Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas		
GRUPO TEMÁTICO:	Políticas de habitação, direito à cidade e regularização fundiária da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano		
PROPOSTAS		ÂMBITO DE APLICAÇÃO	
NÚMERO DA PROPOSTA	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	MUNICIPAL	ESTADUAL
1	Flexibilização dos parâmetros construtivos nos loteamentos antigos, a fim de ocupar os vazios urbanos, aproveitando a infraestrutura existente e mantendo a população no seu convívio social, criando incentivos para ocupação desses espaços e aplicando ferramentas como o IPTU progressivo.	x	
2	Aumento da taxa de ocupação dos terrenos de 50% para 70%, possibilitando construções maiores; diminuição dos recuos frontais de 5 m para 3 m, aumentando a sobra de terreno nos fundos; preferência na aprovação de projetos da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS.	x	
3	Atualização dos programas habitacionais no âmbito federal, estadual e municipal: Facilitação do acesso à população idosa, aumento da porcentagem de financiamento para 90%, redução de prazo de registros cartorários dos contratos de financiamento para 5 dias.	x	x
4	Garantia de 3% dos recursos municipais para o FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de interesse social.	x	
5	Elaboração e aprovação do projeto de lei municipal sobre a auto gestão e assistência técnica de habitação de interesse social.	x	

Fonte: IPLAN (2024a).
Organização: A autora (2026).

O conteúdo das 40 propostas aprovadas revela uma predominância de temas relacionados à mobilidade urbana, saneamento, segurança e governança, tratados com linguagem técnica e universalizante. Mesmo propostas de interesse das populações periféricas, como a simplificação de legislações de transporte intermunicipal ou a defesa da gestão democrática nos conselhos, não explicitam os recortes de classe, raça ou gênero que estruturam a desigualdade urbana, a exceção parcial da proposta voltada ao saneamento rural, que menciona comunidades tradicionais:

Grupo Temático 2 do eixo 1: Políticas de saneamento básico da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

[...]

Proposta 1: Implementação das políticas existentes para saneamento nas áreas rurais por meio do fortalecimento da educação ambiental junto às comunidades rurais e tradicionais (tais como indígenas, faxinalenses, quilombolas e ciganos), com maior investimento inicial na infraestrutura por parte do poder público (IPLAN, 2024a, p. 4).

Esse padrão evidencia a força de filtros institucionais que, ao pautar os debates em torno de technicalidades e diretrizes gerais, esvaziam o potencial insurgente das pautas interseccionais. A conferência, nesse sentido, funciona mais como um campo de tensionamento do que de síntese democrática. O protagonismo das mulheres organizadas (muitas delas negras) está presente, mas limitado pela forma e pela gramática da participação institucional, que tende a neutralizar sujeitos politicamente marcados e suas experiências urbanas específicas.

A análise da renda declarada pelos participantes da 7ª Conferência Municipal revela desigualdades estruturais que atravessam os marcadores de raça e gênero. A maioria das mulheres negras presentes declarou rendimento de até um salário mínimo (11% do total de participantes), com total ausência em faixas superiores a três salários mínimos. Essa concentração nas faixas mais baixas da escala de renda explicita a condição de vulnerabilidade econômica enfrentada por esse grupo, que historicamente ocupa posições subalternizadas no mercado de trabalho, com baixa remuneração e acesso precário a direitos sociais.

Entre os homens negros, observa-se uma tendência semelhante: 8% dos participantes estão na faixa de até um salário mínimo, com presença quase residual nas demais faixas. A única ocorrência na faixa acima de 10 salários mínimos (1%), ligada a Associação Paranaense de Construtores (APC), indica que, embora existam exceções, a maioria permanece em situação de restrição econômica²⁴.

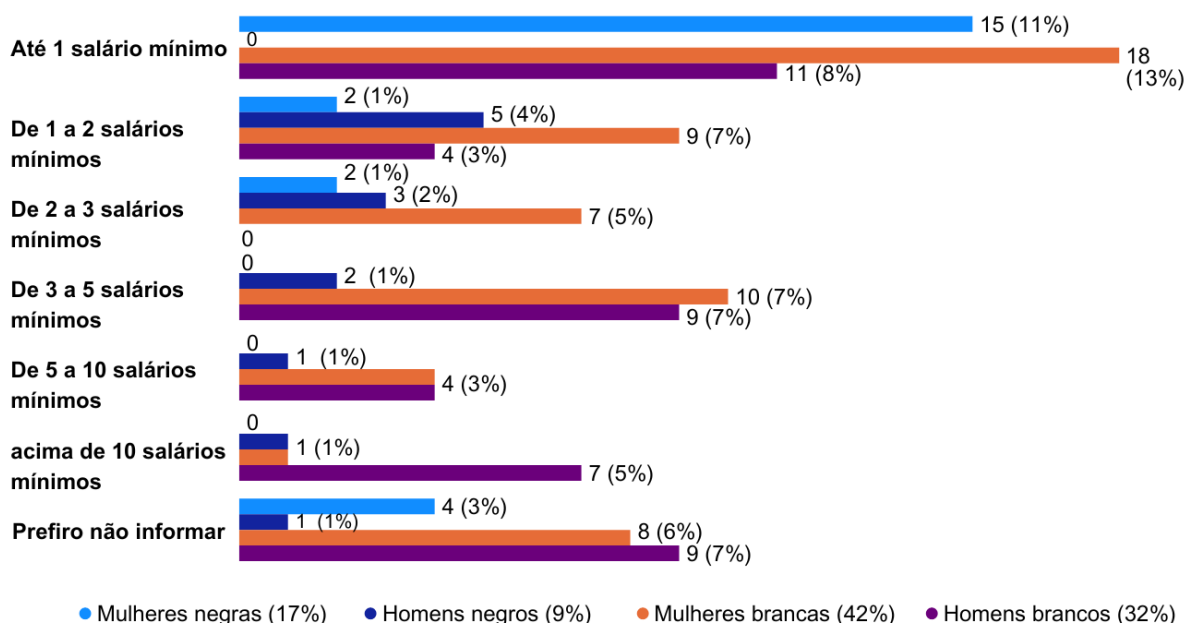
No caso das mulheres brancas, embora também haja uma significativa proporção em condição de baixa renda (13% na faixa de até um salário mínimo), é

²⁴ Os dados pessoais e outras informações que possam permitir o reconhecimento da pessoa citada serão mantidos anonimizados, mas cabe aqui trazer maiores informações por ser um caso específico que foge ao padrão. A autodeclaração específica da pessoa no momento da inscrição foi dada como parda/pardo, com residência no bairro Orfãs e com interesse de representação do segmento do empresariado. Mesmo integrando uma entidade relacionada à construção civil, a pessoa não fez parte do eixo de discussão habitacional, optando pelo eixo 8 - Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares para realizar as suas contribuições no segundo dia do evento.

possível observar uma distribuição mais equilibrada entre as faixas salariais. Participantes desse grupo aparecem em todas as faixas de renda, incluindo de cinco a 10 salários mínimos (3%) e nas que optaram por não informar (6%). A diversidade econômica entre mulheres brancas evidencia a existência de desigualdades de classe no interior deste grupo, mas também aponta para o fato de que, mesmo em condição de pobreza, as mulheres brancas tendem a acessar espaços que não são igualmente oferecidos às mulheres negras, devido a sua condição social não racializada.

Já os homens brancos concentraram-se nas faixas superiores de renda, com destaque para os 7% que declararam receber entre três a cinco salários mínimos, 5% acima de 10 salários mínimos e 7% que preferiram não informar sua renda. A predominância de homens brancos nos estratos superiores reforça o padrão de privilégio econômico estruturado por relações raciais e de gênero, o que está em consonância com o que Collins (2017) define como os locais privilegiados de poder. Os dados descritos são expostos em forma de gráfico na Figura 17, que revelam como as desigualdades materiais revelam a natureza dialógica entre os marcadores sociais e as desigualdades materiais, evidenciando que raça e gênero não apenas refletem a condição econômica, mas são os próprios eixos que estruturam a distribuição de renda, determinando quem terá o protagonismo ou a invisibilização nas pautas sobre a produção socioespacial. A presença expressiva de mulheres negras no eixo habitacional da conferência, apesar da precariedade econômica, reafirma seu protagonismo político nos temas relacionados ao direito à moradia, no entanto, essa presença não implica em condições equitativas de participação, dado que a vulnerabilidade econômica pode limitar o acesso a recursos para sustentar o engajamento político e social de forma contínua e autônoma.

Figura 17 – Renda dos participantes por gênero e raça na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.

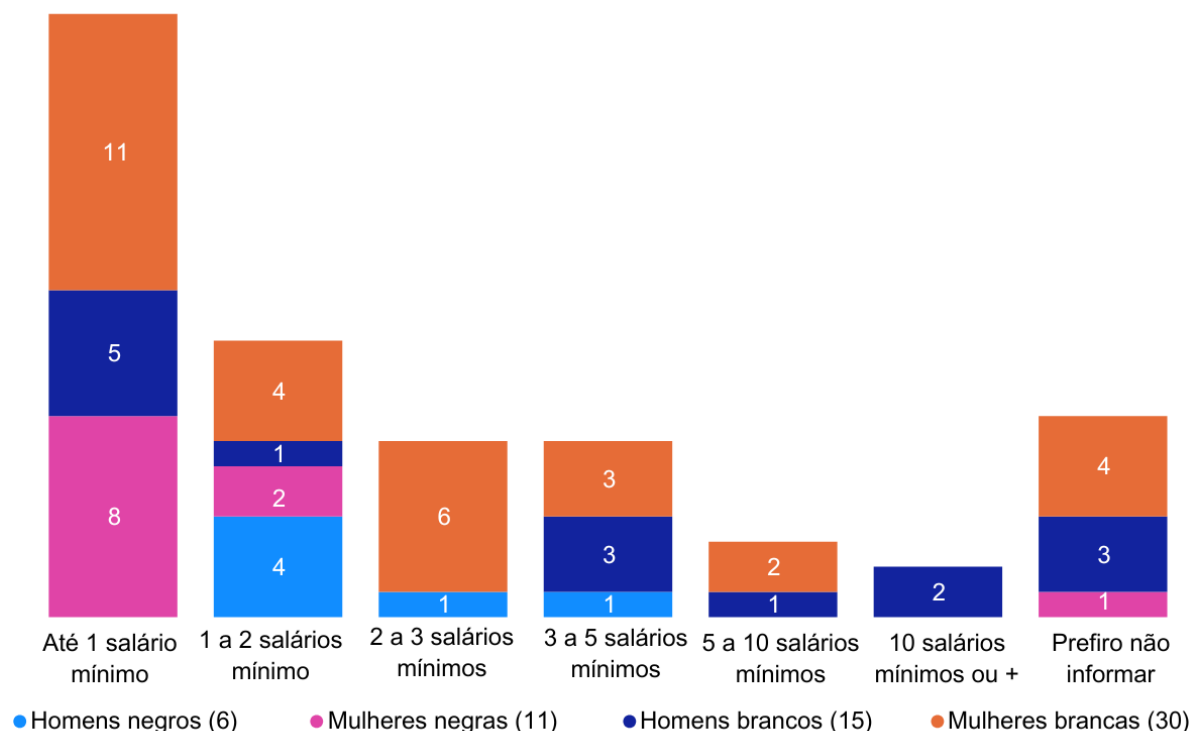


Fonte: IPLAN (2024d).
Organização: A autora (2026).

Os participantes que ocupavam predominantemente a faixa de renda de até um salário mínimo estavam presentes de forma mais concentrada nas discussões do eixo habitacional (49 pessoas ou 29,34% no geral, 24 participantes ou 38,71% no eixo habitacional), reforçando que as populações subalternas estão ativamente engajadas nas discussões relativas ao direito à moradia. A presença de rendas acima de cinco salários mínimos foi menos representada (18 pessoas ou 10,78% no geral, 5 pessoas ou 8,06% no eixo habitacional).

As desigualdades econômicas são evidentes quando se considera que, dos 24 participantes do eixo habitacional que ganhavam até um salário mínimo, 79,16% delas (19 participantes) eram mulheres, e que as duas pessoas que se declararam com renda maior que 10 salários mínimos eram homens brancos (Figura 18).

Figura 18 – Participação por gênero e raça e faixas de renda no eixo habitacional da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.



Fonte: IPLAN (2024d).
Organização: A autora (2026).

Quanto à participação dos coletivos sociais, a Figura 19 apresenta a distribuição territorial da participação da UMP-PG na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, revelando a presença e a representação política do coletivo nos processos formais de deliberação da política urbana local. A espacialização permite observar quantos representantes participaram da Conferência por bairro, e, entre esses, quais regiões tiveram maior concentração de representantes eleitos, com distinção de gênero.

Em primeiro plano, nota-se que os bairros com maior número de participantes da UMP-PG na Conferência foram Jardim Carvalho (nove participantes) e Cara-Cará (seis), seguidos dos bairros Contorno (cinco), Boa Vista (cinco) e Neves (quatro). Contudo, ao observar as indicações das representações eleitas, surgem elementos importantes para a análise da representatividade.

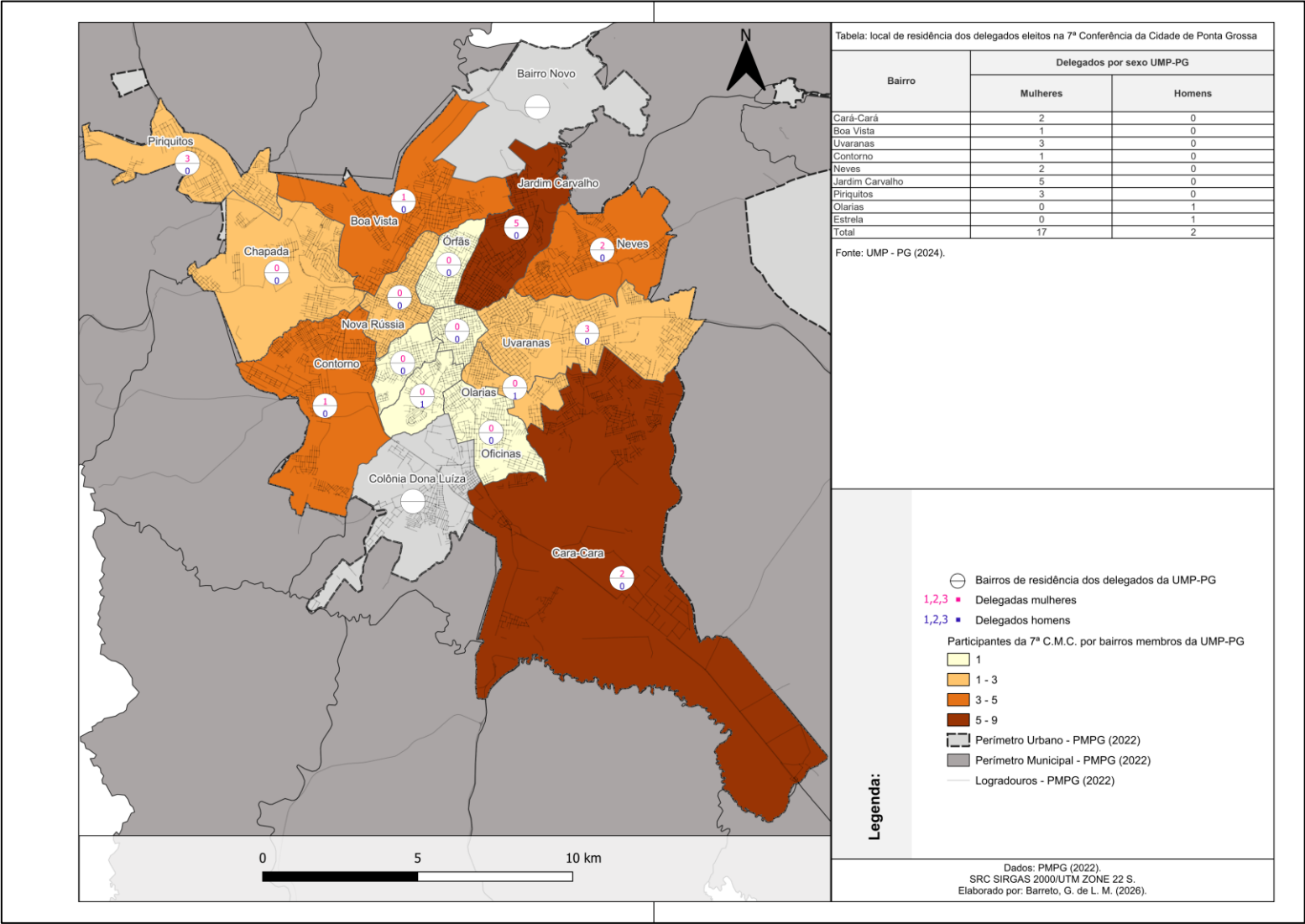
O bairro periférico Cara-Cará, com alto número de participantes e conhecido por sua histórica vulnerabilidade, teve duas delegadas mulheres eleitas, o que pode sinalizar uma potência organizativa local e/ou uma abertura política para sua representação. Outra localidade que chama atenção é Piriquitos, que mesmo

contando com apenas três participantes na Conferência Municipal, conseguiu eleger uma mulher delegada, o que pode indicar uma estratégia de visibilidade territorial bem-sucedida.

Em contrapartida, bairros como Centro, Nova Rússia, Oficinas, Ronda e Órfãos não obtiveram representação eleita, ainda que integrem a base territorial do coletivo. Esse dado torna-se mais expressivo ao ser confrontado com o cenário do bairro Jardim Carvalho, de onde provêm cinco das delegadas eleitas para a representação estadual, revelando uma desproporcionalidade territorial interna ao coletivo no processo de eleição. Considerando que todas as localidades possuem áreas de favelas e comunidades urbanas que buscam o direito à moradia e à cidade, identifica-se, por meio dessa análise, que algumas regiões podem apresentar maior força política de reivindicação social por meio dos seus representantes eleitos.

Outro dado relevante é a distribuição de gênero das representações eleitas: a maioria das localidades elegeu representantes femininas, enquanto a representação masculina apareceu apenas em dois bairros de maior desenvolvimento econômico-social (Estrela e Olarias). Isso reforça a hipótese de que, dentro da UMP-PG, as mulheres têm se destacado nos processos de representação formal, ainda que com limites espaciais e estruturais, principalmente em locais de maior vulnerabilidade social, exatamente por vivenciarem essas mesmas vulnerabilidades.

Figura 19 – Participação da UMP-PG na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.



Fonte: UMP-PG (2025).
Organização: A autora (2026).

Por fim, cabe aqui destacar que nesta conferência houve, pela primeira vez, a participação do Conselho de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR-PG), representado na figura da sua Presidente Cristiane de Fatima Zelensky, o que mostra avanços da participação dos movimentos raciais nas discussões sobre pautas territoriais municipais (IPLAN, 2024a).

Mesmo diante dessa participação, não há menção explícita a discussões sobre racismo, desigualdade de gênero ou classe social nos registros oficiais ou nas propostas apresentadas, a exceção parcial da proposta um do grupo temático de políticas de saneamento que menciona as comunidades tradicionais, já citada anteriormente, mas que contempla um contexto rural e sanitário, não urbano-habitacional. O predomínio de temas como mobilidade, saneamento, segurança e governança, com linguagem técnica e neutra, pode indicar um silenciamento das desigualdades estruturais, ainda que essas pautas afetem desproporcionalmente as mulheres negras periféricas.

Chama atenção, ainda, o fato de que o artigo 12 do Regimento Interno da etapa Municipal — que foi lido em plenária antes do início dos trabalhos — versa sobre a obrigatoriedade uso do Texto Base da 6ª Conferência Nacional das Cidades como subsídio para as discussões a serem realizadas nos eixos temáticos de cada grupo de trabalho. No regimento, o § 8º é ainda mais evidente:

§ 8º Os aspectos transversais a serem discutidos em todos os eixos são:
 I. Função social da propriedade e da cidade;
 II. Plano diretor, cidade e participação social;
 III. Gestão integrada do desenvolvimento urbano, rural e ambiental;
 IV. Relação entre ocupação e uso do solo, mobilidade, infraestrutura e equipamentos públicos;
V. Reconhecimento das dimensões de gênero, raça, etnia e culturas nos territórios (IPLAN, 2024a, p. 11, grifo próprio).

É possível afirmar que a diretriz definida no item V do § 8º não se concretizou de forma satisfatória nas propostas aprovadas ao final da conferência. A análise do conteúdo das deliberações revela uma ausência de abordagens explícitas sobre as desigualdades estruturais que atravessam os espaços urbanos, especialmente no que se refere às experiências de mulheres negras, povos tradicionais ou populações racializadas.

Ainda que esses sujeitos tenham estado presentes nas discussões — e, em alguns casos até tenham sido eleitos para posições de poder e liderança

representativa da sociedade civil organizada — suas pautas específicas não foram incorporadas de modo visível ou substancial ao conjunto de propostas encaminhadas à etapa estadual. Tal lacuna evidencia o descumprimento da própria normativa institucional da conferência e reforça a crítica de que a neutralidade aparente dos discursos técnicos e universalistas frequentemente atua como mecanismo de silenciamento das desigualdades interseccionais no planejamento urbano.

Um ponto crítico de análise desta Conferência, que evidencia um apagamento de sujeitos e de discursos, tem pouco destaque nos materiais de síntese do evento: Ele se refere a aprovação das propostas temáticas, onde foram submetidas para aprovação pela plenária duas moções de repúdio formuladas pelos grupos de trabalho de forma anônima (IPLAN, 2024b).

A primeira, aprovada por unanimidade, trata-se de uma moção de repúdio relacionada a alimentação escolar com alimentos orgânicos, oriunda do grupo de sustentabilidade ambiental e emergências climáticas, que demonstra uma capacidade de articulação entre pautas ambientais e políticas públicas concretas, com apelo direto ao poder legislativo local:

MOÇÃO DE REPÚDIO: Repúdio ao veto da Prefeita Elizabeth quanto a lei 15.103 de 2024, que obriga a prefeitura a implantar gradativamente alimentos orgânicos na alimentação escolar do município, até alcançar 100% de alimentação orgânica. Da mesma forma, apela-se aos vereadores para votarem contra o veto (IPLAN, 2024b, p.6).

Sua aprovação unânime revela um consenso sobre a importância da alimentação orgânica e um incentivo à produção agroecológica no município, temática que, embora relevante, não aborda os âmbitos de gênero, raça, etnia e culturas estabelecidas no Regimento da Conferência. A moção pode, inclusive, indicar um ponto de convergência entre movimentos sociais organizados — mas não está articulada à dinâmica territorial ou ao urbano diretamente.

Em contraste, uma segunda moção foi apresentada, tratando especificamente da falta de representatividade de diversos segmentos da população no evento, inclusive dos povos quilombolas. Essa moção de repúdio também apresentou unanimidade dos votos, porém para a sua rejeição:

MOÇÃO DE REPÚDIO: Moção de repúdio à falta de pessoas dos mais diversos segmentos da população e falta de participação de idosos, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e de mais populações urbanas e rurais. **A moção foi lida para a plenária e rejeitada por unanimidade dos votos dos presentes** (IPLAN, 2024b, p. 6, grifo próprio).

A recusa da plenária em aprovar essa moção, apesar de sua coerência com os princípios de inclusão social e diversidade previstos na própria estrutura normativa da Conferência, evidencia um mecanismo de racismo institucional²⁵. Tal decisão expõe os limites da escuta democrática no interior dos fóruns participativos e sugere a existência de um filtro político e simbólico que distingue quais pautas são legitimadas como *comuns* e quais são descartadas como *incômodas* ou *excessivamente identitárias*. Essa dinâmica reforça a importância de se observar não apenas os conteúdos discutidos e aprovados nos espaços formais, mas também os sujeitos cujas vivências são sistematicamente marginalizadas.

Diante da expressiva mobilização em instâncias como a Conferência Municipal da Cidade, observa-se que a UMP-PG exerceu um papel articulador, assumindo o protagonismo nas disputas pela agenda de habitação em Ponta Grossa. No entanto, a escuta limitada e a exclusão institucional de suas pautas em espaços como a Conferência evidenciam a necessidade de aprofundar a análise sobre quem são os sujeitos que constroem esse movimento e de que territórios elas partem. Analisar a espacialização das mulheres negras que compõem o coletivo permite compreender em que medida a atuação da UMP-PG está enraizada em áreas marcadas por desigualdades estruturais, segregação urbana e vulnerabilidade socioespacial.

Para além da análise de dados da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, a apreensão da realidade urbana exige a escuta de quem vivencia o território no corpo. Na seção subsequente, apresentam-se as análises das entrevistas semiestruturadas realizadas com oito mulheres integrantes da UMP-PG. Assim, a narrativa dessas militantes não apenas preenche as lacunas dos dados documentais, mas tensiona os limites da representatividade ao evidenciar as barreiras cotidianas

²⁵ De acordo com (Santos *et al.*, 2021), o racismo institucional pode ser definido como a materialização das desigualdades raciais dentro das estruturas do Estado e das organizações públicas e privadas, criando barreiras que dificultam ou impedem o acesso de pessoas e/ou grupos racializados a direitos e bens sociais. Diferente do racismo individual, ele se manifesta através da cultura e das práticas cotidianas das instituições, operando de forma consciente e (ou) inconsciente.

que mantêm esses corpos presentes, porém suas vozes ainda silenciadas nas decisões que desenham o espaço urbano de Ponta Grossa.

3.3 "SE EU FOSSE UM HOMEM SERIA MUITO MAIS FÁCIL, EU SÓ VIVERIA": O COTIDIANO E A LUTA DAS MULHERES DA UMP-PG

As vozes aqui apresentadas buscam revelar a cidade vivida que muitas vezes escapa aos espaços convidados e a apreensão das políticas públicas institucionais. Por meio dessa escuta, buscou-se compreender como as sobreposições de raça, classe e gênero moldam a atuação política dessas mulheres e de que maneira suas demandas por direito à cidade são processadas (ou negligenciadas) pelas instâncias de participação oficial.

A escolha metodológica pela entrevista semiestruturada justificou-se pela necessidade de acessar subjetividades que os documentos oficiais silenciam. Segundo Guazi (2021), essa técnica permite que haja troca entre a pesquisadora e as colaboradoras, permitindo que emergjam questões complementares que podem tanto esclarecer informações quanto coletar novas perspectivas para a pesquisa em desenvolvimento. O roteiro de perguntas aplicado às colaboradoras encontra-se detalhado na íntegra no Apêndice G desta pesquisa.

A metodologia desta seção fundamenta-se na História Oral Temática (Meihsy, 2005; Ribeiro, 2021). Essa abordagem foi selecionada por permitir a convergência entre a subjetividade dos relatos individuais e a análise de um fenômeno sociocultural específico: a participação de mulheres negras na 7ª Conferência da Cidade de Ponta Grossa. Diferente de outros métodos de entrevista, a história oral temática privilegia a construção de uma contra-história, na qual os depoimentos das colaboradoras²⁶ não apenas fornecem dados, mas atuam como vetores de esclarecimento sobre as dinâmicas de poder e as barreiras interseccionais presentes nesses espaços de poder. Segundo Ribeiro (2021, p. 4), a natureza temática dessa vertente exige um recorte preciso, respondendo a questões mais pontuais e objetivas, o que possibilita

²⁶ O uso do termo colaboradora tem uma intencionalidade nas entrevistas do tipo História Oral. De acordo com Ribeiro (2021) o termo sugere que o conhecimento está sendo construído em colaboração entre o pesquisador e o entrevistado, indicando uma agência de via dupla. Dessa forma, a pesquisa só pode existir se houver uma relação de confiabilidade. Opta-se em utilizar esse termo quando houver referência ao coletivo de mulheres que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

que as narrativas das integrantes da UMP-PG sejam confrontadas com os registros oficiais, revelando as lacunas entre a abstração do planejamento urbano e a realidade da cidade vivida.

É imperativo destacar que as transcrições das falas apresentadas nesta análise preservam a fidedignidade da linguagem coloquial e as marcas da oralidade das colaboradoras. A manutenção de suas estruturas sintáticas originais não se dá como forma de depreciação, mas como um exercício de justiça epistêmica e valorização de uma linguagem que é historicamente marginalizada nos espaços de poder. Ao recusar a *correção* gramatical, esta pesquisa busca dar visibilidade à identidade cultural e à resistência dessas mulheres, reconhecendo em sua forma de falar uma forma de comunicação legítima que, embora frequentemente silenciada pelo rigor normativo institucional, carrega a autenticidade e a potência da cidade vivida.

O processo de aproximação e definição da rede da UMP-PG foi construído de forma processual, por meio da inserção da pesquisadora em espaços do coletivo. Foram realizados chamamentos prévios e apresentações do projeto de pesquisa em eventos e reuniões da entidade, visando estabelecer um vínculo de confiança e transparência. Embora o objetivo inicial fosse abranger o maior número possível de colaboradoras, a amostra final de oito consolidou-se a partir da disponibilidade e do aceite voluntário das lideranças que vivenciaram diretamente a 7ª Conferência. No âmbito da História Oral Temática (Meihy, 2005), essa amostragem é considerada significativa, uma vez que o critério de seleção não é a representatividade estatística, mas a densidade das trajetórias e o lugar ocupado por essas mulheres na estrutura do movimento e nos espaços de disputa urbana. Assim, o grupo de colaboradoras constitui uma rede de laços que, embora delimitada, é capaz de revelar as tensões coletivas e as barreiras interseccionais enfrentadas pelo conjunto das mulheres negras na agenda urbana local.

As entrevistas foram realizadas em novembro de 2025. Os critérios de inclusão priorizaram mulheres negras com atuação ativa na UMP-PG, que acompanharam os debates da agenda urbana local e que estiveram presentes na 7ª Conferência Municipal da Cidade. Com duração média de duas horas cada, os encontros foram gravados mediante autorização e, posteriormente, transcritos integralmente para análise. Em conformidade com a ética da História Oral, os locais para a realização das entrevistas foram escolhidos pelas próprias colaboradoras, priorizando-se ambientes que garantissem seu conforto, privacidade e segurança.

Ainda sobre o rigor ético e compromisso político com as colaboradoras, a pesquisa adotou procedimentos que reforçam a horizontalidade do processo científico. Antes da coleta de dados, a estrutura do roteiro foi apresentada e validada junto às participantes e, após as entrevistas, procedeu-se à etapa de conferência e validação dos relatos. Concluída a transcrição integral das falas, o material foi devolvido a cada uma das oito colaboradoras para que pudessem reconhecer suas trajetórias e, se necessário, ajustar pontos da narrativa. Esse processo de conferência assegura que a representação de suas vozes seja fiel às suas intenções, consolidando a entrevista não como uma extração unilateral de informações, mas como um processo de construção compartilhada de conhecimento.

Para iniciar a análise, apresenta-se no Quadro 2 abaixo a sistematização dos identificadores gerais das oito colaboradoras, que serão representadas por pseudônimos para proteção de suas identidades:

Quadro 2 – Sistematização dos identificadores gerais das colaboradoras entrevistadas.

Colaboradora (pseudônimos)	Atribuição UMP-PG	Bairro de residência	Território de identificação	Idade (anos)	Cor ou raça
Dona Baobá	Coordenadora Membro da Diretoria	Boa Vista	Jardim Nossa Senhora das Graças	58	Não soube definir
Ipê-Amarelo	Coordenadora Representante do Conselho da Mulher	Boa Vista	Jardim Monte Carlo	41	Branca
Embaúba	Coordenadora	Colônia Dona Luiza	Recanto Brasil	37	Parda
Sucupira	Coordenadora	Boa Vista	Vila Isabel	29	Negra
Aroeira	Participante	Boa Vista	Parque Nossa Senhora das Graças	35	Negra
Cedro	Participante	Piriquitos	Núcleo Cristo Rei	65	Branca
Dona Sumaúma	Coordenadora	Piriquitos	Núcleo Cristo Rei	66	Morena - parda
Araçá-do-campo	Coordenadora rural	Itaiacoca	Sete saltos de cima	50	Branca

Organização: A autora (2026).

Inicialmente, desejou-se a restrição da participação nas entrevistas apenas para mulheres negras do coletivo, porém ao longo do processo de contato com as mesmas, percebeu-se uma falta de clareza da própria identidade racial, pois muitas não sabiam autodeclarar a sua cor ou raça, principalmente para as colaboradoras

mais idosas do coletivo. Deu-se, portanto, a necessidade de ampliar a abordagem da entrevista, para permitir uma maior participação e compreensão social situada. A heterogeneidade na autodeclaração racial, que transita entre negra, parda, morena-parda e branca e até por indefinição racial, indica que a identidade de classe e a privação habitacional atuam como fatores de aglutinação para mulheres de diferentes matizes que compartilham a necessidade por moradia.

O Quadro 3 traz maior profundidade sobre os marcadores sociais da diferença que atravessam a experiência social das colaboradoras. Observa-se que a maioria das colaboradoras (6 das 8) desempenha funções de cuidadoras de crianças ou idosos, acumulando a gestão da vida doméstica com a militância, o que reforça o papel da mulher como a principal articuladora do direito à cidade.

Quadro 3 – Sistematização dos marcadores sociais interseccionais das colaboradoras entrevistadas.

Identificador	Marcadores Sociais Interseccionais					
	Raça	Classe			Cuidado de gênero	
Colaboradora e idade (pseudônimos)	Cor ou raça	Ocupação	Fonte de renda principal	Benefícios sociais	Cuidadora (de crianças ou idosos)	Mãe-solo
Dona Baobá (58 anos)	Não soube definir	Sem ocupação	Brechó	Não recebe	x	
Ipê-Amarelo (41 anos)	Branca	Cuidadora de idosos	Trabalho	Bolsa Família	x	x
Embaúba (37 anos)	Parda	Esteticista	Trabalho + Pensão por morte	Não recebe	x	x
Sucupira (29 anos)	Negra	Servidora pública	Trabalho	Bolsa Família e Bolsa permanência (educação do filho)	x	x
Aroeira (35 anos)	Negra	Sem ocupação	Renda do esposo	Bolsa Família	x	
Cedro (65 anos)	Branca	Sem ocupação	Pensão por morte	Não recebe		
Dona Sumaúma (66 anos)	Morena-parda	Sem ocupação	Pensão por morte	Não recebe	x	
Araçá-do-campo (50 anos)	Branca	agricultora	Renda do esposo	Aposentadoria do esposo		

Organização: A autora (2026).

Há também uma necessidade de assistência econômica por políticas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e de pensões. Além disso, o fato de colaboradoras mais jovens, como Sucupira (29 anos), acumularem o trabalho no

serviço público com o recebimento de bolsa permanência e a maternidade solo, contrasta com a realidade das colaboradoras mais velhas, como Dona Sumaúma (66 anos), evidenciando que a luta pela casa própria é um projeto que atravessa gerações e é impulsionado por uma rede de sobrevivência onde o trabalho invisível do cuidado é a base da resistência coletiva.

Para além dos marcadores sistematizados nos quadros anteriores, as trajetórias dessas oito mulheres, aqui nomeadas como árvores que resistem e florescem em terrenos áridos, revelam uma trama complexa de sobrevivência.

Dona Baobá e Dona Sumaúma trazem a força da ancestralidade e da ocupação histórica. São mães e avós de muitos filhos, já que Baobá tem 13 netos, Dona Sumaúma 28, dos quais criou grande parte em sua pequena casa. Cada uma fez questão de realizar a entrevista ao lado de uma companheira de luta mais jovem, amigas de luta e de história. Dona Baobá tem em Ipê-Amarelo um apoio nos embates e na dificuldade com a sua idade avançada, enquanto Dona Sumaúma traz Cedro consigo para juntas caminharem diante das dificuldades da vida.

Sucupira e Embaúba têm histórias de vida de grande sofrimento, e dedicam a sua luta e persistência a construção de possibilidades outras aos seus filhos que tanto amam; enquanto Aroeira é uma mulher de riso fácil, cozinheira talentosa que tem o sonho de ter uma casa onde possa produzir os seus salgados para venda com dignidade. Por fim, Araçá-do-campo estende essa luta por moradia para a zona rural mostrando, por meio do que ele fala e do que não diz, as dificuldades de se romper uma cultura de silenciamento e opressão da mulher no campo. É a partir dessa diversidade de tempos e territórios que as categorias analíticas a seguir se estruturam, costurando as vozes individuais em um coro de insurgência urbana.

A seguir apresentam-se e analisam-se trechos das entrevistas semiestruturadas das oito mulheres integrantes do Coletivo União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região. No processo de transcrição, realizado na totalidade pela autora, foram identificados os temas e as categorias de análise, permitindo representar um significado próprio da história de vida de cada colaboradora a partir do olhar do presente. Os resultados não atestam a verdade dos fatos, mas as memórias, reflexões e percepções do processo de luta social dessas agentes. As categorias emergentes de análise foram: A violência de gênero e a moradia como refúgio; o cotidiano insurgente; militância *versus* clientelismo; a tradução impossível e o corpo feminino negro na 7ª Conferência.

3.3.1 A violência de gênero e a moradia como refúgio

As narrativas das colaboradoras revelam que, para a mulher periférica, a luta pela terra raramente é movida por um desejo de acumulação patrimonial. Trata-se, antes, de uma estratégia de sobrevivência física. O acesso à unidade residencial surge como o divisor de águas entre a submissão ao ciclo de abusos e a possibilidade de autonomia. Nos relatos, o ambiente doméstico, que deveria ser o espaço do acolhimento, é descrito como um território de cerceamento, onde a ausência de um teto próprio atua como uma âncora que prende as mulheres a relacionamentos violentos.

A experiência de Embaúba ilustra essa realidade. Sua trajetória é marcada pela urgência da fuga de um relacionamento em que a privação de liberdade era literal. Para ela, a conquista da casa não é apenas uma vitória burocrática, mas a garantia de uma inviolabilidade que o Estado falhou em prover no momento mais crítico:

No dia que eu saí de casa, o policial olhou para a minha cara e falou assim... eu cheguei na delegacia cheia de sangue. [...] Ele olhou para mim e falou assim: eu estou sem sistema agora e não tem viatura. Você tem noção do que é você escutar isso? [...] Gente, ou eu saía ou eu ia morrer. [...] A propaganda lá, ligue 180... Aquilo não existe, gente. Cansei de pedir ajuda, eu cansei (Embaúba, 2025, entrevista).

Essa vulnerabilidade não é um caso isolado, mas uma falha sistêmica que o coletivo busca suprir. A liderança muitas vezes atua onde a rede de apoio estatal se omite. Dona Baobá narra a intervenção direta em casos de agressão, articulando o suporte para a separação e o aluguel social, confrontando a violência de forma pragmática: "Eu falei assim para ela: 'Você tem um gigolô na casa, que te bate'" (Dona Baobá, 2025, entrevista).

A urgência é tamanha que a moradia é vista como a única barreira contra o feminicídio. Aroeira descreve o caso de uma mulher que recorreu ao coletivo após o companheiro efetuar disparos de arma de fogo dentro da residência. O relato expõe o descompasso entre o tempo da burocracia habitacional (a batalha pela casa) e o tempo da violência (a necessidade de abrigo imediato):

A moça tinha levado uns tiros do marido na casa [...] tocou ela da casa com as crianças. Ele [outro participante] levou a mulher lá [...] queria que eu desse a casa pra moça, pra ajudar a moça. Eu: 'não, não é assim aqui. Nós tamos batalhando pra ter a casa. Mas não que nós já vamos ter a casa assim, numa urgência, né?' (Aroeira, 2025, entrevista).

Aroeira aponta para o limite do movimento: a luta pela moradia é um processo de longo prazo que, tragicamente, não consegue responder à velocidade da violência que expulsa as mulheres de seus lares. A experiência da maternidade e do cuidado centraliza as narrativas das colaboradoras, atuando em um paralelismo onde, simultaneamente, é o combustível para a atuação e a barreira para a participação política plena. A busca pela casa própria é enunciada como um projeto de segurança para os filhos. Essa realidade é institucionalizada no coletivo, que prioriza mães-solo. Embaúba destaca a dimensão estatística e afetiva desse fenômeno:

Das 50 famílias, se eu não me engano, 46 são mulheres, chefes de família. Isso é uma vitória muito grande. Porque, assim, a gente sempre pensa no teto do filho. [...] E ter a casa própria, menina... muda tudo. Muda o jeito de você olhar para a vida (Embaúba, 2025, entrevista).

Sucupira reforça que a mulher "carrega o mundo ali" e precisa "arrumar forças" independentemente de sua condição emocional. Ipê-Amarelo complementa, explicando que a estratégia de permanência no território visa "manter o social dos filhos", evitando a quebra de vínculos escolares.

Todavia, emerge um conflito prático: o exercício da militância colide com a logística do cuidado. Enquanto os espaços de decisão exigem disponibilidade técnica, as mulheres são constantemente puxadas de volta para a dimensão reprodutiva. Esse fenômeno reflete-se na hierarquia interna do coletivo: embora sejam a maioria numérica, a arquitetura das decisões permanece centralizada em figuras masculinas, enquanto às mulheres restam as tarefas que mimetizam o espaço doméstico. Dona Baobá e Ipê-Amarelo descrevem uma divisão sexual do trabalho clara dentro da organização dos eventos:

É tudo do Gerveson. É muito criativo. [...] Eu fiquei com a parte do brinde. (Dona Baobá, 2025, entrevista).
Nós fomos organizar a pipoca. Entendeu? Nós fomos levar uma quantidade que o Gerveson pediu e faltou [risos] (Ipê-Amarelo, 2025, entrevista).

Essa dinâmica torna-se visível na 7ª Conferência Municipal da Cidade. Ipê-Amarelo relata que, em vez de participar plenamente dos debates, sua função foi conter o caos infantil, sendo acionada pelo líder apenas para verificar a logística da alimentação:

Eu lembro pouca coisa... Eu fiquei para atender quem ia atender as crianças. [...] E, tipo, virou uma confusão. Daqui a pouco o Gerveson pedia pra mim ir ver como que tava o almoço, né? E daí eu tive que ir ver o almoço (Ipê-Amarelo, 2025, entrevista).

Sucupira confirma que a "autonomia" das mulheres muitas vezes se resume à autogestão da cozinha e do cuidado: "A gente se disponibilizou a fazer a alimentação, eu me disponibilizei a trazer uns desenhos para as crianças" (Sucupira, 2025, entrevista). Embaúba, com um olhar mais crítico, percebe como essa distribuição de tarefas sobrecarrega as coordenadoras, narrando sua reação ao ver mulheres ociosas enquanto outras corriam:

Duas, três sentadas, como se elas fossem só... Olhei para o Gerveson e fui lá [bate nos próprios ombros]: 'você não vai chamar para trabalhar, não?' Daí ele olhou para a minha cara e me deu uma risadinha assim. 'Chame lá.' Eu falei: 'vou mesmo. Ô, vem ajudar, nós precisamos de ajuda aqui. Você é coordenadora!' (Embaúba, 2025, entrevista).

Os relatos evidenciam que o acesso à moradia para essas mulheres é a base material para o rompimento com ciclos de violência e a construção de uma autonomia possível através da maternidade. Todavia, essa mesma centralidade do cuidado, que as impulsiona para a luta, torna-se a fragilidade de sua participação política. Ao serem relegadas às funções logísticas de alimentação e monitoramento infantil dentro do próprio movimento, suas vozes são deslocadas da deliberação técnica para a manutenção da vida — um reflexo da divisão sexual do trabalho que persiste mesmo nos espaços de insurgência. No próximo item, analisa-se como essa força política, forjada na urgência da sobrevivência, se desdobra no cotidiano insurgente, onde a carência de infraestrutura e a negligência do Estado são combatidas através da auto-organização e da invenção de novas formas de habitar a cidade.

3.3.2 O cotidiano insurgente

As narrativas das colaboradoras retratam o território habitado como um espaço ambivalente: se por um lado é o chão da construção coletiva, por outro é o cenário do abandono institucional. O bairro é percebido como um local onde o Estado opera sob a lógica da intermitência, aparecendo apenas para a repressão ou em períodos eleitorais.

Essa ausência materializa-se na precariedade da infraestrutura sanitária. O relato de Dona Sumaúma sobre a água que invade a residência não descreve apenas um fenômeno meteorológico, mas um descaso político deliberado. A chuva traz à tona o esgoto e a impotência: "É uma tristeza! [...] A gente tem que ficar com o rodo, tirando" (Dona Sumaúma, 2025, entrevista). A experiência é corroborada por Cedro, que narra a perda de bens móveis devido ao transbordamento de um terreno baldio, evidenciando a vulnerabilidade material das famílias:

Você acredita que estourou o esgoto dos fundos do terreno? [...] E toda a sujeira do esgoto de lá daquele terreno caiu tudo dentro da minha casa. Foi no banheiro, foi no quarto. [...] Perdi geladeira, perdi guarda-roupa. Tudo! (Cedro, 2025, entrevista).

A negligência estende-se aos equipamentos comunitários, com críticas severas ao sistema de saúde e transporte. Na saúde, Sucupira denuncia uma violência obstétrica e sistêmica que transformou o momento do parto em trauma, resumindo a sensação coletiva de que o direito à vida é tratado como favor: "Minha cirurgia levou 12 horas. Tudo por negligência médica. [...] É um direito! Não é que eles estão fazendo um favor" (Sucupira, 2025, entrevista).

No transporte, a ineficiência impõe uma imobilidade forçada, especialmente aos finais de semana, confinando as mulheres ao espaço doméstico e impedindo o lazer ou a participação política. Dona Sumaúma é taxativa sobre a ruptura da rotina: "Passou do meio dia, esqueça! Se o ônibus é para vir uma e quarenta, ele vem duas horas da tarde" (Dona Sumaúma, 2025, entrevista). Outra colaboradora reforça que, sem o transporte, o direito à cidade se torna uma abstração, onde "se a pessoa quer sair ela precisa ir a pé de uma região pra outra" (Sucupira, 2025, entrevista) carregando crianças, transformando a geografia urbana em um obstáculo físico intransponível.

A insegurança pública emerge como o ápice desse abandono. As colaboradoras denunciam que a polícia opera sob uma lógica de ausência seletiva: inacessível para a proteção do cidadão, mas presente na repressão. Para Dona Sumaúma, a frase "a polícia só vem aqui quando o defunto está morto" (2025, entrevista) não é hipérbole, mas a constatação de que a periferia só é visível ao Estado através da necropolítica. Essa ausência cria zonas de medo que restringem a liberdade de ir e vir das mulheres, como relata Sucupira:

Se eu chegar depois das sete da noite, eu não chego. [...] Você ou é atacado por cachorro ou você é atacado por bandido. [...] Minha casa foi assaltada umas quatro vezes [...] você não tem para quem correr (Sucupira, 2025, entrevista).

A violência urbana invade até mesmo o espaço privado, submetendo as famílias a situações de terror psicológico, como o episódio narrado por Dona Baobá, onde a invasão de sua casa por criminosos resultou em uma cena de humilhação extrema: "Tive que implorar pela nossa vida, se ajoelhar, de verdade. [...] E aí a gente não ligou pra polícia, porque se ligasse e a polícia não ia achar eles, eles voltavam" (Dona Baobá, 2025, entrevista).

Contudo, a percepção da falha estatal não se traduz em passividade. O cotidiano insurgente é marcado pela capacidade dessas mulheres de criarem soluções onde o governo falha. Dona Sumaúma, ao lembrar sua atuação como cortadora de arame nas frentes de massa, simboliza a ação direta como ferramenta mais eficiente que a burocracia:

Eu era a cortadora dele. Eu era da frente de massa. O pior perigo era o meu, né? Que cortava os arames e o pessoal entrar. [...] A invasão é melhor do que esperar pela União de Moradia. Quanto tempo faz que o povo tá esperando? (Dona Sumaúma, 2025, entrevista).

Essa insurgência ramifica-se para a economia do *se virar*. Na zona rural, Araçá-do-campo propõe a agroecologia para garantir a segurança alimentar diante do desemprego estrutural. Na cidade, Sucupira, Embaúba e Dona Baobá apostam na formação técnica (panificação, estética, alfabetização) como caminho para a autonomia financeira e o rompimento de ciclos de dependência.

E agora tem uma outra também que não sabe escrever. Eu falei, não tem problema. Eu peguei na mão de um senhor lá, porque eu tinha que ensinar lá e ele não escrevia. Peguei na mão, bem assim, com a maior paciência. [...] e fiz ele escrever o nome. Você veja, não tem um filho? Tem! [...] Custa um filho pegar... 'Vamos lá, pai'? (Dona Baobá, 2025, entrevista).

Por fim, a construção do habitat é sustentada por uma rede de solidariedade que substitui o capital pela força de trabalho coletiva. O relato de Cedro sobre a construção de sua casa em um dia e meio, com a ajuda de 15 homens e alimentada por um café comunitário, é a prova material da potência da autogestão popular:

Se era para terminar dentro de dois dias, foi um dia e meio só para montar a casa. [...] No final, eu peguei e fiz um café. E fiz um bolo. [...] Nenhum desses 15 homens que estavam ali, nenhum cobrou (Cedro, 2025, entrevista).

A rede de apoio tecida por essas mulheres constitui a base material e simbólica sobre a qual se ergue o movimento popular. É essa capacidade de fazer o que o Estado não faz que as impulsiona para a militância organizada. No entanto, ao transporem a barreira do ambiente doméstico e comunitário para ingressarem nas estruturas formais do coletivo, essas mulheres enfrentam uma nova camada de complexidade. No próximo item, analisa-se como a potência desse cotidiano insurgente colide com as hierarquias políticas, as dinâmicas eleitorais e a persistente divisão sexual do trabalho dentro da própria luta por direitos.

3.3.3 Militância versus clientelismo

A análise das entrevistas revela uma fronteira fluida entre a militância ideológica e as práticas de clientelismo. A relação entre a base do movimento e o poder público é marcada por uma lógica de reciprocidade estratégica. Dona Sumaúma descreve com clareza essa engrenagem, posicionando-se como o *braço direito* de figuras políticas tradicionais, como Péricles Holleben de Mello, ex-prefeito de Ponta Grossa e ex-deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Em seu relato, ela evidencia que a legitimidade dos políticos no território é mediada pelas lideranças femininas: os parlamentares não entravam na vila sem a sua presença, pois reconheciam nela o poder de mobilização:

É voto. É voto. Porque o tempo que eu lidava com a invasão, o Péricles, o Doutor Setembrinde [Setembrino], o Geverson, o Padre Roque e a Selma, eles não iam nas vilas sem eu. Porque eu era o braço direito do Péricles, sabe? Eles não iam nas vilas sem eu. Porque se eles chegassem na vila e eu não fosse nos comícios, porque naquela época era comício, né? Que faziam nas vilas, o povo não perguntava deles, o povo perguntava de mim. [...] E sabia que através de mim [ênfase] era o voto deles. (Dona Sumaúma, 2025, entrevista).

O Péricles ia para as invasão, junto comigo, o povo tinha ele como um Deus, que estava defendendo eles em tudo. Que eles iam ter sua casa, eles iam ter sua moradia, eles iam ter tudo. O que acontecia? Ele se candidatava, ele ganhava em primeiro lugar em tudo. Em tudo. Mas só com o povo da invasão. É por isso que os vereadores entram no meio. Porque eles sabem que ali está o voto sincero (Dona Sumaúma, 2025, entrevista).

Para as moradoras, essa relação resulta no que Sumaúma define como *voto sincero*: uma entrega de lealdade nas urnas para aquele que se apresenta como um *Deus* ou protetor diante do abandono estatal. Entretanto, esse sistema é limitado pelo ciclo quadrienal. Tanto Sumaúma quanto Cedro denunciavam que a presença do Estado é intermitente. O diagnóstico de Cedro é brutal sobre o pós-eleição: "Só entram aqui quando precisam de voto. Depois que ganha, eles mete um pé na bunda" (Cedro, 2025, entrevista).

A onipresença da política institucional na vida dessas mulheres evidencia que o acesso ao Estado raramente ocorre por vias burocráticas impessoais, mas por meio de conexões diretas ou indiretas com figuras de poder predominantemente masculinas. Todas as colaboradoras relatam, em algum momento, vínculos que balizam sua atuação e expectativa de direitos. Sucupira, por exemplo, ingressou na UMP-PG impulsionada pela campanha de Gerveson Tramontin Silveira ao cargo de vereador e mantém trânsito com o Deputado Federal Aliel Machado (Sucupira, 2025, entrevista), já Aroeira (2025, entrevista) utiliza o contato direto com um vereador municipal²⁷ como um canal de suporte assistencial emergencial para amigas em situação de vulnerabilidade criando uma rede paralela de seguridade social.

Mesmo na zona rural, essa trama política se faz presente através de Araçá-do-campo (2025, entrevista), cujo vínculo matrimonial com um sindicalista rural a insere em uma rede de articulação política permanente. Essas conexões demonstram que, na periferia, a política é vivida como uma relação de vizinhança e conveniência,

²⁷ Optou-se pela omissão dos nomes dos vereadores municipais citados para preservar a integridade das colaboradoras. Por serem figuras de poder local imediato com influência direta nos bairros das colaboradoras, a anonimização visa prevenir eventuais retaliações ou constrangimentos, mantendo-se apenas a identificação de figuras públicas de esferas mais amplas (estaduais ou federais).

onde o *conhecer alguém* é a tecnologia de sobrevivência que tenta encurtar a distância entre a carência e o atendimento.

A identidade política dessas mulheres é também atravessada por uma disputa de narrativas partidárias que, muitas vezes, serve como barreira para sua aceitação nos espaços institucionais. Enquanto Dona Sumaúma reivindica a identidade ligada ao partido como fonte de orgulho, afirmando “Porque eu adoro muito a turma do PT” (Dona Sumaúma, 2025, entrevista) Embaúba e Sucupira buscam se desvincularem de rótulos partidários que, em suas leituras, são ideológicos e estigmatizantes.

O estereótipo de *baderneira* confere às militantes uma predefinição que é utilizada para silenciar mulheres negras em luta. Como relata Sucupira, essa rotulagem externa, ao confundir o movimento de moradia com outros movimentos sociais, funciona como uma estratégia do poder público para desumanizá-las e deslegitimar suas pautas, reduzindo uma força política insurgente ao campo da *indisciplina* ou da *vadiagem*.

A gente sente, porque quando a gente vai em reunião, principalmente com a prefeitura, eles desdenham, né? Eles fazem, assim, um ar... tipo: ‘ah, esse é um povo que tá querendo’... movimento... eles se confundem muito com o Movimento dos Sem Terra, eles falam que é povo que não quer trabalhar, que não quer, não sei o que... Eles não entendem que são pessoas querendo conquistar a casa. Eles entendem que a gente vai pegar terreno de prefeitura (Sucupira, 2025, entrevista).

Essa identidade política, contudo, é atravessada por disputas partidárias. O estigma de *baderneira* é utilizado para deslegitimar a luta. Embaúba relata o desconforto durante o desfile de 7 de setembro, onde a reivindicação por moradia foi lida pelo público como desordem: “A gente é olhado como os baderneiros, os petistas. [...] Eu não estou ali para o PT [...] mas eu estou ali pela União por Moradia” (Embaúba, 2025, entrevista).

Essa contradição revela uma estratégia de respeitabilidade: para serem ouvidas, as mulheres tentam se desvincular de siglas estigmatizadas, focando na figura pessoal do líder. Nesse vácuo, o presidente da UMP-PG, Gerveson, emerge como uma liderança messiânica. Ele é descrito como aquele que provê o básico onde o Estado falha. Para Aroeira e Embaúba, a eficácia do movimento é medida por essa capacidade assistencial:

Eu não tenho palavras. O Gerveson é o... Nossa, ele é... O cara! [...] A correria que ele faz pelas pessoas sem ganhar um real em troca. Entende? Porque só quem... Para você ter ali o teu... Receber esse dinheiro para construir essas 50 casas é todo um processo. O homem ficar dias e dias sem dormir na frente do computador digitando e postando e mandando e tal... para poder ver o outro feliz. [...] Essa é uma pessoa muito boa, ele é muito bom. Ele é uma pessoa que eu admiro demais (Embaúba, 2025, entrevista).

Essa dependência simbólica, contudo, gera tensões sobre a autonomia feminina. Ipê-Amarelo aponta que, apesar do protagonismo das mulheres na base, às decisões centrais tendem a ser ignoradas pelo líder se não virem de instâncias externas de poder, como a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. A estrutura organizativa reforça essa lógica através do sistema de pontuação por reunião, nem sempre claro para todos os participantes, onde o acesso ao direito à moradia é condicionado à presença frequente em atos políticos e assembleias, e Dona Sumaúma critica a presença de perfis que não condizem com a urgência da favela:

Às vezes a gente tem uma ideia, mas aí a gente fala para o Geversson, ele não... é porque na verdade é quem coordena ele, né? Então, se você falar uma coisa e ele não der importância, você para por ali, entendeu? Ele que administra, que faz e acontece.

[...]

Às vezes quando eu preciso fazer alguma coisa, que eu acho que é uma ideia que eu tenho, eu converso com a Andréia. Como a Andréia é a presidente, ele dá ouvidos à presidente do conselho [da mulher], entendeu? Para mim, ele meio que, entre aspas, ignora (Ipê-Amarelo, 2025, entrevista).

Eu penso que tem que ser melhor distribuída as funções para cada coordenador. Até para poder estar orientando as famílias melhor e poder estar dando informação melhor para quem vem pedir. Porque a gente não tem aquela organização, tipo, mas quanto que está os pontos lá? A gente já foi em tantas reuniões. Como é que está a pontuação? Como é que eu vou saber se não é eu que faço? (Ipê-Amarelo, 2025, entrevista).

Porque que nem eu falo, a União da Moradia não é o rico! Não, não é o sapatinho de salto. Não é o narizinho em pé. É a pobreza mesmo que precisa, né? É a pobreza mesmo que precisa da União da Moradia. É o povo da favela, é o povo da área de risco. E cadê que tem esses daí lá? Não tem. Não tem (Dona Sumaúma, 2025, entrevista).

Essa engrenagem de participação, contudo, enfrenta um obstáculo invisível, mas onipresente: o desânimo social gerado pela precariedade crônica. Os relatos revelam que a dificuldade de mobilização não decorre de uma apatia inata, mas de um esgotamento psíquico. Dona Sumaúma identifica que a desistência de muitos moradores em participar das agendas do coletivo reside na total descrença nas figuras

públicas, e Ipê-Amarelo descreve a "cultura da espera" institucionalizada por órgãos como a PROLAR, onde o cidadão acredita que basta aguardar o telefone tocar:

Olha, o que motivou aqui essa desistência foi por causa do abandono. Eles não acreditam e eles acham que o Gerveson lida com a política. Por causa dele ser... já político, ser vereador, tudo. Então, eles acham que o abandono aqui foi porque eles não acreditam mais nos políticos aqui. Os políticos, eles metem a boca, eles xingam, sabe? A gente falou em política aqui. Adeus, sabe (Dona Sumaúma, 2025, entrevista).

Essa fadiga democrática é alimentada por uma cultura da espera, institucionalizada por órgãos de assistência habitacional, que, na percepção de Ipê-Amarelo, reforça uma passividade. Ipê-Amarelo define as pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional como preguiçosas, expressando certa frustração ao tentar mobilizar vizinhos que preferem o isolamento ou o sono à reunião. “Eles acham que é besteira o povo fazer reunião, fazer mobilização” (Ipê-amarelo, 2025, entrevista), afirma, evidenciando que a sobrevivência na *beira do esgoto* consome a energia vital necessária para a insurgência. Como observa Araçá-do-campo, há uma tendência de a base se aproximar do movimento em busca do benefício imediato, mas recuar diante do custo da luta cotidiana. O desânimo relatado pelas colaboradoras é, portanto, o subproduto de um sistema que utiliza o cansaço e a descrença como ferramentas de desmobilização.

Você não tem noção. Mas elas estão tão preguiçosas. Você vai lá num barraquinho, lá na beira do esgoto, conversar com a pessoa, não, a pessoa não quer nem comer: ‘eu vou fazer uma reunião lá em casa, você não quer saber como que é, como que funciona, não quer participar?’
 ‘Acho que é para não, mas estou com vontade. Não vai dar hoje’.
 [...] A pessoa não está fazendo nada, a pessoa está dormindo, mas ela não quer participar. ‘Ah, eu já fiz a inscrição lá na PROLAR. Está tudo certo lá’.
 (Ipê-amarelo, 2025, entrevista, grifo próprio).

Não mas é isso que eu falei, eu acho que aqui na cidade o pessoal... é e não é, né, porque já aconteceu várias coisas que não...Tipo, o Gerveson pega pesado, mas o pessoal não... eles só querem sabe? Mas na hora da luta não vão sabe? Esse que é o problema (Araçá-do-campo, 2025, entrevista).

Em última análise, a militância dessas mulheres configura-se como um exercício de pragmatismo vital. Elas não operam em um vácuo ideológico, mas em um sistema de sobrevivência onde o clientelismo é, muitas vezes, a única tecnologia disponível. A análise de Sucupira resume essa inversão de papéis, onde o movimento popular acaba assumindo as funções de um Executivo omissor:

Que a gente tivesse mais recursos, que a gente tivesse mais apoio, que a gente tivesse mais oportunidades. Porque ali a gente vê o Gerveson correndo atrás de tudo, brigando com todo mundo, sendo que é uma coisa que é obrigação do município. É um direito de moradia. E ele tá fazendo um trabalho que a gestão deveria estar fazendo. A gestão não se preocupa com isso. Ele está lá diminuindo o índice de desabrigados, de pessoas que estão na fila. Ele está fazendo um serviço da gestão, que não deveria ser dele. Óbvio, ele ama o que ele faz, ele ama estar ali, mas esse é um serviço da gestão. A gestão que deveria se preocupar com isso, e tratar... Como diz... tem um slogan bem bonito, dizendo: PG mais humana, mas é mais humana pra quem? Pra colocar numa foto? (Sucupira, 2025, entrevista).

É possível observar, em última análise, que a militância dessas mulheres configura-se como um exercício de pragmatismo vital: elas navegam entre a lealdade a lideranças carismáticas e a negociação direta com o poder institucional para garantir a sobrevivência de suas comunidades. Se, por um lado, o movimento funciona como uma rede de apoio que substitui a gestão pública omissa, por outro, ele as insere em uma estrutura de mediações onde suas vozes ainda precisam disputar espaço com o protagonismo masculino e os estigmas partidários. É sob essa ótica que se desdobra o fenômeno da tradução impossível, em que o distanciamento entre a gramática técnica e a materialidade do cotidiano periférico deixa de ser uma mera barreira comunicacional para converter-se em uma tecnologia de interdição da cidadania.

3.3.4 A tradução impossível

A análise das trajetórias das colaboradoras revela uma tecnologia de exclusão que opera na manutenção do abismo entre o saber técnico-institucional e a realidade das bases. Esse fenômeno manifesta-se, primeiramente, na percepção de que a linguagem do Estado é uma fronteira intransponível.

Dona Sumaúma sintetiza essa distância ao afirmar categoricamente que "a minha linguagem é uma, a deles é outra" (Dona Sumaúma, 2025, entrevista). Para ela, a distinção não é apenas semântica, mas de classe e reconhecimento. Essa barreira é agravada por uma exclusão escolar profunda, onde o documento escrito é substituído pela oralidade e pelo visual. O relato de Dona Baobá sobre a dificuldade de comunicação com uma beneficiária surda e analfabeta ilustra o abismo entre o edital e a vida real:

Ela me liga, daí quando é para uma reunião, coitada, eu corro lá no guarda-roupa [...] e mostro a camiseta, se é amarelo, né? [...] Eu tive que correr, pegar uma camiseta, fazer assim para ela no vídeo [risos]. E eu tinha que vestir a roupa. (Dona Baobá, 2025, entrevista).

O relato de Dona Baobá é emblemático ao descrever o abismo entre o edital e a vida real: para comunicar a data de uma reunião a uma beneficiária surda-muda e analfabeta, a comunicação oficial falha. A solução encontrada por Baobá foi o improvisado desesperado: "correr no guarda-roupa" (Baobá, 2025, entrevista), pegar uma camiseta amarela (símbolo visual do grupo) e fazer gestos em uma videochamada, na esperança de ser compreendida. Esse episódio demonstra que, no cotidiano da UMP-PG, a informação só se torna direito quando é traduzida para o corpo. Onde o Estado vê um formulário, Baobá vê a necessidade de tradução pelo corpo, evidenciando que a burocracia ignora a existência de sujeitos que não dominam os códigos básicos da escrita. Dentro do próprio coletivo, a figura do líder, Gerveson, emerge como o mediador necessário dessa tradução, mas cujo discurso técnico também exige adaptações:

Quando a gente não entende a gente fala: 'o que você falou Gerveson? Traduz. Ih, não entendi ainda, pode falar de novo'. [...] Geralmente quando tem reunião, as coisas técnicas ele fala de uma maneira mais formal [...] eu já falo: 'ó, fulano de tal não entendeu o que você falou. Vamos puxar pro mais simples'. (Sucupira, 2025, entrevista).

Sucupira revela que a base frequentemente precisa interromper o fluxo das explicações políticas com um apelo: "Gerveson, traduz... vamos puxar pro mais simples" (Sucupira, 2025, entrevista). Embora haja um ambiente de acolhimento que permite o riso e a dúvida, a necessidade recorrente de pedir que o líder "fale de uma maneira mais povão" (Sucupira, 2025, entrevista) indica que a gramática da política habitacional permanece estrangeira, exigindo uma constante mediação para ser decodificada.

Essa lacuna de compreensão impacta diretamente a percepção sobre a autogestão. O relato de Aroeira (2025, entrevista) expõe que, embora haja uma disposição combativa para o trabalho braçal e para *fazer barulho na Caixa*, o domínio sobre o orçamento e as etapas burocráticas é quase inexistente:

Eu não entendo muito, não. Tipo, sei que estou esperando o dinheiro para nós começar a obra [...] é tudo pessoa voluntária, de graça, né? Nenhum está

recebendo um real ainda, né? Então é isso que nós sabemos, né? Estamos esperando (Aroeira, 2025, entrevista).

Ao admitir que as famílias estão apenas "esperando a ordem do seu Gerveson", Aroeira (2025, entrevista) revela que a autogestão, na prática, é vivenciada como uma espera tutelada. Para a colaboradora, o processo é traduzido apenas em termos de infraestrutura básica (água, luz) e esforço físico, enquanto a gestão financeira permanece uma caixa preta gerenciada pela liderança e técnicos voluntários. O silenciamento técnico atua, assim, como um freio à autonomia, convertendo o projeto emancipatório em um rito de fidelidade, onde a moradia depende mais da autoridade do líder do que da gestão coletiva.

Finalmente, essa incapacidade de tradução gera o que se pode chamar de *burocracia do medo*²⁸. Na zona rural, Araçá-do-campo explica que o documento oficial é visto não como garantia, mas como ameaça. Muitas mulheres recusam a regularização produtiva por temerem a perda de benefícios como o Bolsa Família. Segundo a entrevistada, o medo do desamparo faz com que a formalização seja rejeitada, pois a linguagem contábil não é compreendida. O direito, quando não traduzido, é percebido como risco. A colaboradora relata seu esforço em convencer as vizinhas a "irem atrás do documento" (Araçá-do-campo, 2025, entrevista), mas esbarra na desconfiança histórica de quem vê no registro oficial uma armadilha para perder os direitos conquistados:

Falei, vamos atrás do documento e vamos, porque você fica desamparada. [...] Se faz alguma coisa, como é que você vai... Ou fica doente e precisa fazer uma cirurgia, como é que você vai se afastar, né? [...] Tá lutando, mas as outras, né? Minhas vizinhas... (Araçá-do-campo, 2025, entrevista).

A linguagem institucional funciona, portanto, como uma etiqueta de acesso que as mulheres das bases não possuem. Se a tradução impossível estabelece o abismo comunicacional entre o gabinete e a vila, é no espaço da 7ª Conferência Municipal da Cidade que esse distanciamento ganha corpo. A linguagem hermética e o documento escrito deixam de ser obstáculos abstratos para se tornarem dispositivos de exclusão física e simbólica, revelando que a barreira para o direito à cidade é erguida tanto pelo concreto quanto pelas palavras.

²⁸ Utiliza-se o termo *burocracia do medo* para designar o fenômeno onde a formalização jurídica, longe de ser vista como proteção, é percebida pelas classes populares como um dispositivo de vigilância e risco de perda de auxílios estatais.

3.3.5 O corpo feminino negro na 7ª Conferência

A análise das transcrições sob a ótica da História Oral Temática revela que a presença do corpo feminino negro na 7ª Conferência Municipal da Cidade em 2024 foi marcada por uma dualidade: a conquista de um espaço institucional inédito em contraste com sentimentos profundos de invisibilidade e exclusão simbólica. Embora o evento tenha ocorrido na Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG) — um espaço tradicionalmente associado às elites econômicas de Ponta Grossa —, a percepção sobre a acolhida variou drasticamente entre a conquista política e o estranhamento social.

Sucupira relata um episódio de discriminação logo na entrada ao evento. Ela afirma que funcionários da prefeitura se recusaram a fazer seu pré-cadastro, enquanto tratavam funcionários públicos de forma diferente. Ela atribui esse tratamento à sua aparência simples, sentindo que sua presença ali era vista como de menor prestígio social:

Quando eu cheguei, tinha um pessoal da prefeitura fazendo um pré-cadastro, que eu não sei porque que eles estavam fazendo, mas eles estavam fazendo um pré-cadastro. E como eu falei que eu não tinha dado o nome antes, eles não fizeram o meu pré-cadastro, pra não gerar, tipo, o certificado lá, ou não sei se geraram certificado, mas era pra... que daí você chagava, assim... Quando você chegava na ACIPG, lá em um cantinho lá, teve um café da manhã lá, e teve umas pessoas que tavam lá, com um, várias pranchetas, anotando o nome, e era um pessoal da prefeitura. Quando eu fui dar meu nome, ele já não tava contando. Eles já falaram que tinham levado os papel, que não sei o quê... tipo: 'ah, poque, né, a pessoa não é ninguém da prefeitura'... Só que eu vi que quando chegou outros funcionários da prefeitura, eles tiveram uma visão diferente, fizeram o cadastro, eles fizeram tudo certinho como deveria ser. Mas para mim, que ia participar na conferência, que não tava mal vestida, mas tava de uma maneira simples, teve uma visão diferente, teve uma posição diferente né, nessa questão. Mas com as pessoas lá, mesmo, não teve isso. Com quem participou. Com as outras pessoas que participou, da União por Moradia (Sucupira, 2025, entrevista).

De fato, o nome da colaboradora não consta na lista dos certificados emitidos para observadores do evento, disponibilizados na página oficial da 7ª Conferência (IPLAN, 2024c). Como responsável pela coordenação do evento, cabe à autora esclarecer que o mecanismo de pré-cadastro mencionado por Sucupira foi um instrumento planejado para fins estatísticos e de certificação. O objetivo era construir um banco de dados que permitisse uma análise censitária mínima, capturando o perfil

de gênero, raça e classe social dos participantes para monitorar o alcance democrático da conferência.

Todavia, a fala de Sucupira revela que a operacionalização dessa ferramenta de gestão foi atravessada pela seletividade institucional e pelo viés racializado dos agentes que a executavam na ponta. O que foi desenhado por esta autora como um recurso de visibilidade estatística transformou-se, na prática e sob a percepção da colaboradora, em um filtro de exclusão. A recusa em realizar o cadastro de uma mulher negra e periférica sob a justificativa de que *os papéis haviam sido levados* — enquanto o fluxo seguia inalterado para servidores públicos — exemplifica como o racismo estrutural e institucional se manifesta na microgestão dos espaços públicos.

O fato de o nome da colaboradora não constar na lista final de certificados confirma a materialidade dessa barreira: a ineficiência deliberada do atendimento (ou a máxima eficiência do preconceito racial e social) não apenas feriu a subjetividade de Sucupira, mas a apagou formalmente dos registros históricos de participação no evento. Esse episódio demonstra que a tradução de políticas inclusivas para a realidade concreta exige mais do que protocolos técnicos; demanda o enfrentamento das atitudes preconceituosas que persistem nas frestas da burocracia estatal.

O episódio narrado por Sucupira diante da recusa dos funcionários em cadastrá-la enquanto privilegiavam servidores públicos, dialoga diretamente com a percepção de Dona Sumáuma sobre a segregação espacial: "A gente vê quando uma pessoa quer conversar com a gente e quando uma pessoa não quer. Então a discriminação começa ali. Ali dentro" (Dona Sumáuma, 2025, entrevista).

Onde Sucupira encontrou uma barreira burocrática na entrada, Sumáuma encontrou barreiras sociais nos corredores. As *bolinhas* de autoridades que se dispersaram à sua chegada materializam o *olhar de cima a baixo* que tenta restabelecer a distância entre o centro e a periferia, mesmo em um espaço supostamente democrático. Essa sensação de apartamento social, que fez Sucupira sentir-se *acuada* e hesitar em usar seu cartão de votação, é amplificada pelo que se pode chamar de violência linguística. O descompasso entre a gramática técnica dos palestrantes e a realidade das mulheres da base funciona como um dispositivo de silenciamento.

Então... quando eu cheguei lá, né, na teoria eu não fui convidada, eu fiquei sabendo. Então eu fui meio de 'gaia', como diz [risos]. Eu não fui realmente convidada, eu lembro de ter ido porque a [Dona Sumáuma-pseudônimo] falou

‘ah, vai ter lá um negócio, vamos lá junto’. Aí eu fui. Então até quando teve a Conferência eu fiquei lá mais na minha, ouvi, participei e tudo, mas fiquei bem acuada. Porque daí como eu era nova, e na teoria não tinha um convite, então eu fiquei bem mais na minha, não me impus muito, as coisas. Até acabei não participando, peguei o cartãozinho lá [de votação], que tinha uma atividade, acabei não participando, porque falei: ‘vai que não pode?’ [risos] (Sucupira, 2025, entrevista).

As percepções de Sucupira e Dona Sumaúma acerca do hermetismo dos discursos proferidos revelam o que a literatura define como uma barreira de acessibilidade cognitiva. Quando as colaboradoras questionam a própria capacidade de compreensão diante da fala técnica, evidencia-se um descompasso metodológico em que a linguagem acadêmica e burocrática acaba por se sobrepor ao saber da experiência, criando um ambiente de intimidação simbólica, ainda que não intencional.

Eu lembro que, naquele GEUR, tinha coisas que eu falava: ‘Ahn? O que será que ela está falando?’ Até teve uma moça bem bonita que falou, falou, falou... Mas, do que ela falou, das palavras que ela falou, eu entendi dez. Porque ela estava numa realidade muito fora da minha, muito fora. Ela viveu num mundo, que nem ela falou! Realmente, ela não passou dificuldades, ela não... Só que, assim, era uma maneira muito séria, muito formal, muito cheia de nomes diferentes, de coisa que as pessoas não... Pra elas, elas entendem que você tá ali, mas eu não entendi nada do que a pessoa falou. Você fala: ‘Você gostou? Aham, mas eu não sei se ela me chamou de burra’ [risos]. É, as pessoas não tem esse discernimento, de entender tudo. Às vezes elas colocam umas palavras muito técnicas. Fica: ‘o que será que é? Será que ela está falando de uma forma positiva ou negativa?’ a gente não sabe. Então algumas coisas, algumas palavras... é questão de cultura, de ensino. Porque realmente, as pessoas que estavam lá eram pessoas que, já tinham estudado, já eram graduados, e ali tinham pessoas que foram até a terceira série. Que sabiam escrever o primeiro nome, não sabiam escrever o nome completo. Quando você fala de maneira muito formal, as pessoas não entendem nada o que você tá falando (Sucupira, 2025, entrevista).

Esse monólogo institucional é corroborado pela observação de Dona Baobá nos grupos de trabalho: ao priorizar a tecnicidade e a fluidez das exposições dos agentes públicos, o espaço de escuta da comunidade corre o risco de se converter em uma instância de validação unilateral.

Pensando na conferência... Eu já cheguei atrasada nessa sala lá, que era para ser coletivo, era um coletivo, né? E eu achei que o rapaz da prefeitura, que estava, ele falou mais do que nós. Nós, classe baixa. Não existe esse... Esse contexto... ele fala muito bem... eu concordo com ele. Eu até entendo ele, sabe? Ele ainda estava lutando pelo direito. Eu, naquela hora, não tinha o direito. Eu não tinha essa visão que eu tenho hoje de ver... Como eu comentei do ciclista. Eu não tinha essa visão. A gente pode debater ali, sabe? Pode explicar melhor, pode debater. Então, achei que

ele fez o certo, né? Digamos assim, ele falou por mim, né? Achei assim. Eu achei que estava tudo certo (Dona Baobá, 2025, entrevista).

A afirmação de Baobá de que, naquele momento, ela não tinha o direito de debater, sugere uma profunda internalização da hierarquia do saber. Para a colaboradora, o direito à palavra parece estar condicionado à posse de uma autoridade técnica ou de uma oratória formal que ela sente não possuir. Ao delegar ao técnico a função de representar seus próprios interesses, ocorre um processo de desapropriação da agência política: o silêncio da base é lido pela própria base como uma concordância necessária diante de quem *fala muito bem*. Essa percepção demonstra que a barreira para a participação não é apenas externa (a falta de espaço), mas interna (a sensação de não ser portadora da autoridade necessária para confrontar o discurso oficial), transformando a conferência em um espaço onde o saber técnico não apenas orienta, mas substitui a voz da experiência.

Assim a fala do agente público, embora dotada de competência técnica, pode acabar ocupando o tempo e a centralidade que, em uma perspectiva democrática, deveriam ser compartilhados com as vivências das agentes sociais. Entretanto, essa estrutura de exclusão não é absoluta e encontra focos de insurgência. A resistência manifesta-se tanto na percepção individual de Embaúba, que se sentiu de *igual para igual* tanto ao dialogar com um construtor, quanto na vitória estratégica da UMP-PG em ocupar quase que a totalidade de vagas para a delegação Estadual.

Eu sentei com um rapaz, um construtor. Gente, eu fiquei encantada naquele homem falando. [...] É como assim se o cara era dono de uma consultora [...] e ele tratou as pessoas de igual para igual. Ele me ensinou, ele me explicou (Embaúba, 2025, entrevista).

Dez vagas, né? Eram onze, nós tivemos dez. Então, eu acho que a União, na verdade, é bonito de ver, né? Onde tem esses eventos grandes, a União por Moradia sempre está em peso, sempre está... Por quê? Isso é fruto, é dedicação, principalmente dos coordenadores. Não é puxando o saco, mas, menina do céu, a gente trabalha muito em volta, por trás desses eventos grandes. Tipo, a gente tenta mobilizar da melhor forma possível. Então, a gente, nossa, olha quanta camiseta amarela. Sabe? Eu acho que isso é bem legal, assim (Embaúba, 2025, entrevista).

Embora a colaboradora narre a experiência como um momento positivo e de ruptura de barreiras, uma análise profunda revela que a sensação de equilíbrio é, paradoxalmente, dependente da validação do outro. Ao descrever o construtor como alguém de *alto nível* e sentir-se encantada com sua disposição em ouvi-la, a fala da

colaboradora evidencia que as hierarquias de classe, gênero e raça permanecem intactas. O que ocorre não é uma dissolução das estruturas de poder, mas uma concessão temporária de escuta.

Nesse contexto, o sentimento de igualdade é mediado pela benevolência do detentor do capital e do saber técnico, que assume a posição de poder frente a uma interlocutora que se percebe como subalterna. A validação — o seu *vai lá e faz* — opera mais como um aval externo do que como o reconhecimento de uma autonomia política pré-existente, que capacita e emancipa os sujeitos. Entretanto, se no âmbito individual a relação de poder é camuflada pelo diálogo, no âmbito coletivo a insurgência manifesta-se de forma mais objetiva: na ocupação massiva do espaço. A visão das *camisetas amarelas* e a conquista de 10 das 11 vagas de delegados representam o momento em que a quantidade se transforma em qualidade política. É nessa presença física e numérica que a União por Moradia força a institucionalidade a reconhecer sua força, ainda que, individualmente, colaboradoras como Embaúba sintam que esse reconhecimento ainda dependa da aprovação das elites locais.

Contudo, a análise dos desdobramentos dessa eleição revela que as barreiras à participação plena não se encerraram com o fim do evento municipal na ACIPG, mas estenderam-se para o processo de continuidade democrática. O relato de Dona Sumaúma sobre a transição para a etapa estadual expõe uma percepção de seletividade comunicacional que fragmenta a base do movimento. Ao mencionar que a informação sobre as viagens e etapas seguintes não circulou de forma horizontal — indicando que o coordenador não teria comunicado o grupo —, a colaboradora evidencia que o acesso à representação em instâncias superiores é mediado por critérios de proximidade que as bases nem sempre alcançam:

Não, não, não fomos. O Gerveson não chamou, não comunicou. Acho que se o Gerveson tivesse chamado ela, ela tinha ido. Mas o Gerveson não comunicou ninguém de nós. Por isso que eu digo. Ali tá no... Ali é que nem assim, que nem é na... Como é que fala assim? Os melhores! Os menor... fique do lado [faz um sinal com as mãos que representa afastamento] [riso desconcertado]. Se conseguir, conseguiu. Se não conseguir, tanto faz (Dona Sumaúma, 2025, entrevista).

Essa metáfora contundente de hierarquização social (separar os *melhores* dos *menores*) sugere a existência de uma linha divisória invisível. O riso desconcertado e o gesto de afastamento captados pela História Oral reforçam a percepção de que o espaço da conferência estatal seria reservado a um grupo seletivo,

enquanto o corpo da base, fundamental para garantir a legitimidade inicial do quórum, é discretamente afastado das esferas de decisão estratégica.

Essa gestão da própria presença e da imagem política atinge um nível ainda mais complexo quando atravessada pelo marcador racial. Se para Sumaúma a exclusão opera na linha da importância política, para Aroeira — a colaboradora de pele mais retinta entre as entrevistadas — a negociação da identidade racial manifesta-se como uma busca por autonomia e, simultaneamente, como uma estratégia de proteção individual. A autonomia de Aroeira reafirma-se na recusa em ser instrumentalizada por causas externas: ao negar a representação quilombola proposta por uma liderança negra que ela identifica como conflituosa, a colaboradora demonstra que sua identidade é forjada na clareza de suas vivências na UMP-PG e não em rótulos impostos, mesmo que por pares:

Não, foi bom, né? Só deu medo das brigas, que queriam dar briga, não sei, aquele moreno vai na reunião, ele só briga nas reuniões, né? Eu não gosto muito dele, porque ele pega na minha mão: 'Vamos, minha irmã! Nós somos irmãos de cor'. Eu não gosto dele [risos]. Ele pega na minha mão, sabe? Puxa na... Ele não tinha gente representando ele, né?

E daí está brabo porque a União tinha mais gente para representar, né? Daí ele está brabo porque não tinha gente para representar [...] queria que nós fôssemos representar ele, mas nem sabia o que ele era. Ele fala que ajuda os negros, os quilombolas, né? Ele fala que ajuda essas pessoas, né? Mas daí ele queria que nós fôssemos com ele lá para apoiar ele, mas não, não. Nós somos da União, né? Vamos ajudar o senhor [risos].

Daí ele pega na minha mão: 'vamos, minha irmã, vamos, minha irmã'. Daí ele chegou aquele dia na União, as meninas: 'olhe lá o teu irmão... Falando para mim' [risos]. (Aroeira, 2025, entrevista).

A recusa de Aroeira em ser instrumentalizada por uma liderança negra externa revela uma zona de conflito na construção de sua identidade racial e política. Embora se declare uma mulher negra, Aroeira rejeita o apelo à ancestralidade e à cor em favor da identidade institucional da União por Moradia. Essa resistência, contudo, parece entremeada por uma tentativa de afastamento de estereótipos negativos historicamente atribuídos a corpos negros, como a agressividade e o conflito. Ao descrever o colega como alguém que *só briga* e ao rir do apelido que as outras integrantes lhe deram, Aroeira pode estar operando uma estratégia de proteção individual.

A fala de Aroeira revela, em última instância, uma fragilidade na coesão entre as pautas raciais e a luta por moradia dentro do coletivo. Observa-se o que se pode definir como uma ausência de letramento racial crítico: embora a raça seja o marcador

que as une na exclusão (são mulheres negras, em sua maioria, que aguardam o teto), ela não é lida como o motor da mobilização política. Para colaboradoras como Aroeira, a identidade racial é percebida como uma dimensão secundária ou até mesmo um obstáculo que precisa ser gerenciado para não comprometer a eficácia da luta por habitação.

Eu não tenho, graças a Deus, problema de ser negra, sabe? Nunca tive preconceito, nada, essas coisas, não.
Só quando eu era criança, só, mas não era preconceito de negra, era preconceito de ser órfã. Eu morei na aldeia da criança, daí as meninas da escola chamavam de sem pai, sem mãe, sabe? Quando eu era criancinha só (Aroeira, 2025, entrevista).

A negação do preconceito pela cor enquanto relata o desconforto com o toque e a insistência de seu semelhante, sugere que sua negociação com a própria negritude é mediada pela utilidade prática: ela é negra, mas sua luta é pela moradia. Ao negar-se a representar uma causa quilombola que ela afirma não compreender, Aroeira exerce sua autonomia, mas também revela o peso do racismo estrutural, que muitas vezes força o sujeito negro ao caminho da desidentificação como forma de sobrevivência social e aceitação em espaços de poder. Essa desidentificação política é acompanhada por uma desidentificação estética e subjetiva ainda mais profunda, enraizada na violência do racismo sofrido desde a infância. O relato de Sucupira sobre sua trajetória é um testemunho doloroso de como o racismo opera para desabrigar o sujeito de sua própria identidade.

Então, e... E sempre, sempre, sempre escutando que o meu cabelo não era bom, que nenhum homem iria gostar de mim porque o meu cabelo era feio, eu era preta, porque eu era cor de sujeira, não era limpa. Eu nunca fui limpa! Eu sempre fui suja, pela minha cor.

Essa questão do preconceito eu já... eu recebi assim... até... eu tenho uma irmã que é adotada, e ela foi adotada porque era loirinha, porque era bonita. Porque ela seria uma pessoa bonita para passear na rua, para levar...

Não que... eu era inteligente! Isso eles não tinham dúvidas, mas como que iria passear com uma negrinha, né? cabelo cacheado, que nem tinha cabelo de piá ainda, que era curto? Que... não iria ficar bem, esteticamente, pra passear com uma criança assim. Que... como se diz? Só carisma, só saber falar não era o suficiente, que não era o suficiente para ser adotada, para ter uma vida diferente, pra ter uma oportunidade diferente (Sucupira, 2025, entrevista).

Ao narrar que era vista como *cor de sujeira* e que sua inteligência não era suficiente para compensar o fato de ser uma *negrinha*, Sucupira expõe a face mais cruel do trauma racial. A decisão de alisar o cabelo, expressa através de um choro que interrompe a entrevista, não é uma mera escolha estética, mas uma estratégia de sobrevivência psíquica. “Foi um processo que eu não queria mais ouvir que eu era feia por causa do meu cabelo [...] Hoje eu não aceito ele cacheado, de jeito nenhum” (Sucupira, 2025, entrevista). Aqui, o alisamento funciona como uma tentativa de limpeza simbólica de uma identidade que lhe foi atribuída violentamente como *suja*.

Essa ferida aberta dialoga com a falta de coesão interna do movimento em relação às pautas raciais. Enquanto a União por Moradia foca na conquista do teto de alvenaria, as narrativas de Aroeira e Sucupira sugerem que a luta pelo direito à cidade é indissociável da luta pelo direito de habitar o próprio corpo com dignidade. Sem um letramento racial que conecte a privação habitacional à desumanização histórica do corpo negro, as colaboradoras permanecem presas a uma lógica de sobrevivência que as obriga a fragmentar quem elas são.

Conclui-se, assim, que o cotidiano dessas lideranças é atravessado por marcadores sociais que dificultam sua plena atuação e bem-estar. Para superar a dicotomia entre a vida privada das entrevistadas e o espaço convidado da conferência, o próximo tópico dedica-se a uma síntese analítica. Busca-se compreender, através da lente da interseccionalidade, como se dá a transição da invisibilidade doméstica para a disputa política pelo direito à cidade.

3.4 DA INVISIBILIDADE À PAUTA POLÍTICA: LIMITES E POTENCIALIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA

O cruzamento entre os dados institucionais da 7ª Conferência Municipal da Cidade e as vivências das mulheres da União por Moradia Popular (UMP-PG) revela que a interseccionalidade opera como uma estrutura de sobrevivência e, simultaneamente, como um alvo de silenciamento institucional. Enquanto os dados estatísticos apontam uma participação feminina majoritária (58,08%), as narrativas demonstram que essa presença é impulsionada pela necessidade premente de a moradia servir como refúgio contra a violência doméstica e o feminicídio. A interseccionalidade (Collins, 2019), na prática, se manifesta no fato de que as mulheres negras, embora representem apenas 14% do total da conferência, são as mais engajadas no eixo habitacional, evidenciando que a luta pela terra é indissociável de sua condição de raça, classe e gênero.

Ao confrontar os dados, identifica-se uma lacuna expressiva no que tange à racialização do território. Há uma fragmentação interna onde a identidade racial, embora seja o motor da exclusão, nem sempre é lida pelas militantes como o motor da mobilização, levando a um processo de desidentificação racial para garantir a aceitação em espaços de poder. O documento oficial falha em nomear o racismo como um elemento estruturante da desigualdade urbana em Ponta Grossa.

Compreende-se que muito da falta de diálogo sobre as questões raciais se deu exatamente pela falta de articulação interna do movimento de moradia com as pautas de gênero e raça. Há pouca ou nenhuma articulação com as pautas que transversalizam a questão habitacional, o que fragiliza a posição da mulher negra enquanto agente produtor do espaço urbano (Corrêa, 1989; Castro; Gomes; Corrêa, 2000; Madalozzo, 2019, p. 38; Souza, 2022) dentro do próprio movimento, relegando a mesma ao espaço de cuidadora, ainda que as mesmas ocupem cargos de delegadas nas instâncias representativas.

No recorte de gênero, a dissonância se repete. As propostas da Conferência abordam melhorias para mobilidade, saneamento e segurança como de impacto para a população em geral, sem nenhuma especificidade. Já nas entrevistas, esses temas aparecem atravessados pela sobrecarga do trabalho de cuidado. É Dona Baobá que não consegue transporte aos finais de semana. É Dona Sumaúma que, relata o desespero da urgência em retirar o esgoto de dentro de sua residência, sozinha. É

Sucupira quem tem medo que retornar para a casa à noite, devido aos assaltos constantes na sua moradia e em seu bairro. São as mulheres negras trabalhadoras que relatam as piores consequências da falta de direito à cidade que, ao ser traduzida para o documento final, perde a urgência da rotina.

Um dos limites mais severos é a tradução entre a gramática técnica do Estado e a realidade das bases. A 7ª Conferência, enquanto um espaço convidado de participação popular (Miraftab, 2016) apesar de prever o reconhecimento de gênero e raça em seu regimento interno (IPLAN, 2024a), não incorporou essas dimensões em suas propostas finais, que mantiveram uma linguagem neutra e universalizante. O limite da escuta democrática ficou explícito na rejeição unânime de uma moção de repúdio à falta de representatividade de indígenas e quilombolas, revelando um filtro político que descarta pautas racializadas.

A escolha da sede da ACIPG para a conferência atuou como um marcador simbólico de poder, criando um ambiente de estranhamento onde mulheres negras se sentiram constrangidas e sofreram discriminação direta no atendimento burocrático. Mesmo dentro do movimento popular, a participação política das mulheres encontra limites na sobrecarga de cuidado e na reprodução de hierarquias de gênero, onde elas são frequentemente relegadas a funções logísticas (como organizar a alimentação e cuidar das crianças) enquanto a liderança técnica e política permanece centralizada em figuras masculinas.

A análise interseccional permite observar que, embora haja avanços em termos de organização e normatividade participativa, os conteúdos debatidos permanecem distantes das realidades e necessidades das populações mais vulnerabilizadas. A inexistência de propostas voltadas à denúncia das diversas formas de manifestação de racismo — individual ou interpessoal, mas também institucional, ambiental e estrutural — transversalizado às desigualdades de gênero, bem como a ausência de pautas relativas à autogestão, mutirões e ocupações revela o limite dos espaços participativos quando não há intencionalidade política em garantir a escuta e a incorporação das vozes subalternas. A presença massiva de mulheres negras não foi suficiente para garantir a inserção de suas demandas no debate institucional, evidenciando a distância entre representatividade simbólica e concreta.

A principal potencialidade reside na capacidade de mobilização coletiva, simbolizada pelas *camisetas amarelas* da UMP-PG, que conseguiram eleger 10 das 11 vagas para a delegação estadual, forçando a institucionalidade a reconhecer sua

força numérica. As práticas de mutirão e das redes de solidariedade comunitária — como a construção de casas em tempo recorde através de ajuda mútua demonstra uma alternativa viável à omissão estatal, onde o saber da experiência substitui a carência de recursos. É possível observar, a partir dos relatos, que a militância dessas mulheres é construída na urgência, o que transforma a política em uma tecnologia de sobrevivência, utilizando o acesso aos espaços institucionais para garantir direitos básicos que a gestão municipal falha em prover.

Em síntese, o direito à cidade em Ponta Grossa encontra-se em disputa entre a abstração técnica do planejamento urbano, que preserva privilégios através da neutralidade, e a cidade vivida pelas mulheres negras, que tensionam os espaços convidados para transformar a moradia de um déficit estatístico em um direito humano materializado. Conclui-se, assim, que embora a presença física dessas mulheres na Conferência tenha sido um ato de resistência, a inscrição de suas pautas reais no documento final ainda encontra barreiras estruturais no atual modelo participativo de planejamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desta pesquisa, marcada por reformulações temáticas e metodológicas, culminou na compreensão de que a produção do espaço urbano em Ponta Grossa não pode ser analisada dissociada dos sujeitos que o disputam. O deslocamento do olhar — inicialmente focado no território físico das Favelas e Comunidades urbanas para as experiências políticas das mulheres negras da União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG) — revelou que a luta pelo direito à cidade é, indissociavelmente, uma luta interseccional de raça, gênero e classe social.

Nesse sentido, a construção teórica adotada revelou-se uma ferramenta metodológica indispensável para a leitura da realidade concreta. A articulação entre a interseccionalidade e a produção do espaço urbano permitiu identificar camadas de exclusão que passariam despercebidas em uma análise puramente técnica dos aspectos analíticos da conferência municipal. Ao confrontar a teoria com a empiria, confirmou-se a pertinência das categorias de *espaços convidados* e *espaços inventados* para compreender a tensão entre a rigidez protocolar da 7ª Conferência e a fluidez insurgente das práticas cotidianas do UMP-PG.

Ficou evidente, por meio das análises apresentadas, que o conceito de *habitar* — entendido aqui como a apropriação plena da vida urbana (Lefebvre, 2016) — colide frontalmente com a lógica burocrática do *habitat* e da unidade habitacional oferecida pelo Estado. O arcabouço teórico, dessa forma, não apenas sustentou a investigação, mas ecoou na realidade observada, demonstrando que a luta dessas mulheres negras é, em essência, uma disputa pela redefinição e produção do espaço urbano do município.

A análise do cenário local demonstrou que a segregação socioespacial no município é ativamente produzida por mecanismos institucionais. A extinção da PROLAR e a transferência da pauta habitacional para a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social evidenciam um retrocesso: a moradia deixa de ser tratada como política urbana de direito para ser gerida sob a ótica do assistencialismo. Nesse contexto, as mulheres negras não sofrem apenas com o déficit habitacional, mas com uma dupla marginalização: confinadas espacialmente em áreas de risco e socialmente na base da pirâmide econômica.

Dessa forma, a presente dissertação buscou compreender como mulheres negras atuam na luta por moradia e participam de espaços de formulação de políticas públicas em Ponta Grossa. O recorte empírico, pautado na atuação da UMP-PG junto à 7ª Conferência Municipal da Cidade, investigou em que medida essa atuação explicitou, tensionou ou foi atravessada pelas desigualdades de gênero, raça e classe.

Ao cruzar as contribuições da geografia urbana crítica e dos estudos interseccionais com os dados empíricos, demonstrou-se que a cidade é produzida por mecanismos materiais e simbólicos que operam tanto pela exclusão direta da população negra e feminina dos circuitos formais, quanto pela captura institucional dos movimentos sociais. É necessário reconhecer que os agentes produtores do espaço não operam em um vácuo identitário: o capital imobiliário e o Estado, ao definirem zonas de valorização, não apenas reproduzem classes sociais, mas reafirmam geografias de branquitude e patriarcais.

Os dados revelam que as mulheres negras são as principais afetadas pela desigualdade socioespacial, apresentando os piores indicadores de renda, trabalho e segurança habitacional. Sua posição singular na intersecção de raça, gênero e classe as coloca no cenário mais crítico de vulnerabilidade, movimento que, paradoxalmente, as impulsiona para a vanguarda da resistência. Assim, a cidade de Ponta Grossa revela-se produzida por uma territorialidade seletiva, onde as mulheres negras são, ao mesmo tempo, as mais afetadas pela precariedade e as mais numerosas nas lutas coletivas.

Diante desse cenário, a pesquisa conclui que a atuação dos movimentos sociais, especificamente a UMP-PG, opera em uma complexa dialética entre o que Mirafteb (2016) define como “espaços convidados e espaços inventados”. Identificou-se um pragmatismo político vital nessas agentes produtoras do espaço urbano: a entrada tardia do movimento no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) apenas após a implementação do Fundo Municipal comprova que, para essas mulheres, a participação não é um exercício abstrato, mas uma busca por recursos materiais tangíveis para a sobrevivência.

No entanto, a participação na 7ª Conferência Municipal da Cidade revelou os limites severos da democracia participativa local. A pesquisa diagnosticou o fenômeno da *tradução impossível*: um abismo entre a gramática técnica do Estado e a materialidade da vida periférica, que atua como uma tecnologia de interdição da cidadania. A ideia de neutralidade do documento final da Conferência e a rejeição de

moções raciais operaram como um campo cego institucional, apagando as especificidades de quem de fato constrói a cidade popular. Além disso, a própria geografia do evento — sediado na ACIPG, símbolo do poder econômico — impôs uma barreira simbólica e física às participantes.

É imperativo situar, ainda, que esta análise crítica se volta reflexivamente para a minha própria atuação profissional. Enquanto arquiteta, urbanista e coordenadora da referida Conferência, a autora reconhece que a escrita desta dissertação constituiu um rigoroso exercício de autocrítica. A identificação das barreiras não a isenta; ao contrário, ilumina as contradições inerentes à tentativa de construir processos democráticos dentro de estruturas institucionais rígidas. Compreende-se que a evolução das práticas de planejamento urbano não se faz apenas apontando falhas externas, mas admitindo que os técnicos, mesmo munidos da intenção de acertar, reproduzem lógicas de exclusão. Longe de um exercício de culpabilização, essa reflexão é necessária para demonstrar que a construção de cidades mais justas é um processo de aprendizado contínuo, exigindo vigilância constante sobre os métodos adotados e sobre como os espaços de poder e decisão são ocupados.

Isto posto, o estudo aponta também contradições fundamentais internas no movimento popular de moradia analisado. Embora a massa de base seja feminina e negra, a pesquisa identificou uma persistente divisão sexual do trabalho político, onde as mulheres são relegadas à logística e ao cuidado, enquanto a liderança estratégica permanece masculina, branca e politicamente destacada. Mais grave ainda é a falta de letramento racial, que gera fissuras na identidade das militantes. Os relatos sobre estratégias para o apagamento racial, bem como as recorrentes tensões entre integrantes racializados evidenciam que a falta de coesão entre a pauta da moradia e a pauta racial impede que essas mulheres reivindicuem plenamente o direito de habitar seus próprios corpos com dignidade, mantendo-as, por vezes, fragmentadas.

Dessa forma, conclui-se que o protagonismo das mulheres negras na agenda urbana de Ponta Grossa é, por ora, um protagonismo da presença (nos espaços convidados) e da resistência (nos espaços inventados), mas que existe somente no campo do discurso na agenda institucional. Suas demandas por creches, segurança e transporte — relatadas pelas colaboradoras como urgentes — são diluídas em propostas universalizantes que não alteram a estrutura de poder.

Mais do que estratégias de sobrevivência, esta pesquisa permite afirmar que os espaços inventados pela UMP-PG alinham-se, de fato, ao conceito de insurgência.

A insurgência aqui não se manifesta necessariamente como uma ruptura abrupta ou revolucionária imediata, mas como o que Miraftab (2016) compreende como a corrosão da ordem estabelecida a partir das margens. Quando essas mulheres recusam a passividade da espera pela casa própria e articulam redes de solidariedade autônomas para garantir sua existência, elas transformam o cotidiano em um ato político contra-hegemônico. Portanto, os espaços inventados são o *locus* da insurgência possível em Ponta Grossa: é neles que a cidadania deixa de ser uma concessão do Estado (espaço convidado) para se tornar uma conquista ativa de quem disputa o direito de existir na cidade.

Cabe pontuar uma lacuna proposital neste estudo: a verificação da efetividade material das propostas aprovadas na 7ª Conferência. Embora a análise minuciosa do evento suscite o questionamento sobre quais deliberações foram de fato implementadas pelo executivo municipal, tal mensuração esbarra em dois obstáculos: o primeiro é a temporalidade do ciclo de políticas públicas, ainda em curso, que não permite uma avaliação definitiva sobre a transformação das moções em leis ou programas habitacionais concretos. O segundo, corroborado pelos resultados desta pesquisa, refere-se aos próprios limites estruturais da participação. A hipótese levantada é que, diante da *tradução impossível* e das barreiras institucionais identificadas, a efetividade das propostas tende a ser baixa, não por ausência de técnica, mas pela interdição política das pautas insurgentes. O monitoramento legislativo e executivo dessas propostas desenha-se, portanto, como uma agenda de pesquisa futura necessária para confirmar se os espaços convidados conseguem, em algum momento, romper a barreira do consultivo para o deliberativo efetivo.

Nesse sentido, aponta-se como caminho futuro para a pesquisa a necessidade de pensar comparativamente a atuação dos diferentes movimentos sociais urbanos. A observação de movimentos antirracistas locais, como o Conselho de Promoção da Igualdade Racial — COMPIR, sugere que o letramento racial pode oferecer ferramentas de disputa que o movimento de moradia, focado no pragmatismo da conquista habitacional, por vezes negligencia. Trazer o Movimento Negro para o debate sobre cidade e moradia é uma oportunidade urgente de construir uma leitura mais ampla e insurgente do urbano.

Ainda no horizonte de pesquisas futuras, emerge uma inquietação teórica fundamental suscitada por este estudo: a relação intrínseca entre a insurgência e os espaços inventados. Se esta dissertação se dedicou a esmiuçar os limites e as

violências da institucionalidade (os espaços convidados), torna-se agora inegável investigar o outro lado dessa moeda dialética. A análise sugere que a fragilidade democrática dos conselhos e conferências decorre, em parte, da desarticulação ou da captura das bases populares. Resta, portanto, responder a uma questão que extrapola os limites deste mestrado, mas que se desenha como necessária continuidade: existe, de fato, uma insurgência capaz de romper a ordem urbana em Ponta Grossa, ou os espaços inventados operam apenas como táticas de sobrevivência imediata? Compreender se a invenção da vida cotidiana por essas mulheres consegue transmutar-se em insurgência política estrutural é a chave para desvendar os próximos capítulos da disputa pelo direito à cidade.

As contribuições desta dissertação para o campo da geografia urbana crítica residem, sobretudo, na articulação entre teoria e prática. Ao adotar uma abordagem interseccional, a pesquisa amplia o escopo das análises urbanas, revelando como sujeitos racializados e periféricos constroem cotidianamente formas de resistência e reexistência. Para a formulação de políticas públicas efetivas, é preciso superar a lógica universalizante. É fundamental que os saberes construídos pelos movimentos populares não sejam vistos como soluções paliativas, mas como referências legítimas para uma cidade mais justa. Espera-se que este trabalho contribua para valorizar as experiências dessas mulheres, não apenas pela ótica da vulnerabilidade, mas pela sua capacidade concreta de transformar a realidade e apontar caminhos para uma política urbana verdadeiramente antirracista e democrática.

Por fim, esta dissertação reafirma que as mulheres negras da UMP-PG, apesar das barreiras da tradução impossível e da violência institucional, não são apenas vítimas da segregação, mas são produtoras ativas do espaço. Sua capacidade de reinventar a vida através de redes de solidariedade, o enfrentamento de autoridades e a gestão comunitária prova que, nas fissuras da cidade formal, reside uma potência transformadora capaz de redefinir o que entendemos por planejamento urbano, desde que tenhamos a coragem política de escutá-las.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. *E-book*.

ARAÇÁ-DO-CAMPO (pseudônimo). **A luta pelo habitar**: depoimento. [Entrevista cedida a] Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, nov. 2025. Arquivo em áudio.

AROEIRA (pseudônimo). **A luta pelo habitar**: depoimento. [Entrevista cedida a] Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, nov. 2025. Arquivo em áudio.

BATISTA, M. Grito dos Excluídos reúne movimentos populares em PG. **Portal Arede**. Ponta Grossa, 8 set. 2025. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/591798/grito-dos-excluidos-reune-movimentos-populares-em-pg>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p.

BERTH, J. **Se a cidade fosse nossa**: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 288 p.

BOJKO, T. A. **Caracterização dos movimentos sociais urbanos de Ponta Grossa**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. **Cartilha**: 6ª Conferência Nacional das Cidades (Atualizada 2025). Brasília: Conselho das Cidades, 2025a. Disponível em: <https://www.redus.org.br/concidades/noticias/ta-no-ar-a-cartilha-da-6-cnc>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Sobre o Minha Casa Minha Vida, 2025b. **Ministério das Cidades** [Site Oficial]. Brasília, 19 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRITO, G.; MENDONÇA, P. R.; ROLNIK, R. Territórios de exclusividade branca: segregação, negação e enfrentamento do racismo no Planejamento Urbano da

cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU**, Belo Horizonte: Fórum, v. 9, n. 17, p. 35–59, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/890>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CALGARO, C.; HERMANY, R.; SILVA, D. C. B. D. Espaço abstrato e espaço diferencial: a compreensão do direito à cidade em Henri Lefebvre. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 12, n. 3, p. 2022–2047, 2020. DOI: 10.12957/rdc.2020.43208. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/43208>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CAPELLA, V. B. El movimiento por la justicia ambiental: entre el ecologismo y los derechos humanos. **Anuario de Filosofía del Derecho XIII**, Madrid, n. 13-14, p. 327-348, 1997. Disponível em: <https://revistas.mjusticia.gob.es/index.php/AFD/article/view/1596/1596>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 11, n. 1, p. 348–369, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/48199>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**. 6 mar. 2011a. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gad_source=1&gad_campaignid=1495757196&gbraid=0AAAAADnS6iARAZ8aVVj0GoHiX0PGUIIdHS&gclid=Cj0KCQiArt_JBhCTARIsADQZaymvBvYX9uO-p8h4G6im52MlrdU2QaYA_kHp8XFH44ilryEIBBL443AaAiBtEALw_wcB. Acesso em: 19 jan. 2026.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011b.

CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. C. **O estatuto da cidade comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades, Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/182>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CEDRO (pseudônimo). **A luta pelo habitar**: depoimento. [Entrevista cedida a] Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, nov. 2025. Arquivo em áudio.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. *E-book*.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 9, p. 6–17, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRENSHAW, K. W. Cartografiando los márgenes: Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color. **Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada**, Barcelona, p. 87–122, 2012.

CUTI (pseudônimo) Luiz Silva. Quem tem medo da palavra negro. **Revista Matriz: uma revista de arte negra**, Porto Alegre: Grupo Caixa Preta, p. 87–122, 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DONA BAOBÁ (pseudônimo). **A luta pelo habitar**: depoimento. [Entrevista cedida a] Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, nov. 2025. Arquivo em áudio.

DONA SUMAÚMA (pseudônimo). **A luta pelo habitar**: depoimento. [Entrevista cedida a] Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, nov. 2025. Arquivo em áudio.

EMBAÚBA (pseudônimo). **A luta pelo habitar**: depoimento. [Entrevista cedida a] Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, nov. 2025. Arquivo em áudio.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO; FIOCRUZ. Cotas, 10 anos: uma revolução nas universidades brasileiras. **OUTRASPALAVRAS**. 30 ago. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/cotas-10-anos-uma-revolucao-nas-universidades-brasileiras/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 481 ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GIANNELLA, L. *et al.* Do censo 2022 ao censo 2030: reflexões sobre o conceito de favelas e comunidades urbanas do IBGE. *In*: XXI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2025. **Anais do XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Sessão Livre)**. Curitiba: ANPUR, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/123072>. Acesso em: 19 jan. 2026.

GOHN, M. da G. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Sociedade & Política**, n. 11, p. 41–70, 2007.

GOMES NETO, M. B. *et al.* As múltiplas barreiras de gênero enfrentadas por mulheres na política. **Revista de Administração Pública**, v. 58, n. 6, p. 2024–2124,

2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122024000600302&tlng=pt. Acesso em: 19 jan. 2026.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista: UFRR, v. 2, p. 1-20, 2021. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/repi/article/view/e202114>. Acesso em: 19 jan. 2026.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo: INTERFACEHS, v. 3, n. 1, p. 1–20, 2008. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agregados por setores censitários: resultados do universo, nota metodológica n. 06**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41852>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, v. 38, n. 3, p. 15, 2024d. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e comunidades urbanas, resultados do universo: Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41773>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022: Ponta Grossa - PR**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024e. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=7>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Somos todos iguais? o que dizem as estatísticas. **Retratos: A revista do IBGE**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/revista-retratos.html>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA.
Anexos da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Conselho Municipal das Cidades, 2024a. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/7-conferencia-municipal-da-cidade-de-ponta-grossa/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA.
Ata da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Conselho Municipal das Cidades, 2024b. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/7-conferencia-municipal-da-cidade-de-ponta-grossa/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA.
Ata da 4ª Conferência Municipal das Cidades. Ponta Grossa: Conselho Municipal das Cidades, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA.
Ata da 5ª Conferência Municipal das Cidades. Ponta Grossa: Conselho Municipal das Cidades, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA.
Plano Diretor 2022. Ponta Grossa: IPLAN, 2018. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo-2018/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA.
Planilha de inscrições da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, 2024d. planilha *Excel*.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA.
Relatório Final da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Conselho Municipal das Cidades, 2024c. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/7-conferencia-municipal-da-cidade-de-ponta-grossa/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA.
Relatório da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Conselho Municipal das Cidades, 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Caderno Estatístico Municipal [Ponta Grossa], Curitiba: IPARDES, 2024. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
PIB dos Municípios, Curitiba: IPARDES, 2021. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios>. Acesso em: 19 jan. 2026.

IPÊ-AMARELO (pseudônimo). **A luta pelo habitar**: depoimento. [Entrevista cedida a] Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, nov. 2025. Arquivo em áudio.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Nebli, 2016.

LOPES, B. D. A. Cidades Médias: apontamentos sobre a discussão conceitual. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 33, n. 1, p. 73–86, 2023. DOI: 10.5433/2447-1747.2024v33n1p73. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/48748>. Acesso em: 19 jan. 2026.

LÖWEN SAHR, C. L. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; LÖWEN SAHR, C. L. (org.). **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p. 13–36.

MADALOZZO, N. **Rio e ferrovia**: a produção social do espaço urbano em Ponta Grossa - PR. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2891>. Acesso em: 19 jan. 2026.

MADALOZZO, N. Rio e Ferrovia: a Produção Social do Espaço Urbano em Ponta Grossa - PR. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/459nisiane>. Acesso em: 19 jan. 2026.

MAGALHÃES, L. Setor imobiliário institui Câmara na ACIPG para fortalecer mercado em Ponta Grossa. **Portal Arede**. Ponta Grossa, 06 dez. 2025. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/617014/setor-imobiliario-institui-camara-na-acipg-para-fortalecer-mercado-em-ponta-grossa>. Acesso em: 19 jan. 2026.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. 1-29, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6642>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v. 8, n. 1, p. 11–22, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5518>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MARQUES, A.; NAME, L. Raça e etnicidade, territorialidades e territórios urbanos. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 30, n. 2, p. 1–4, 2025. DOI: 10.46551/issn2179-6807v30n2p1-4. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/8690>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MARTINS, B. C. **Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente: o direito ao centro da cidade**. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4598>. Acesso em: 19 jan. 2026.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p.363-377, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>. Acesso em: 20 jan. 2026.

NASCIMENTO, E.; MATIAS, L. F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **Ra'e Ga: o Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 65-97, 2011. DOI: 10.5380/raega.v23i0.24833. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/24833>. Acesso em: 20 jan. 2026.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. A. de. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 1, p. 205–220, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000100014>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ONU-HABITAT. Mensagens-chave do ONU-Habitat: Moradia e COVID-19, 2020. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/06/portuguese_covid19_and_housing_.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

PACHECO, J. T. R.; KAWANISHI, J. Y.; SCHEFFER, S. M. Direito à Cidade e Gênero: Feminização da Política Habitacional em Ponta Grossa – PR. *In*: XXXII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 2019. **Ciudades latinoamericanas en el nuevo milenio**. Lima: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2019, p. 1093–1108. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-030/156>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PALHARES, I. Parcela de brancos com ensino superior é mais que o dobro da registrada entre pretos e pardos. **Portal Geledés**. São Paulo, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/parcela-de-brancos-com-ensino-superior-e-mais-que-o-dobro-da-registrada-entre-pretos-e-pardos/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PARANÁ. Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social. **Ponta Grossa avança na construção de moradias populares com recursos do PMCMV Entidades**. Curitiba, 03 abr. 2025. Disponível em: <https://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/Ponta-Grossa-avanca-na-construcao-de-moradias-populares-com-recursos-do-PMCMV-Entidades>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. California: University of California press, 1967.

PONTA GROSSA (PR). **Decreto nº 24.251, de 28/11/2024**. Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher para o biênio 2024-2026.

Ponta Grossa: Procuradoria Geral do Município, 28 nov. 2024. Disponível em: <http://leismunicipa.is/1yrl9>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PONTA GROSSA (PR). Família e Desenvolvimento Social. **Prefeitura assina convênio para construir mais 50 moradias populares.** Ponta Grossa, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/2025/03/21/prefeitura-assina-convenio-para-construir-mais-50-moradias-populares/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PONTA GROSSA (PR). **Lei nº 12.223, de 29/07/2015.** Institui o Conselho Municipal da Cidade. Ponta Grossa: Procuradoria Geral do Município, 29 jul. 2015. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ulpdo>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PONTA GROSSA (PR). **Lei nº 12.850, de 24/07/2017.** Institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências. Ponta Grossa: Procuradoria Geral do Município, 24 jul. 2017. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hsbov>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PONTA GROSSA (PR). **Lei nº 13.540, de 11/09/2019.** Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e dá outras providências. Ponta Grossa: Procuradoria Geral do Município, 11 set. 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/clnux>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PONTA GROSSA (PR). **Lei nº 14.512, de 14/12/2022.** Aprova o Plano de Encerramento da Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, incorpora o funcionalismo da Companhia no Quadro de Pessoal do Poder Executivo e promove alterações nas Leis 4.298/1989, 10.705/2011, 12.852/2017 e 14.229/2022, conforme específica. Ponta Grossa: Procuradoria Geral do Município, 14 dez. 2022. Disponível em: <http://leismunicipa.is/09a5z>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PONTA GROSSA (PR). **Lei nº 9305, de 27/12/2007.** Institui o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, como integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Ponta Grossa: Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos, 27 dez. 2007. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ashnb>. Acesso em: 19 jan. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:** Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411990>. Acesso em: 19 jan. 2026.

RATTS, A. Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória das mulheres negras. In: SILVA, M. das G. S. N. e; SILVA, J. M. (org.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014. p. 333–354.

REDE PARA DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL. **Conferência Municipal das Cidades:** Ponta Grossa. 2024. Disponível em: <https://www.redus.org.br/concid24/ponta-grossa/4119905/biblioteca>. Acesso em: 19 jan. 2026.

RIBEIRO, S. L. S. Narrativas e entrevistas em pesquisas qualitativas: história oral como possibilidade teórico-metodológica. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, p. 1-10 2021. DOI: 10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a724. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/724>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. p. 75–90.

SANTOS, E. S. D. *et al.* Racismo institucional e contratação de docentes nas universidades federais brasileiras. **Educação & Sociedade**, v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.253647>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2020.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (ed.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996. p. 133–144.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p. 251–261, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SANTOS, M. R. dos. **Territórios negros em Ponta Grossa/PR (1970-2010)**. 2022. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Doutorado em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/0000a9/0000a911.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SANTOS, R. E. dos. Distribuição dos grupos raciais em cidades brasileiras: sobre segregação, estrutura e experiência urbana. In: VOLOCHKO, D.; PRIZON, L. P. (org.). **Geografia urbana: a produção do urbano e a urgência da práxis transformadora**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. p. 310-335.

SCHEFFER, S. M. **A construção do espaço local por políticas nacionais de habitação: O Programa Minha Casa Minha Vida em Ponta Grossa**. 2017. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Escola de Arquitetura e Design, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5009821. Acesso em: 19 jan. 2026.

SCHEFFER, S. M. Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre Ponta Grossa. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 257–278, 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/82>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SCHEFFER, S. M.; KACHAUKJE, S. O método regressivo-progressivo de Lefebvre para investigar a produção de habitação social sobre o espaço em Ponta Grossa – PR. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 1, p. 62–82, 2018. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.18i1.0004. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/11028>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVA, J. de S. e; BARBOSA, J. L. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 115–126, 2013. DOI: 10.12957/cdf.2013.9062. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9062>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVA, L. H. P. E. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **e-cadernos CES [Online]**, n. 17, p. 85-111, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1123>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVA, M. G. da. Clientelismo, Elites Políticas e Trocas Assimétricas: uma Análise das Relações Políticas no Município de Duque de Caxias. Revista. **Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 91–110, 2025. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/310>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/foruns/racismo-institucional/Caderno-Racismo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVEIRA, G. T. Associações de mutuários e moradores em terrenos irregulares de Ponta Grossa [recurso eletrônico]: uma experiência de participação popular (1993-2000). Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. *E-book*.

SMARTLAB. **Gênero e Interseccionalidade**: Ponta Grossa / PR, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/diversidade/localidade/4119905?dimensao=genero>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SOBREIRO FILHO, J. Um breve ensaio sobre a ideia de produção na teoria da produção do espaço: de Marx a Lefebvre. **Formação (Online)**, v. 27, n. 51, p. 337-361, 2020. DOI: 10.33081/formacao.v27i51.6406. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6406>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SOUZA, C. H. L. de; LIMA, P. P. F.; TEIXEIRA, A. C. C. Conselhos e conferências nacionais: entre a participação e a representação. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 1, p. 152–172, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547480012>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno Falar?** Tradução de Sandra Regina Goulard Almeida *et. al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51–62, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4817>. Acesso em: 20 jan. 2026.

STEFANIAK, J. L. **Entre a miragem e a utopia:** a efetividade do direito humano e fundamental à moradia na cidade capitalista. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/317>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SUCUPIRA (pseudônimo). **A luta pelo habitar:** depoimento. [Entrevista cedida a] Gabriela de Lima Manique Barreto. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, nov. 2025. Arquivo em áudio.

SVIRSKY, M. G. Introduction: Beyond the Royal Science of Politics. **Deleuze Studies**, v. 4, p. 1–6, 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/45331431>. Acesso em: 19 jan. 2026.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. **A União Nacional por Moradia Popular e a luta pelo direito à habitação no Brasil:** História. [s. d.]. Disponível em: <https://unmp.org.br/o-que-e-a-unmp/historia/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. **União por Moradia Popular do Paraná** [História]. 2008. Disponível em: <https://unmp.org.br/unmp-pr/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

UNIÃO POR MORADIA POPULAR DE PONTA GROSSA E REGIÃO. **Estatuto da União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região.** Ponta Grossa: UMP-PG, 2001.

UNIÃO POR MORADIA POPULAR DE PONTA GROSSA E REGIÃO. **Planilha de cadastro de integrantes:** União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região, 2025. planilha *Excel*.

VIEIRA, A. B.; MELAZZO, E. S. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. **Formação (Online)**, v. 1, n. 10, 2012. DOI: 10.33081/formacao.v1i10.1118. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118>. Acesso em: 20 jan. 2026.

APÊNDICE A – ACERVO DIGITAL: CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Devido à extensão e ao volume dos documentos primários coletados e analisados nesta pesquisa, optou-se pela disponibilização dos mesmos em repositório digital online. Tal medida visa garantir a preservação digital das fontes, a legibilidade do trabalho e o amplo acesso aos dados brutos por outros pesquisadores.

O acervo completo, contendo as digitalizações das Atas, Relatórios e Estatutos citados nesta dissertação, encontra-se organizado e disponível para consulta e *download* através do *link* permanente e QR Code abaixo:

https://drive.google.com/drive/folders/1sOkzXbxhl3cO_P-zKNLAHzX8VQt9H44c?usp=sharing



A pasta digital encontra-se subdividida contendo os seguintes documentos:

- a) Ata da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa (Fonte: IPLAN, 2010);
- b) Ata da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa (Fonte: IPLAN, 2023);
- c) Relatório Final da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa (Fonte: IPLAN, 2016);
- d) Ata da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa (Fonte: IPLAN, 2024);
- e) Carta-Manifesto do I Seminário de Capacitação em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade (Fonte: GEUR, 2024);
- f) Estatuto da União por Moradia Popular de Ponta Grossa (Fonte: UMP-PG, 2001).

**APÊNDICE B – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ELEITOS COMO
DELEGADOS NA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA
GROSSA**

SEGMENTO	NOME	CARGO	ENTIDADE	SIGLA
Organizações não governamentais	Juliano Claudinei dos Santos	Titular	Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa	ADFPG
	Marcos Aurélio Soares	Suplente	Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa	ADFPG
	Luciana Moro	Titular	Grupo Fauna	
	Andresa Liriane Jacobs	Suplente	Grupo Fauna	
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais	Maria de Fátima dos Santos Ribeiro	Titular		
	Devid Ricardo Carolli	Titular	Ong Barricadas Abrem Caminho	
	Renata Ozório Iurk	Titular	Ong Barricadas Abrem Caminho	
Trabalhadores	Sergio Luis Gadini	Titular	Sindicato dos Docentes UEPG	SINDUEPG
	Graziela Gomes	Titular	Ordem dos Advogados Do Brasil	OAB
	Teresa L. Miranda	Titular	Pastoral Operária	
	Marcia Rodrigues	Suplente	Pastoral Operária	
Empresários	Silvia Magali Contin	Titular	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa	CDS PONTA
	Elton Cunha Doná	Titular	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa	CDS PONTA
	Ney da Nóbrega Ribas	Titular	FIEP	FIEP
Movimentos sociais e populares	Celio Leandro Rodrigues	Titular	Movimento Sem Terra	MST
	Cleverson Deocliciano de Toledo	Titular	Movimento Sem Terra	MST
	Gislaine Aparecida Indejczak	Titular	Ong Barricadas Abrem Caminho	
	Antonio Fogaça de Almeida	Suplente	Ong Barricadas Abrem Caminho	
	Jiovany Kissilevcz	Titular	União Nacional por Moradia Popular	UNMP/CMP
	Leandro Santos Dias	Titular	UEPG - Diretório Central dos Estudantes	UEPG - DCE
	Paulo Saincler Heusi	Titular	Associação dos Aposentados Ferroviários	

	Cintia Terezinha Ramos	Suplente	Associação dos Aposentados Ferroviários	
	Rita Gabre	Titular	União Nacional por Moradia Popular	UNMP/CMP
	Baraque Ramos	Titular	Associação de Moradores Jardim Lagoa Dourada 1 E 2	
	Genecilda Lourenço Gotardo	Titular	Movimento Sem Terra	MST
	Juliano Lourenço Gotardo	Suplente	Movimento Sem Terra	MST
	Juliana de Jesus Maciel	Titular	União Nacional por Moradia Popular	UNMP/CMP
	Delci Maria Bonatto	Suplente	Associação de Moradores Jardim Maracanã	
	Osvaldo Ruth	Titular	Associação de Moradores Jardim Jacarandá	
	Jose Alcione Lemes de Lima	Suplente	União das Associações de Moradores de Ponta Grossa	UAMPG

Fonte: IPLAN (2010).
Organização: A autora (2026).

**APÊNDICE C – COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL
DA CIDADE DE PONTA GROSSA**

SEGMENTO	NOME	CARGO	ENTIDADE	SIGLA
Poder Público Municipal 44,44%	João Carlos Mugnaine	Titular	Companhia de Habitação de Ponta Grossa	PROLAR
	João Schirlo	Suplente	Companhia de Habitação de Ponta Grossa	PROLAR
	João Francisco Carneiro Chaves	Titular	Secretaria Municipal de Planejamento	SMP
	Luiz Gustavo Barbur	Suplente	Secretaria Municipal de Planejamento	SMP
	Gary Dvorecky	Titular	Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte	AMTT
	Celso Santana	Suplente	Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte	AMTT
	Paulo Eduardo Oliveira de Barros	Titular	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa	IPLAN
	Renato Dombrowski	Suplente	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa	IPLAN
Movimentos sociais e populares 22,22%	Paulo Sérgio dos Santos	Titular	União das Associações de Moradores de Ponta Grossa	UAMPG
	Luiz Carlos Correia	Suplente	União das Associações de Moradores de Ponta Grossa	UAMPG
	João Antônio Nadal	Titular	Associação Pontagrossense de Lideranças Comunitárias e Entidades Filantrópicas	APLICEF
	Gerson Alfredo de Paula	Suplente	Associação Pontagrossense de Lideranças Comunitárias e Entidades Filantrópicas	APLICEF
Trabalhadores 11,11%	Helmiro Bobeck	Titular	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná	SINDUSCON-PR
	[suplente não indicado pela entidade]	Suplente	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná	SINDUSCON-PR
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa 22,22%	Margolaine Glacchini	Titular	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	CREA-PR
	Vânder Della Coletta Moreno	Suplente	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	CREA-PR
	Sara Helena Bobeck	Titular	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa	AEAPG
	Fabio Wilson Dias	Suplente	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa	AEAPG

Fonte: IPLAN (2016).
Organização: A autora (2026).

**APÊNDICE D – REPRESENTANTES ELEITOS COMO DELEGADOS NA 6ª
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA**

SEGMENTO	NOME	CARGO	ENTIDADE	SIGLA
Movimentos sociais e populares 19,35%	Lusinete do Rocio dos Anjos	Titular	Associação dos Usuários de Transporte Coletivo de Ponta Grossa	AUTRANS
	Helcio Luis Wendler Kovaleski	Titular	Frente dos Movimentos Sociais	
	Leandro Soares Machado	Titular	Federação Brasileira dos Direitos Humano	FBDH
	Neymar Alback	Titular	Associação dos Movimentos de Itaiacoca	
	Joseli Callaço	Titular	Central de Movimentos Populares Estadual	CMP
	Elisangela Adila de Oliveira	Suplente	Central de Movimentos Populares Estadual	CMP
	Sandra Lineia G. Damasceno	Titular	Frente do Povo sem Medo	
Empresários 9,67%	Luciano Vasconcelos Antunes	Titular	Companhia Paranaense de Energia	COPEL
	Eduardo Dutra Infante Vieira	Titular	Caixa Econômica Federal	CAIXA
	Luciana de Fátima Garcia	Titular	Companhia de Saneamento do Paraná	SANEPAR
	Geraldo Luis Mikouski	Suplente	Companhia de Saneamento do Paraná	SANEPAR
Trabalhadores 6,45%	José Vanilson Cordeiro	Titular	Sind. Empregados Comércio de Ponta Grossa	
	Gilson Gurigo Guimarães	Titular	Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa	SINDUEPG
	Silvia Meri Carvalho	Suplente	Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa	SINDUEPG
Organizações não governamentais 6,45%	Rosélia de Lourdes Ribeiro	Titular	Instituto Cidade Viva	
	João Luís Stefaniak	Titular	Instituto Urbi	URBI
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais 9,67%	Nisiane Madalozzo	Titular	Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural	APPAC
	Valéria Quadros Ferreira	Titular	Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural	APPAC
	Gabriel Carven	Titular	Faculdades Ponta Grossa	FacPG
Poder Executivo 38,71%	Andreia Aparecida de Oliveira	Titular	Secretaria de Meio Ambiente	
	Bianca Camargo Martins	Titular	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa	IPLAN
	Fernando Rodrigo Cardoso Bueno	Titular	Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte	AMTT
	Gary Dvorecky	Titular	Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte	AMTT

	Jamile Salim	Titular	Secretaria de Planejamento	SMIP
	Karla Volaco Gonzalez Stamoulis	Titular	Secretaria de Planejamento	SMIP
	Marco Aurélio Paredes Czerwonka	Titular	Secretaria de Governo	
	Marcos Antônio Levandoski	Titular	Secretaria de Governo	
	Maria de Fátima Juskow Fiebig	Suplente	Fundação Municipal Proamor de Assistência Social	PROAMOR
	Miguel Aurélio Droppa	Suplente	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa	IPLAN
	Nelson Calderari Junior	Titular	Secretaria de Meio Ambiente	SMMA
	Paulo Eduardo Oliveira de Barros	Suplente	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa	IPLAN
	Rafaela Sangalli	Titular	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa	IPLAN
	Renato Dombrowski	Titular	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa	IPLAN
	Zulney Manosso Kluczkovski	Titular	Procuradoria Geral do Município	PGM
Poder Legislativo 9,67%	Mônica Painka Pereira	Titular	Câmara dos Vereadores	CV
	Gilmar de Almeida	Titular	Câmara dos Vereadores	CV
	Vagner Mezzadri	Titular	Câmara dos Vereadores	CV

Fonte: IPLAN (2016).
Organização: A autora (2026).

**APÊNDICE E – LISTA DE PARTICIPANTES QUE REPRESENTARAM ENTIDADES
NA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA**

CAMPO DA ENTIDADE	PARTICIPANTE	ENTIDADE	SIGLA	CARGO OU ATIVIDADE
Movimentos populares	Cristiane de Fatima Zelensky	Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial	COMPIR	Presidente
	Cleyton Serafim dos Reis	Fórum de Usuários do Sistema Único de Assistência Social	FEUSUAS	Líder Comunitário
	Sérgio Ferreira Doszanet	Instituto União das Associações de Moradores e Condomínios	IUAMPG	Conselho Fiscal
	Alessandra Aparecida Dos Santos	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Associado
	Alexandra Aparecida Muniz	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Associado
	Antonio Berger	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Associado
	Clerveson Anderson Rodrigues	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Associado
	Cristiane Aparecida Antunes de Campos	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Cristiane Mayara de Almeida da Silva	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Daniela Lorena de oliveira Stadler	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Dircelia de Fatima Camilo	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Associado
	Djalma Dias	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Gerveson Tramontin Silveira	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Presidente
	Guilherme Alves	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Jessica Mendes De Lima	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	João Pinheiro	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Jocimara Ferreira	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Johnatan Henrique de campos	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	José Mário Pereira	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Keila dos Santos	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Associado
	Keysi Happuc Nascimento	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador

	Neuza Ferreira da Silva	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Perla Moraes Colaço	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Robson Ramos Ferreira	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Rosemari Soares da Cruz	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Coordenadora de grupo
	Sônia Regina de Oliveira Mendes	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Coordenadora de grupo
	Tatiana Hartmann	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Tereza Ramos Costa	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Welinton Cunha Magalhães	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
	Zeila dos Santos	União por Moradia Popular Ponta Grossa	UMP-PG	Colaborador
Organizações não governamentais	Joao Carlos Dall Santo	Asilo São Vicente		Motorista
	Andrea Marques Ribeiro	União das Mulheres dos Campos Gerais	AUMCG	Presidente
	Roselia de Lourdes Ribeiro	União das Mulheres dos Campos Gerais	AUMCG	Associado
	Gizelle Aparecida Cheremetta	Garagem Mulher	GM	Voluntária
	Elisangela Adília de Oliveira Freitas	Instituto União de Mulheres em Ação e Desenvolvimento	IUMAD	Secretaria
	Ali Mustapha Ataya	Observatório Social do Brasil - Campos Gerais	OSB	Voluntário Legislativo
	Murilo Coelho Pires de Almeida	Observatório Social do Brasil - Campos Gerais	OSB	Presidente
	Marco Aurélio Monteiro Pereira	Iniciativa das Religiões Unidas - Círculo de Cooperação de Ponta Grossa	URI	Secretário do Conselho Diretor
	Adriane do Rocio Lopes	Casa da Sopa Vó Tereza	Vó Tereza	Vice presidente
Trabalhadores	Lusinete do Rocio dos Anjos Dorigon	Associação dos Usuários de Transportes Coletivos de Ponta Grossa	AUTRANS	Presidente
	Hellen Bruna Trauchinski Galvan	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	SEST SENAT	Coordenadora de Promoção Social
	Ivadely Tozetto	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	SEST SENAT	Diretora de Unidade

Fonte: IPLAN (2024).
Organização: A autora (2026).

**APÊNDICE F – REPRESENTANTES ELEITOS COMO DELEGADOS NA 7ª
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA**

SEGMENTO	NOME	CARGO	ENTIDADE	SIGLA
Poder Executivo	Karla Volaco Gonzalez Stamoulis	Titular	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	IPLAN
	John Lenon Goes	Suplente	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	IPLAN
	Gabriel Renato Pedron	Titular	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	IPLAN
	Gabriela de Lima Manique Barreto	Suplente	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	IPLAN
	Marcio Henrique Martins de Rezende	Titular	Procuradoria Geral do Município	PGM
	Karen Andressa Soares	Suplente	Procuradoria Geral do Município	PGM
	João Alfredo Horst Neto	Titular	Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social / Superintendência Municipal de Habitação	SMH
	Jamile Salim Sahd	Suplente	Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social / Superintendência Municipal de Habitação	SMH
Movimentos Sociais e Populares	Gerveson Tramontin Silveira	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	João Pinheiro	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Rosemari Soares da Cruz	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Tereza de Ramos Costa	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Laila Adriana dos Santos Barros	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Adriana Aparecida Machado de Lima	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Luzia Aparecida Teixeira	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Perla Moraes Colaço	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Cristiane Aparecida Antunes de Campos	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Cristiane Mayara de Almeida da Silva	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG

	Ivonete Aparecida Bueno	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Maria Joana de Castilho	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Keysi Happuc Nascimento	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Sonia Regina de Oliveira Mendes	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Jocimara Ferreira	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Cristiane de Fatima Fernandes	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Rubia Carla Friedrich	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Jessica Mendes de Lima	Titular	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Janaina Martins Rodrigues	Suplente	União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região	UMP-PG
	Sérgio Ferreira Doszane	Titular	Instituto União das Associações de Moradores e Condomínio	UAMPG
Trabalhadores	Lusinete do Rocio dos Anjos Dorigon	Titular	Associação dos Usuários de Transportes Coletivos Urbanos e Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Taxis, Moto Taxis e Aéreos de Ponta Grossa	AUSTRANS
Entidades Empresariais	Ricardo Pimenta da Silva	Titular	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa	CDEPG
	Fabiano Gravena Carlin	Titular	Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa	ACIPG
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	Andrea Tedesco	Titular	Universidade Estadual da Ponta Grossa	UEPG
	Edson Belo Clemente de Souza	Titular	Universidade Estadual da Ponta Grossa	UEPG
	Marco Aurélio Monteiro Pereira	Titular	Instituto URBI	
Organizações não governamentais	Elizangela Adília de Oliveira Freitas	Titular	Instituto União das Mulheres em ação e desenvolvimento	IUMAD
	Gizelle Aparecida Cheremeta	Titular	Garagem das mulheres	

Fonte: IPLAN (2024)
Organização: A autora (2026).

APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Introdução

- Apresentação da pesquisadora e do estudo.
- **Explicação sobre o objetivo da entrevista:** Investigar a experiência de vida, as percepções sobre moradia e as formas de participação e mobilização política das mulheres negras da UMP-PG, com foco na sua atuação na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, para analisar como as desigualdades de gênero, raça e classe atravessam essa mobilização.
- Garantia de sigilo e anonimato.
- Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E)
- **Pergunta inicial:** “Para começarmos, e para que eu conheça um pouco sobre a senhora além do seu nome, gostaria que me contasse, com as suas palavras: Quem é a senhora, o que a motiva e como a senhora se apresenta na luta por moradia em Ponta Grossa?”

Bloco 1: Perfil Sociodemográfico

1. Qual é a sua cor ou raça?
2. Qual a sua idade?
3. Você tem filhos ou dependentes?
4. Qual sua ocupação/situação profissional atual?
5. Você é a principal provedora financeira da casa?
6. Há quanto tempo você mora nesta moradia?

Bloco 2: Percepção sobre a Moradia e o Bairro

7. Como é para você morar aqui?
8. Quais são os aspectos positivos e os principais desafios (negativos) do bairro e da sua moradia?
9. Como você percebe o acesso e a qualidade dos serviços básicos como transporte, saúde, educação e segurança no bairro?
10. O que a levou a morar neste local?

Bloco 3: Gênero, Raça e Classe na Experiência Urbana

11. Pensando na sua experiência como mulher no bairro, quais são os principais desafios que você enfrenta em relação à moradia e ao uso dos espaços públicos?
12. Você percebe que as dificuldades que você e outras vizinhas enfrentam estão ligadas a questões de gênero, raça ou classe? Pode me dar um exemplo de como isso se manifesta na prática?
13. Você já passou por alguma situação de discriminação ou medo/insegurança no bairro (ou em outro espaço público/institucional) devido à sua cor/raça, ser mulher ou à sua condição financeira?
14. Você sente que as mulheres em geral enfrentam mais dificuldades para manter ou melhorar sua moradia? Quais?

Bloco 4: Mobilização e Participação na UMP-PG

15. Como e quando você começou a participar da UMP-PG?
16. O que a motivou a entrar na entidade, considerando os desafios que você mencionou?
17. Quais são as principais atividades que você desenvolve hoje na entidade?
18. Quais são as principais pautas (os temas mais importantes) que o coletivo de mulheres negras da UMP-PG defende hoje na luta por moradia?
19. Como vocês, como mulheres negras, se organizam e participam dentro da UMP-PG para levar essas pautas adiante?
20. Você percebe mudanças na sua vida pessoal e comunitária desde que passou a integrar o coletivo? Se sim, quais?
21. Você já enfrentou desafios ou resistências em levar as pautas das mulheres negras para dentro do movimento ou para os espaços institucionais?

Bloco 5: Participação na 7ª Conferência Municipal da Cidade (2024)

22. Você participou da 7ª Conferência Municipal da Cidade? Como foi sua experiência geral?
23. Além dos temas gerais, quais foram as pautas específicas das mulheres negras que vocês conseguiram levar ou debater na Conferência?
24. Na sua percepção, o fato de ser mulher e vinculada à UMP-PG impactou o modo como você foi tratada ou ouvida durante os debates da Conferência?

25. Como você avalia a efetividade da participação de vocês na Conferência? Vocês sentiram que as propostas trazidas pelo coletivo foram realmente ouvidas/acolhidas pelos órgãos públicos ou outros participantes?

26. Como você avalia o impacto da UMP-PG na luta por moradia e na formulação de políticas em Ponta Grossa?

Bloco 6: Estratégias, Resistências e Melhorias

27. Diante dos desafios que você mencionou (pessoais e coletivos), quais são as principais estratégias que você usa para lidar com essas dificuldades no dia a dia?

28. Você percebe alguma forma de organização ou apoio comunitário além da UMP-PG para enfrentar esses problemas?

29. O que você gostaria que mudasse na sua moradia e no bairro? E quais mudanças você gostaria de ver na atuação da UMP-PG e nas políticas públicas?

Pergunta final:

30. Você gostaria de acrescentar algo que eu não perguntei, mas que considera importante para esta pesquisa?

QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR (PERGUNTAS FECHADAS)

Pergunta	Marque a opção mais representativa:
1. Como você define sua situação financeira atual?	☐ Estável (Renda fixa e previsível)
	☐ Instável (Renda variável, imprevisível ou informal)
	☐ Depende financeiramente de alguém (Parceiro, família, etc.)
	☐ Vive em situação de extrema vulnerabilidade
Pergunta	Marque todos que se aplicam à entrevistada ou a um membro da família:
2. Você ou alguém da sua família recebe algum dos seguintes benefícios de transferência de renda?	☐ Bolsa Família (ou Auxílio Brasil)
	☐ Benefício de Prestação Continuada (BPC)
	☐ Seguro-Desemprego
	☐ Auxílio-Reclusão
	☐ Outro (Especifique: _____)
	☐ Nenhum dos citados
Pergunta	Marque a opção correta:
3. Você ou alguém da sua família recebe ajuda para moradia?	☐ Sim, pelo programa Minha Casa, Minha Vida (ou Casa Verde e Amarela)
	☐ Sim, por Aluguel Social (municipal ou estadual)
	☐ Sim, por outro benefício habitacional (Especifique: _____)
	☐ Não recebe nenhum benefício habitacional

Pergunta	Marque a opção correta:
4. Se a resposta para as perguntas 2 ou 3 foi "Sim", há quanto tempo a família está no programa? (considerar o mais antigo)	☐ Menos de 1 ano
	☐ Entre 1 e 3 anos
	☐ Mais de 3 anos
	☐ Não se aplica / Não soube informar
Pergunta	Marque todos que se aplicam:
5. Você ou algum membro da sua família recebe benefícios para educação?	☐ Sim, Bolsa Permanência (ou outro auxílio universitário/técnico)
	☐ Sim, FIES ou PROUNI
	☐ Sim, outro benefício educacional (Especifique: _____)
	☐ Não recebe nenhum auxílio educacional
Pergunta	
6. Qual é a importância desses benefícios (os citados acima) no seu dia a dia?	

Ponta Grossa, _____ de _____ de 202_____.

Assinatura do participante ou responsável

Assinatura do pesquisador